

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

NÁIADE CRISTINA DE OLIVEIRA MIZAE

A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
ATRAVÉS DAS POLÍTICAS DE CULTURA NA CIDADE DE ITUIUTABA-MG

Uberlândia
2017

NÁIADE CRISTINA DE OLIVEIRA MIZAE

**A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
ATRAVÉS DAS POLÍTICAS DE CULTURA NA CIDADE DE ITUIUTABA-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Linha de pesquisa: Estado, Política e Gestão da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Klinke.

**Uberlândia
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- M685e
2017
- Mizael, Náide Cristina de Oliveira, 1989-
A educação não-formal para as relações étnico-raciais através das
políticas de cultura na cidade de Ituiutaba-MG / Náide Cristina de
Oliveira Mizael. - 2017.
173 f. : il.
- Orientadora: Karina Klinke.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2017.70>
Inclui bibliografia.
1. Educação - Teses. 2. Política cultural - Teses. 3. Negros -
Identidade racial - Ituiutaba MG - Teses. 4. Negros - Educação - Teses. I.
Klinke, Karina. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-Graduação em Educação. III. Título.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Karina Klinke
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Profa. Dra. Vânia de Fátima Noronha Alves
Pontifica Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MINAS



Prof. Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

AGRADECIMENTOS

É com satisfação que termino esse trabalho, num período que pareceu curto, mas longo em aprendizados. Espero incansavelmente que haja cada vez mais mudanças na história da educação para as relações raciais e nas políticas de igualdade racial. Mudanças essas que permitam dismantelar o sistema racista, que nos violenta e desumaniza todos os dias, negras e negros, em nossa sociedade.

Agradeço a Deus pelo amparo e força em todos os momentos.

Agradeço à minha mãe, Náide, por ser o espelho de mulher, forte, independente, alegre e dinâmica. Hoje sei que tem muito de você em mim.

Agradeço ao meu companheiro, Ronaldo, pelo incentivo ao longo desses anos, me impulsionando para que eu conquiste cada vez mais espaços, me colocando sempre como prioridade em sua vida.

Agradeço à minha sementinha que está para nascer, pela motivação em ser uma mulher melhor, a cada dia, para mim, para você e para o mundo.

Agradeço à minha orientadora pelos ensinamentos, pela convivência e, principalmente, pelas conversas sobre os sentimentos de ansiedade e insegurança que rondam o processo do curso, o que nos ensina que para além de produtores de conhecimentos somos gente; o que só confirma a inutilidade das formas soberbas de vaidade acadêmica.

Agradeço à Coletiva Feminista Bonecas de Pixe pelos aprendizados durante o curso, pelo reencontro com minha identidade de mulher negra. A todas as mulheres negras que conseguiram romper com o lugar estabelecido pelo racismo, a profissão de doméstica, como majoritária em “nossas escolhas”. A essas guerreiras que conseguiram contrariar as estatísticas, nos servindo de espelho. E a todas as outras por nos ensinar todos os dias sobre resiliência e força, mesmo quando devíamos ter o direito de sermos “fracas”. Nossos passos vêm de longe...

Agradeço ao meu eterno mestre, Cairo Katrib, impulsionador dessa minha trajetória acadêmica, por sempre estar a postos a me orientar, desde a graduação até aqui.

Agradeço à Luciane Dias pelo companheirismo e auxílio de sempre.

Agradeço à Capes pelo fomento à pesquisa.

Agradeço, enfim, à turma do Mestrado, discentes e docentes, pelos aprendizados, e principalmente, à Rochele e Laís, companheiras mais próximas nessa jornada.

*“A voz de minha bisavó ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
De uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
No fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue e fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade”.*

Conceição Evaristo (Vozes-mulheres, 1991)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na linha Estado, Políticas e Gestão da Educação. Possui como objeto de análise a participação da comunidade negra na educação não-formal das políticas de cultura em Ituiutaba-MG. Tem como principal objetivo compreender como se materializam, nos diversos espaços públicos da cidade de Ituiutaba, as políticas de cultura para a educação étnico-racial. Perguntamos, portanto: Como a comunidade negra participa das políticas de cultura na sociedade de Ituiutaba, de modo a contribuir para a elaboração das mesmas no sentido da educação não-formal? A pesquisa se configura como etnográfica, portanto qualitativa, utilizadas as técnicas de revisão bibliográfica, observação participante e análise documental. Os procedimentos metodológicos constam da participação em campo durante sete atividades culturais gratuitas, planejadas para a população de Ituiutaba entre setembro de 2015 e junho de 2016. Elas variam entre o tradicional Desfile da Independência, os Festejos do Congado – que compõem leilões; um show prévio ao grande Encontro de Congo Moçambique, Catupé e Marujos e o 29º Encontro de Congo Moçambique, Catupé e Marujos; e ocasionais, os quais se tratam de um Bloco Carnavalesco e a inauguração do Centro Turístico da cidade. Os sujeitos participantes da pesquisa estavam presentes em espaços públicos e prestaram informações espontaneamente. A fundamentação teórico-metodológica e a construção das categorias de análise partem dos campos da antropologia cultural e da sociologia, para a compreensão dos conceitos de Estado, *habitus*, identidade negra, culturas populares, gostos e estilos de vida. Como resultado verificou-se que o Estado retomou, na última década, o empreendimento para a construção e manutenção de políticas de cultura através do Plano Nacional de Cultura (2010) e do Sistema Nacional de Cultura, com abrangência dos Estados e Municípios, mas constatamos que tais mecanismos ainda não são efetivos em diversos municípios, como acontece em Ituiutaba. Isso se revela na iminente política de cultura na cidade, que não abrange toda a complexidade possibilitada pelo governo federal. Há participação da comunidade negra nas políticas culturais de Ituiutaba, configurada por intermédio de ações afirmativas do Movimento Negro e da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares, os quais empreendem grandes esforços na conquista de espaços culturais e educativos para a população negra. Contudo, a participação e representação negra nos espaços culturais acontecem, prioritariamente, em lugares específicos, reconhecidos popularmente como “lugar dos negros”, o que demonstra a existência de uma segregação racial, que interfere na construção da identidade negra. A pesquisa se mostra relevante por elucidar as possibilidades que as atuais políticas de estado para a cultura criam em favor do “desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente”, ao mesmo tempo em que explica os desafios postos, no microcosmo de um município, para a concretização das mesmas.

Palavras-chave: Políticas de Estado. Educação. Cultura. Negritude. Ituiutaba. Minas Gerais

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Post-Graduation Program in Education of the Federal University of Uberlândia, in the line State, Policies and Education Management. It has as object of analysis the participation of the black community in the non-formal education of the culture policies in Ituiutaba-MG. Its main objective is to understand how culture policies for ethno-racial education materialize in the various cultural spaces of the city of Ituiutaba. We therefore ask: How does the black community participate in the culture policies in the society of Ituiutaba, in order to contribute to their elaboration in the sense of non-formal education? The research is configured as ethnographic, therefore qualitative, using the techniques of bibliographic review, participant observation and documentary analysis. The methodological procedures include participation in the field during seven free cultural activities, planned for the population of Ituiutaba between September 2015 and June 2016. They vary between the traditional Parade of Independence, the Confection Festivities - which compose auctions; a show prior to the Great Meeting of Congo Mozambique, Catupé and Marujos and the 29th Meeting of Congo Mozambique, Catupé and Marujos; and occasional, which are a Carnival Block and the re-inauguration of the Tourist Center of the city. The subjects participating in the research were present in public spaces and provided information spontaneously. The theoretical-methodological foundation and the construction of the categories of analysis depart from the fields of cultural anthropology and sociology, to understand the concepts of state, habitus, black identity, popular cultures, tastes and lifestyles. As a result, it has been verified that in the last decade the State has taken over the enterprise for the construction and maintenance of culture policies through the National Plan for Culture (2010) and the National Culture System, with the coverage of States and Municipalities, that such mechanisms are not yet effective in several municipalities, as in Ituiutaba. This is revealed in the impending culture policy in the city, which does not cover all the complexity made possible by the federal government. There is participation of the black community in the cultural policies of Ituiutaba, configured through affirmative actions of the Black Movement and the Municipal Foundation Zumbi of the Palmares, who make great efforts in the conquest of cultural and educational spaces for the black population. However, black participation and representation in cultural spaces takes place primarily in specific places, popularly known as the "place of blacks", which demonstrates the existence of racial segregation, which interferes with the construction of black identity.

Keywords: State Policies. Education. Culture. Blackness. Ituiutaba. Minas Gerais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1	Percentual de municípios com política municipal de cultura e seus principais objetivos – Brasil – 2006/2014	47
GRÁFICO 2	Percentual de municípios que têm plano municipal de cultura, segundo algumas características – Brasil – 2014	48
MAPA 1	Microrregião geográfica de Ituiutaba (MG): cidades e municípios (2013)	80
GRÁFICO 3	Evolução da população total, urbana e rural de Ituiutaba (MG) (1991- 2010)	91
FOTOGRAFIA 1	Desfile da Independência na Rua Vinte e Dois. Centro de Ituiutaba-MG	104
FOTOGRAFIA 2	Concentração na calçada para assistir ao Desfile da Independência, na Rua Vinte e Dois. Ituiutaba-MG, 2015	105
FOTOGRAFIA 3	Concentração na Praça Cônego Ângelo para assistir ao Desfile da Independência. Ituiutaba, 205	105
FOTOGRAFIA 4	Bloco Desengonça. Carnaval Ituiutaba, 2013.	113
FOTOGRAFIA 5	Carnaval de Marchinha. Início de Concentração na Praça Treze de Maio. Ituiutaba, 2016	114
FOTOGRAFIA 6	Concentração dos Músicos do Carnaval de Marchinha. Praça Treze de Maio, Ituiutaba, 2016	115
FOTOGRAFIA 7	Início do Cortejo do Bloco Desengonça. Ituiutaba, 2016	115
FOTOGRAFIA 8	Público do Carnaval de Marchinha. Praça Treze de Maio. Ituiutaba, 206	117
FOTOGRAFIA 9	Público da Feijoada do Terno de Congo Camisa Verde. Ituiutaba, 2016	120
FOTOGRAFIA 10	Congadeira preparando a feijoada do Terno de Congo Camisa Verde. Ituiutaba, 2016	121
FOTOGRAFIA 11	Guardiãs do Terno de Congo Camisa Verde. Ituiutaba, 2016	122
FOTOGRAFIA 12	Público da Feijoada do Terno de Congo Camisa Verde. Ituiutaba, 2016	123
FOTOGRAFIA 13	Residência da Dona Nenê, no Bairro Camargo. Ituiutaba, 2016	125
FOTOGRAFIA 14	Público no Leilão do Terno de Moçambique Lua Branca. Ituiutaba, 2016	126
FOTOGRAFIA 15	Público no Leilão do Terno de Moçambique Lua Branca. Ituiutaba, 2016	127
FOTOGRAFIA 16	Público no Show K Entre Nós na Praça Treze de Maio. Ituiutaba, 2016	129
FOTOGRAFIA 17	Público no Show K Entre Nós na Praça Treze de Maio. Ituiutaba, 2016	130
FOTOGRAFIA 18	Festa do Congado na Praça Treze de Maio. Ituiutaba, 2016	132
FOTOGRAFIA 19	Congado na Praça Treze de Maio, estátua de Zumbi dos Palmares e FUMZUP. Ituiutaba, 2016	134
FOTOGRAFIA 20	Inauguração do Centro Turístico Camilo Chaves Neto, PELC 2016	140
FOTOGRAFIA 21	PELC: Público no Show de Humberto e Ronaldo. Ituiutaba, 2016	143

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Calendário comemorativo da Fundação Cultural de Ituiutaba 2016	13
-----------------	--	-----------

TABELA 2	Número de habitantes da cidade de Ituiutaba de 1940-1960	86
-----------------	--	-----------

LISTA DE SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Cultura
CNC	Conferência Nacional de Cultura
CNIC	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CONFIC	Comissão Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
EAEI	Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba
FCI	Fundação Cultural de Ituiutaba
FCP	Fundação Cultural Palmares
FEIT	Fundação Educacional de Ituiutaba
FUMZUP	Fundação Municipal Zumbi dos Palmares
FNC	Fundo Nacional de Cultura
FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MEC	Ministério da Educação
MINC	Ministério da Cultura
MN	Movimento Negro
MUSAI	Museu Antropológico de Ituiutaba
ONU	Organização das Nações unidas
PELC	Projeto Escola, Lazer e Cultura
PMC	Plano Municipal de Cultura
PNC	Plano Nacional de Cultura
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMI	Prefeitura Municipal de Ituiutaba
PROCULTURA	Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura
PT	Partido dos Trabalhadores
SALIC	Sistema de apoio às leis de incentivo à cultura
SMC	Sistema Municipal de Cultura
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SEPPIR	Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
	Metodologia da Pesquisa	18
	Organização da Dissertação	23
1	A CULTURA COMO EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NAS POLÍTICAS DE ESTADO	26
1.1	Cultura e educação não-formal	26
1.2	Políticas de Estado para a Cultura	30
2	POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: CULTURA E IDENTIDADE NEGRA	53
2.1	Políticas de promoção da igualdade racial	53
2.2	Educação, cultura popular e identidade negra	61
2.3	Políticas de cultura e políticas de igualdade racial	73
3	POLÍTICAS DE CULTURA NA CIDADE DE ITUIUTABA-MG	80
3.1	Breve histórico dos espaços de cultura em Ituiutaba	80
3.2	A Cidade no tempo presente: espaços de múltiplas culturas e identidades	98
3.2.1	Desfile da Independência, 2015	101
3.2.2	Carnaval de Marchinha do Bloco Desengonça, 2016	107
3.2.3	Feijoada do Terno de Congo Camisa Verde, 2016	119
3.2.4	Festa de São Benedito do Terno de Moçambique Lua Branca, 2016	124
3.2.5	Show Prévio ao 29º Encontro de Congo, Moçambique, Catupé e Marujos, 2016	128
3.2.6	29º Encontro de Congo, Moçambique, Catupé e Marujos, 2016	132
3.2.7	Inauguração do Centro Turístico Camilo Chaves Neto, PELC 2016	138
3.3	Políticas de cultura e a educação para as relações etnicorraciais nos espaços de Ituiutaba-MG	144
	CONCLUSÃO: QUEM TEM MEDO DA CULTURA NEGRA?	151
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

INTRODUÇÃO

A investigação de mestrado desenvolvida na Linha de Pesquisa Estado, Política e Gestão Educacional, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia entre 2015-2017, que resultou nesta dissertação, foi suscitada em minha inserção no campo dos estudos etnicorraciais a partir da graduação.¹

Nasci e cresci na cidade de Ituiutaba – localizada na região Centro norte do Triângulo Mineiro, estado de Minas Gerais – onde a partir de 2007 passou a funcionar um dos câmpus da UFU, chamado Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Nele ingressei aos 24 anos de idade, cursei Pedagogia e, por meio da aproximação com docentes, pesquisas, ações voltadas à educação para a igualdade racial e manifestações culturais de matriz africana, tive a oportunidade de reconhecer minha condição de mulher negra. Essa identificação se fortaleceu ao participar como bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) (Re)Conectando Saberes.²

Os estudos desenvolvidos durante a graduação e a abertura de visão para com as manifestações culturais populares³ – congada, rodas de samba e capoeira, pagode, giras de umbanda e candomblé – me fizeram perceber, então, a importância de pesquisar as culturas negras em Ituiutaba, cuja sociedade, se pensada sob a perspectiva de Stuart Hall (1999), não é um todo unificado e bem delimitado, mas em constante deslocamento.

Sendo assim, não somente eu, como provavelmente muitos outros moradores e moradoras vivem diversas e controversas experiências culturais nos espaços desta cidade. Isto

¹ Na Introdução deste trabalho utilizamos a primeira pessoa do singular devido ao fato da pesquisa ter estreita relação com as experiências de formação da pesquisadora e essas serem descritas nesta parte do texto.

² O PET (RE)Conectando Saberes tem como eixo central desenvolver ações de extensão, ensino e pesquisa que favoreçam a ampliação de espaços de aprendizagens dos/as graduandos/as em diálogo com os grupos populares. O trabalho realizado no Programa segue a perspectiva interdisciplinar, cujo foco é o redimensionamento da construção da cidadania consciente. Isso é feito a partir da reflexão acerca das ações afirmativas de valorização das pertencas identitárias dos grupos populares, inclusive a valorização social do/a negro/a.

³ Marcos Ayala e Maria Inês Ayala assim definem a Cultura Popular no Brasil (2003, p.66-67): “a cultura popular não constitui um sistema, no mesmo sentido em que se pode falar de sua existência na cultura erudita – um conjunto de produções artísticas, filosóficas científicas etc., elaboradas em diferentes momentos históricos e que têm como referência o que foi realizado anteriormente, pelo menos desde os gregos, naquele campo determinado e nos demais. [...] Assim, comparadas com a cultura erudita, as manifestações culturais populares são, de certa forma, dispersas, elaboradas com um maior desconhecimento de sua própria produção anterior e de outras manifestações, produzidas por integrantes dos mesmos grupos subalternos, às vezes em locais bastante próximos e com características estéticas e ideológicas semelhantes”.

porque no tempo presente – chamado por Hall de “modernidade tardia” e de “pós-moderno”⁴ para outros – “há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, 2000, p.13). Nessa perspectiva, nosso contexto pode ser pensado, então, como desarticulador das “identidades estáveis do passado, mas abre possibilidades de que novas identidades sejam criadas, produz novos sujeitos, não mais com identidades fixas e estáveis, [...] mas sempre em processo, assim como a própria história desses sujeitos” (PATRIOTA, 2002, p.5).

Conhecer a referida multiplicidade de identidades gerou as primeiras considerações que nortearam a pesquisa: a identidade negra das pessoas desta cidade que se reconhecem negras, mulatas, morenas, pardas ou que não se reconhecem em nenhuma das nomenclaturas que o branqueamento concebeu⁵, mas suportam discriminação racial, também está em constante deslocamento, dada a variedade de significações e representações culturais que se multiplicam no tempo presente. Então, comecei a questionar: por meio de quais significações e representações culturais⁶ as identidades negras se constituem em Ituiutaba? Quais práticas culturais corroboram para a construção destas identidades?

Assim como eu acreditei até a idade adulta, por meio de discursos pejorativos enunciados contra os festejos nos quais predominam o povo negro, que estes eram lugar de “bagunça”, de modo a protelar minha identificação cultural como mulher negra, outras pessoas negras desta cidade podem vivenciar a mesma dificuldade. O Congado, por exemplo,

[...] reúne um conjunto de representações sonoras e visuais que propiciam um reencontro significativo com as raízes negras, com os antepassados e descendentes vivos e mortos, de modo a exprimir algumas das tensões que permeiam as experiências do indivíduo e do grupo no tocante à busca de suas identidades bastante praticadas no interior das Irmandades pelos seus

⁴ “Eu fui um dos teóricos que popularizou o termo [pós-modernidade], assim como outros, é claro. Quando eu abordei essa noção de pós-moderno, o fiz numa tentativa de explicar fatos novos e uma nova realidade. Os fatos que eu estava assinalando, assim como os demais teóricos, são bem pontuais: o fim das ideologias, o surgimento de uma nova cultura hedonista, o destino da comunicação e do consumo de massa, o psicologismo, o culto do corpo.” (LIPOVETSKY, 2017)

⁵ Kabengele Munanga (1999), ao fazer uma análise das teorias científicas do século XIX, sobre as raças traz que os filósofos do Iluminismo consideravam o mestiço como um ser degenerado, uma anomalia, um incapaz. Tais estudos, com profundo viés racista, influenciaram alguns pensadores brasileiros, que preocupados com a herança negra pós-escravidão, começaram a refletir sobre formas de pensar identidades tão diversas em uma única cultura, ou seja, uma identidade nacional, o que levou o país à política de branqueamento, buscando assim extinguir “o elemento e passado negro” da sociedade brasileira.

⁶ Conceito desenvolvido por Roger Chartier (1990, p.17) no qual considera que a realidade social pode ter múltiplos sentidos. Ao analisa-la, então, pode-se entender como se “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.”

membros. (NAVES; KATRIB, 2012, p.3)

Identidade essa “que nos diferencia dos outros, o que nos caracteriza como pessoa ou como grupo social. Ela é definida pelo conjunto de papéis que desempenhamos e é determinada pelas condições sociais decorrentes da produção da vida material”. (PATRIOTA, 2002, p.3)

Este (re)conhecimento gerou outros questionamentos da pesquisa: As pessoas que não fazem parte das Irmandades⁷ têm quais possibilidades de entrar em contato com sua identidade negra? Quais outras manifestações culturais da cidade possibilitam a identificação dos sujeitos com as culturas de matriz africana? Estas práticas culturais são sistemáticas, acidentais, tradicionais, socialmente legitimadas, apoiadas ou não pela sociedade e pela política local, quem as promove, quem as financia e com qual intencionalidade?

Tal questionamento faz sentido quando observamos que na cidade são promovidas e financiadas diferentes atividades culturais (conforme mostra a tabela a seguir), sendo que o Congado e a capoeira são vinculados exclusivamente à data da libertação dos escravos, cuja comemoração é questionada por alguns Movimentos Negros, desde a década de 1970, e também por estudiosos brasileiros.

Tabela 1 - Calendário Comemorativo da Fundação Cultural de Ituiutaba 2016

MÊS	DIA	COMEMORAÇÃO	ATIVIDADES	PARCERIAS
Março	22	Dia Mundial da Água	<ul style="list-style-type: none"> - Passeio Ciclístico: Saída da Praça Getúlio Vargas e chegada no Parque Goiabal, onde se realizam: - Apresentação de Capoeira (com os professores do Espaço Cultural) - Apresentação da Banda Mirim - Atividade de distribuir e plantar árvores - Participação do Bombeiros Mirim para fazer a trilha dentro do parque - Aferição de pressão e glicose 	<ul style="list-style-type: none"> - SENAC - Secretaria de Saúde - Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - SAE - Fundação Cultural - Secretaria de Obras - Bombeiros - Secretaria de Turismo

⁷ “A festa em louvor a São Benedito é composta por sete ternos de Congado da cidade e pela participação de vários outros oriundos de cidades circunvizinhas. O Congado representa a união de vários ternos, guardas ou grupos de dançadores ou congadeiros, cada qual com fardamento específico que segue as cores de cada terno. O Congado segue uma organização hierárquica patenteada e gerida por uma Irmandade, no caso a Irmandade de São Benedito, juntamente com uma corte de Reis.” (NAVES; KATRIB, 2012, p.9)

			- Gincana Cultural.	
Abril	19	Dia do Índio	- Exposição Museu e Galeria de Antiguidades - Palestras Educativas - Oficinas	- Secretaria de Educação - Fundação Cultural - Secretaria de Transportes
	21	Tiradentes		
	22	Descobrimento do Brasil		
Mai	13	Abolição da Escravatura	Apoio aos eventos promovidos pelos Grupos de Congada, Capoeira, etc	- Grupos de Congada - Grupos de Capoeira - MUSAI - Galeria de Antiguidades
	16 a 20	Semana Nacional do Museu	Exposições, Visitas guiadas, Palestras – Museu Antropológico de Ituiutaba (MUSAI) e Galeria de Antiguidades	
Junho	01	Semana Mundial do Meio Ambiente	Não definidas	- SAE - Policia Ambiental - Corpo de Bombeiros
	15	Dia do Paleontólogo	Não definidas	- Galeria de Antiguidades - UFU
Julho	indefinida	Colônia de férias	Filme, Telão, Visita guiada, Desenho, Recortes, Colagem, Oficinas de pintura, etc.	- Secretaria de Educação - Secretaria de Transportes - Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer
	indefinida	Festa Julina	Catira, Show com violeiros, Quadrilha, Comidas típicas	
Agosto	03	Dia do Capoeirista	Apresentação dos Grupos de Capoeira de Ituiutaba	
	19	Dia Mundial da Fotografia	Concurso de Fotografia – MUSAI	
	22	Dia do Folclore	Contação de Estórias e Lendas Urbanas – MUSAI	
Setembro	16	Aniversário da Cidade	Passeio Cultural Saída: MUSAI - Fundação Jerônimo Mendonça - Praça Cônego Angelo - Igreja Matriz - Capitão Calçados – Galeria – E.E. João Pinheiro - Praça Treze de Maio - Praça Alcides Junqueira - Ituiutaba Clube - Parque Goiabal - Museu da Família Drummond - Sirene do Baduy.	- Secretaria de Educação - Secretaria de Transportes
	14 a 19	Semana da Exposição Agropecuária	- Shows: 15/09 Kleo Dibah e Rafael & Naessa Amaral (bilheteria); 16/09 Lendas Milionario & Marciano (entrada franca); 17/09 Gustavo Lima & Gustavo Mito (bilheteria); 8/09 Loubet (bilheteria); 19/09 Zé Neto & Cristiano (bilheteria); - Parque de diversões; - Praça de alimentação.	
Outubro	01	Dia Internacional da Terceira Idade	Dança de salão, Banda Mirim, Sanfoneiro	- Secretaria de Saúde - SENAC
	12	Dia da Criança	Organização de Gincana Beneficente com as escolas municipais interessadas	- Secretaria de Educação - Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer

				- Secretaria de Transportes - Polícia Militar - Bombeiros
Novembro	20	Dia da Consciência Negra	Apresentação dos Grupos de Congo, Capoeira, Apoio aos eventos promovidos	- Fundação Cultural - Secretaria de Saúde - Secretaria de Obras - SENAC
	25	Dia Nacional do Doador de Sangue	Palestras educativas, aferição de pressão e glicose, Atividades ao ar livre	- Secretaria de Saúde - Fundação Cultural

Fonte: Fundação Cultural de Ituiutaba/MG e Central de Jornalismo “Tudo em Dia”

As práticas culturais anunciadas pela Fundação Cultural de Ituiutaba não foram todas desenvolvidas durante o ano de 2016, visto se tratarem apenas de uma proposta de calendário. Mas é notório que as culturas de matriz africana são vinculadas exclusivamente às datas comemorativas da abolição da escravidão no Brasil e ao Dia da Consciência Negra. A vinculação à Abolição, segundo Petrônio Domingues, é usual desde o final do século XIX, de modo que:

Os agentes dessa história foram polissêmicos, imprimindo múltiplos sentidos e distintos significados para comemorações do aniversário da Abolição. De forma tática e versátil, eles utilizaram a data para produzir (e ressignificar) narrativas de ‘raça’ e ‘nação’, reverenciar os seus heróis, sensibilizar a opinião pública para os seus ‘flagelos’ (do passado e do presente), inscrever (e reinscrever) fluidas identidades afrodiaspóricas, dar ressonância às suas retóricas de igualdade e, a um só tempo, se inserir proativamente na arena de disputa do projeto nacional. (DOMINGUES, 2011, p.42)

Em contrapartida, ao analisar as comemorações da abolição da escravidão no Brasil como um projeto de “redenção de nossa raça”, Petrônio Domingues cita a análise de outros sociólogos que compartilham dessa interpretação e explicam: “o negro ‘marginalizado’ nada tem ‘a ver com esse dia que marcou o início de um processo odioso de segregação disfarçada, colocando-o compulsoriamente nos últimos patamares da sociedade brasileira’.” (MOURA apud DOMINGUES, 2011, p.21) Já para Florestan Fernandes, “o episódio se mostra como uma efeméride das classes privilegiadas da raça dominante. É uma data histórica dos senhores, dos manda-chuvas brancos, de interesse indireto para o negro”. (FERNANDES apud DOMINGUES, 2011, p.21)

Por outro lado, Petrônio Domingues considera também que, desde os primeiros festejos comemorativos,

Os ex-escravos sabiam o que era ter seus movimentos tolhidos por um senhor, fosse ele generoso ou não. Eis um aspecto que não se deve negligenciar. Os negros comemoravam o Treze de Maio como a ‘libertação’, ou seja, como momento de aquisição de um direito elementar de cidadania: o direito de se deslocar, de passear, de festejar, em suma, o direito de ir e vir.

Por essa premissa, eles não estavam enganados, tampouco jaziam em alienação profunda. (DOMINGUES, 2011, p.40)

O fato, então, de as práticas culturais de matriz africana serem visibilizadas exclusivamente durante as comemorações dessas datas indica, ao mesmo tempo, a persistência do povo negro em dar visibilidade e cultivar os costumes de seus antepassados, bem como a força da dominação de uma elite branca. Essa duplicidade dá margem a outro questionamento: o tempo e os espaços ocupados e designados pela Prefeitura Municipal para o cultivo destas tradições podem ser considerados como uma forma de segregação?

Concebido isso, não somente o conceito de identidade, como também o conceito de cultura se tornou relevante no processo da pesquisa, considerado que:

A cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 1978, p. 24)

Descrever o contexto das práticas culturais foi um dos desafios que me propus a assumir na pesquisa, contudo, o foco de análise é o papel educador que elas assumem no espaço da cidade. Sejam desenvolvidas espontaneamente ou promovidas com financiamento público ou privado, independente de seus agentes e gestores terem ou não a intencionalidade de educar a sociedade, concebemos as práticas culturais populares como educadoras. No Brasil esta concepção foi desenvolvida inicialmente nos pressupostos de Paulo Freire, presentes no livro *Política e Educação*, três anos após o conceito de Cidade Educadora ter se consolidado por meio da Declaração de Barcelona (1990), como resultado do primeiro Congresso Internacional das Cidades Educadoras. Embora Ituiutaba não faça parte da Rede Brasileira de Cidades Educadoras,⁸ desde que esse termo foi cunhado nos anos noventa, o mundo ocidental considera que,

Com efeito, a cidade dispõe de um extenso leque de iniciativas educadoras, de origem, intenção e responsabilidades diversas. Ela dispõe de instituições de educação formal, de meios de intervenção não formais com objetivos pedagógicos preestabelecidos, assim como propostas ou experiências que

⁸ Segundo Moacir Gadotti (2006, p.133-134), “foi Porto Alegre, onde nasceu o Fórum Social Mundial, que deu a partida e integrou, desde 2001, o Movimento das Cidades Educadoras, iniciando uma nova caminhada nessa associação.¹ Em outros países da América Latina, várias cidades aderiram ao Movimento, entre elas, Rosário (Argentina), Concepción (Chile), Medellín (Colômbia), Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), Quito (Equador), León (México), Montevideu (Uruguai). É a cidade, como espaço de cultura, educando a escola e todos que circulam em seus espaços, e a escola, como palco do espetáculo da vida, educando a cidade numa troca de saberes e de competências”.

surtem de uma forma aleatória ou nascem de critérios comerciais. E ainda que o conjunto das propostas apresente, algumas vezes, contradições, ou evidencie desigualdades já existentes, elas encorajarão sempre, a aprendizagem permanente de novas linguagens, oferecerão oportunidades de conhecer o mundo, permitirão o enriquecimento individual e a partilha de forma solidária. (DECLARAÇÃO DE BARCELONA, 1990, p.1)

Considerado, portanto, que a cidade é educadora de hábitos, valores, tradições e participação cidadã, os questionamentos da pesquisa avançaram para os seguintes aspectos: as manifestações culturais promovidas em Ituiutaba educam para quê? Educam quem? As respostas a essas perguntas indicam a intencionalidade dos agentes promotores. Isso porque na concepção de Paulo Freire (1993, p.23), “enquanto educadora, a Cidade é também educanda. Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos”.

Foram, então, os conhecimentos científicos em interlocução com as manifestações das culturas populares existentes em Ituiutaba que me proporcionaram o entendimento sobre a relevância em desenvolver a pesquisa como um ato político em favor da igualdade racial. Estudos como os já referendados até aqui me fizeram entender como a construção da identidade negra é não somente individual, mas política, dado o branqueamento construído por meio da histórica negação de ser negro/a no Brasil⁹. Entendi, assim, como o racismo¹⁰ está presente no imaginário coletivo¹¹ e nas relações sociais, estruturais e estruturantes¹² da

⁹ Ver ‘Rediscutindo a mestiçagem no Brasil’, 1999, de Kabengele Munanga.

¹⁰ O racismo gera o preconceito de inferioridade e superioridade racial inata entre os seres humanos. O mesmo surgiu e desenvolveu-se em meio à luta pela posse e preservação dos recursos vitais da sociedade, o que beneficia e privilegia os interesses exclusivos da classe dominante, prejudicando os interesses da raça subalternizada, se constituindo historicamente (MOORE, 2007).

¹¹ Baseando-se em Gaston Bachelard e seus discípulos Gilbert Durand e François Dagonier, Michel Maffesoli (2001) explica que o imaginário parte de construções mentais que podem ser eficazes em relação ao concreto, podendo ser somente coletivas e determinando um conjunto de imagens: “O imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade, etc. O imaginário estabelece vínculo. É cimento social” (MAFFESOLI, 2001, p. 76).

¹² Sobre as estruturas estruturantes em Pierre Bourdieu, Thiry-Cherques (2006, p. 27) traz que: “A obra sócia filosófica de Pierre Bourdieu pode ser entendida como uma teoria das estruturas sociais a partir de conceitos-chave”. Nas suas investigações, Bourdieu erige uma variante modificada do estruturalismo. Ele se esforça para encontrar tramas lógicas ou problemáticas que evidenciem a presença de uma estrutura subjacente ao social. Segue a tradição de Suassure e de Lévi-Strauss, ao aceitar a existência de estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes. Mas deles difere ao sustentar que tais estruturas são produto de uma gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação. Que as estruturas, as representações e as práticas constituem e são constituídas continuamente (BOURDIEU, 1987, p.147 *apud* Thiry-Cherques, 2006, p. 27). Ainda segundo Thiry-Cherques, Bourdieu considera o sujeito tanto como inserido na estrutura quanto como força estruturante de um campo, sendo sua concepção de que a estrutura é dinâmica, um conjunto de relações históricas, produto e produtora de ações, que é condicionada e é condicionante.

sociedade, de modo a influenciar todos os espaços e ações dos sujeitos.

Isso provocou em mim a vontade de ser protagonista no processo de empoderamento da mulher negra.

Para tanto, a investigação desta pesquisa tem como intuito compreender qual a proposta de Política Cultural da cidade de Ituiutaba-MG, entendida também enquanto via educativa, e se esta contribui para a democratização dos espaços, no sentido de uma política antirracista e não segregadora. Então, a **pergunta** que norteia a pesquisa é: Como a comunidade negra participa das políticas de cultura na sociedade de Ituiutaba, de modo a contribuir para a elaboração das mesmas no sentido de uma educação não-formal?

Nosso principal **objetivo** nesta pesquisa é, portanto: compreender como se materializam, nos diversos espaços públicos da cidade de Ituiutaba, as políticas de cultura para a educação étnico-racial.

Por isso, buscou-se responder também outras questões secundárias: qual a proposta de Política Cultural da cidade de Ituiutaba-MG enquanto educadora? A comunidade negra, na forma da FUMZUP, tem espaço legitimado na constituição de políticas de cultura no município? Quem ocupa e como ocupa os espaços de cultura na cidade? Como negros e negras participam da/na elaboração, divulgação e enquanto presença nas Políticas de Cultura da cidade de Ituiutaba-MG? Isso se dá em espaços diversos ou segregados? Essas questões nortearam a pesquisa aqui apresentada.

Metodologia da Pesquisa

Para responder as perguntas aqui apresentadas e atingir os objetivos propostos, esta pesquisa científica é, segundo a classificação de Denise Silveira e Fernanda Córdova (2009), do tipo: i) qualitativa, quanto à sua abordagem; ii) básica, quanto à sua natureza, visto que objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista; iii) exploratória, quanto aos objetivos propostos, os quais intentam “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” (GIL, 2007); iv) etnográfica, quanto aos seus procedimentos.

Antonio Chizzotti (2003), ao tratar dos desafios da pesquisa qualitativa, típica das pesquisas em ciências humanas e sociais, considera que “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa” (p.221). Nesta pesquisa, escolhemos partilhar em campo, de forma participante, de sete atividades culturais gratuitas planejadas para a população de Ituiutaba, Minas Gerais, entre setembro de 2015 e

junho de 2016. As atividades variam entre os tradicionais: Desfile da Independência, Festejos do Congado – que compõem leilões, um show prévio ao grande Encontro de Congo Moçambique, Catupé e Marujos, sendo no ano de 2016 o 29º Encontro; e ocasionais: os quais se tratam de um Bloco Carnavalesco e um Show Sertanejo na inauguração de um Centro Turístico da Cidade.

Para tanto, utilizamo-nos dos procedimentos da pesquisa etnográfica, atentas às três condições propostas por Mariza Peirano (2014) sobre como proceder:

- i) considerar a comunicação no contexto da situação (cf. Malinowski);
- ii) transformar, de maneira feliz, para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso na pesquisa de campo, transformando experiência em texto; e
- iii) detectar a eficácia social das ações de forma analítica. (PEIRANO, 2014, p.386)

Acatados estes padrões antropológicos de interpretação social e cultural, visamos desenvolver um trabalho de campo que não se restringisse a descrever o observado, mas participar efetivamente dos eventos de modo a captar as experiências vividas pelos grupos sociais ali presentes.

Desenvolvemos, então, a técnica da observação participante para com a ocupação dos espaços públicos da cidade, onde procuramos entender como as pessoas negras e não negras se apropriam, ocupam e compartilham estes espaços. Sob o mesmo princípio, buscamos atuar com estranhamento no trabalho de campo, uma vez que a pesquisadora é uma mulher negra, nascida e crescida nesta cidade e, por isso, precisou desenvolver um esforço deliberado de análise do familiar como se fosse estranho.

Para o desenvolvimento do trabalho de campo apoiamo-nos, portanto, no planejamento da observação, selecionamos instrumentos e elaboramos registros. Como explica Fabio Appolinário (2006, p. 159) “a pesquisa participante permite que a análise aconteça ao longo do processo de investigação de modo a serem reformulados os procedimentos conforme surgir necessidade”, e assim o fizemos.

Deste modo, uma vez de conhecimento das atividades culturais gratuitas desenvolvidas na cidade, que contavam com patrocínio do poder político local, planejamos as observações participantes nas datas estabelecidas no calendário. Munimo-nos, então, de instrumentos que ajudassem o registro das mesmas: filmadora, máquina fotográfica e perguntas abertas para coleta de experiências com o público. Ao final de cada atividade, produzimos um relatório com descrição sobre as mesmas para análise futura, na busca de compreender em quais espaços se dão e qual o público majoritário nesses meios. A técnica da

pesquisa participante se mostrou eficiente na medida em que colocou a pesquisadora em contato direto com os espaços e sujeitos frequentadores dos eventos, permitindo sua participação de alguns momentos da rotina dos grupos em observação. Com isso, o registro das atividades ocorridas em campo ou mesmo as percepções da pesquisadora se tornam elementos relevantes para o processo de estudo, pois:

A observação participante ativa ocorre em consonância com o percurso da investigação, tendo como foco a comunidade [...] as experiências [...], colocando como instrumento de registro o diário de campo do pesquisador, que após cada dia de observação fará uma leitura cuidadosa com o intuito de estabelecer escolhas e direcionamentos das narrativas e de outros dados, de acordo com os objetivos e questões da pesquisa. (LIMA e PEREIRA, 2010, p.10)

Sendo assim, a observação participante, com o suporte das imagens, relatos de experiência e registros em diário de campo, permitiu a descrição densa (GEERTZ) das situações em que a pesquisadora se propôs a investigar de modo a organizar as ideias para a análise que objetiva responder à problemática da pesquisa. A observação participante, enquanto recurso metodológico possibilitou, assim, a inserção no campo a ser estudado de maneira a conhecê-lo, com seus sujeitos e suas relações, o que contribuiu para a produção de conhecimentos críticos e transcendentais ao senso comum.

Os registros feitos sobre o campo pesquisado, uma vez transformados em textos descritivos, são o *corpus* documental da pesquisa que, para análise, foi cotejado com outros documentos coletados: ofícios, leis, decretos e programas de governo que dizem respeito às políticas de cultura em âmbito nacional, estadual e local.

A própria delimitação do objeto de pesquisa e a elaboração da pergunta implicaram, por vez, em uma revisão bibliográfica, a fim de se construir de uma contextualização para o problema e analisar as possibilidades presentes na literatura consultada, a fim de construir a concepção do referencial teórico da pesquisa (ALVES-MAZZOTTI, 2002). A escolha das referências bibliográficas para essa revisão obedeceu a uma categorização preliminar de conceitos – Estado, políticas para a cultura no Brasil, espaço, território, negritude, pertencimento, cultura, identidade, etc. – e delimitação do campo epistemológico.

Para a construção das categorias de análise partimos, portanto, da compreensão dos conceitos de Estado, *habitus*, *campo político* e a percepção dos *gostos e estilos de vida*, elaborados por Pierre Bourdieu. Nesta perspectiva, os espaços públicos da cidade foram considerados como lócus de organização e financiamento do Estado nos aspectos em que estabelece ou não parcerias com o poder público local. Assim, ao analisar os espaços culturais

da cidade, perpassamos pelo entendimento do campo político, que pode interferir tanto no *habitus* quanto na percepção dos gostos e estilos de vida da comunidade.

Para Pierre Bourdieu (1996), constituem-se na cidade espaços sociais e simbólicos na convicção de que “não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, [...] como uma figura em um universo de configurações possíveis”.(p.15) Por isso, buscamos entender a atuação dos poderes públicos locais e das comunidades envolvidas nas ações culturais em Ituiutaba, como particularidade da realidade empírica.

Investigar essa realidade significa, na perspectiva antropológica de Clifford Geertz (2008, p.4), considerar que os atores nela envolvidos são seres humanos amarrados a “teias de significados que eles mesmos teceram”, ou seja, suas culturas formam essas teias e, para entendê-las, é preciso analisá-las. Portanto, a interpretação etnográfica é uma ciência interpretativa das culturas à procura de significados, não uma ciência experimental em busca de leis.

Nessa teia de significados, a cultura é considerada por Geertz (2008) como dinâmica e, por isso, deve ser mais percebida do que definida, posto que não existem culturas melhores, mas diversas, impostas, públicas e passíveis de serem recriadas. Sendo assim, ele propõe a interpretação das culturas sob o olhar do pesquisador como um texto, ou seja, a partir do olhar do outro. Alerta, contudo, que:

O problema com esse tipo de perspectiva [...] é que a imagem de uma natureza humana constante, independente de tempo, lugar e circunstância, de estudos e profissões, modas passageiras e opiniões temporárias, pode ser uma ilusão, que o que o homem é pode estar tão envolvido com onde ele está, quem ele é e no que ele acredita, que é inseparável deles. É precisamente o levar em conta tal possibilidade que deu margem ao surgimento do conceito de cultura e ao declínio da perspectiva uniforme de homem. (GEERTZ, 2008, p.26)

Aliando assim o conceito de ser humano ao de cultura, o autor explica que o conceito de cultura não é algo genérico, e sim singular, o que aponta para o quanto o ser humano depende dela para ordenar seu comportamento. Buscando alcançar, então, uma imagem mais exata da espécie humana, Geertz (2008) propõe que a cultura seja vista não como padrões concretos de comportamento, como tem sido utilizada – enquanto costumes, usos, tradições – mas como um mecanismo de controle – de planos, receitas, instruções – para governar o comportamento: “A perspectiva da cultura como “mecanismo de controle” inicia-se com o

pressuposto de que o pensamento humano é basicamente tanto social como público – que seu ambiente natural é o pátio familiar, o mercado e a praça da cidade”. (GEERTZ, 2008, p. 34)

Para Geertz (2008), em contrapartida, se o ser humano não fosse dirigido por padrões culturais – sistemas organizados de símbolos significantes – seu comportamento seria virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais, e sua experiência não teria praticamente qualquer forma. A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é, portanto, apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela: a principal base de sua especificidade. (GEERTZ, 2008, p. 33)

Para conseguirmos perceber o meio social ao qual nos propusemos nesta pesquisa e interpretarmos as práticas culturais dos sujeitos, portanto, essas são consideradas aqui como “representações”, nos princípios defendidos por Roger Chartier:

As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p.17)

Nessa perspectiva, “esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (Idem). Portanto, para compreender este campo de concorrências e competições nesta pesquisa, elegemos como **objeto**: a participação da comunidade negra na educação não-formal das políticas de cultura em de Ituiutaba-MG. Consideramos, para tanto, que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. (Idem)

Procuramos, como propõe Pierre Bourdieu, ocuparmo-nos dos conflitos de classificações ou de delimitações das práticas culturais sem, contudo, afastarmo-nos do social, muito pelo contrário, buscamos localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos mediatamente materiais.

Ao tratarmos do tema cultura, percebemos sua complexidade, haja vista os debates acalorados entre sociólogos, antropólogos e outros estudiosos da temática. Há aspectos que se entrecruzam imbrincados no tema: ‘cultura’, como bem simbólico da humanidade, como artefato que distingue os sujeitos e como política de um determinado Estado (Brasil). A mesma se situa em um campo de disputas eminentes, entre dominação e emancipação; entre

manutenção do *status quo* e transformação dos sujeitos, da sociedade e das relações sociais e raciais existentes.

Por isso nos atemos à defesa do conceito de cultura desenvolvido por Clifford Geertz (2008), como essencialmente semiótico, como uma teia de significados, à luz de interpretações, sendo a cultura pública, porque o significado o é. Em meio aos debates se ela é objetiva ou subjetiva, o autor acredita que se deve indagar sobre sua importância, o que está sendo transmitido com sua ocorrência.

Como lidamos com o papel educativo não-formal das culturas negras, apropriamo-nos do conceito de tradições diaspóricas (dispersão por motivos políticos ou religiosos) de Stuart Hall (2003), que nos ensina, para compreender a cultura popular negra, a importância de observarmos o aspecto participativo dessa comunidade na cultura, o modo como ela se insere politicamente nesses espaços e constrói um repertório próprio de transformação social, tornando-se muitas vezes o único meio de representação e valorização de uma identidade étnica, retratada de maneira leviana pelo padrão eurocêntrico.

A teoria da Antropologia Cultural de Clifford Geertz (2008) permitiu, assim, que considerássemos como **categoria de análise** a trama de relações que são estabelecidas nos espaços da cidade entre a diversidade de culturas que se entrelaçam. Isso nos permitiu entender a teia de significados formada entre a iniciativa pública (políticas de cultura) e a iniciativa privada (grupos culturais) e como isso se materializa nos espaços culturais da cidade de Ituiutaba e suas relações com o público negro.

Kabengele Munanga, por sua vez, contribuiu para o entendimento dos aspectos culturais e políticos das relações estabelecidas na cidade entre a comunidade negra e não negra, no entendimento sobre a identidade negra e sentidos de pertencimento étnico-racial. Nessa mesma perspectiva, Stuart Hall (2003) nos remeteu ao entendimento das identidades, em consonância com a diáspora negra, que se (re)constrói na utilização dos espaços públicos de cultura que ora são legitimados e ora deslegitimados, por meio da ocupação ou não dos espaços públicos.

A integração dos dados obtidos em campo, transcritos e analisados, juntamente com outros documentos que compõem o *corpus* da pesquisa – legislações em nível federal, como o Plano Nacional de Cultura (2010-2020); Sistema Nacional de Cultura; Constituição Federal, no tocante à cultura; o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA (2010; 2016); e legislações do município de Ituiutaba no que se refere à cultura, como a Lei Orgânica do Município de Ituiutaba (1990); e a Lei de diretrizes

orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, 2016 e 2017 – analisados sob a perspectiva dos conceitos supracitados, possibilitaram, portanto, sua interpretação.

Organização da Dissertação

O primeiro capítulo, A CULTURA COMO EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NAS POLÍTICAS DE ESTADO, tem como metodologia uma revisão bibliográfica sobre as políticas de estado para a cultura no Brasil. No primeiro subtítulo – Cultura e educação não-formal – desenvolvemos o conceito de cultura nos campos da filosofia, antropologia cultural e sociologia, além de considerarmos as definições de alguns historiadores da literatura brasileira contemporânea que tratam a literatura como arte e bem cultural nacional, abordagem próxima ao nosso objeto de pesquisa. Definimos também os conceitos de educação formal, informal e não-formal, que explicitam os motivos de considerarmos as práticas culturais como aspecto da educação não-formal. No segundo subtítulo – Políticas de Estado para a cultura – analisamos a legislação, os programas e os projetos do governo federal para a cultura, através de um breve histórico desde a implantação dessa política na década de 1930, mas com ênfase no período entre 2003-2016, quando essas assumem um caráter de respeito à diversidade. Analisamos também o aspecto de implantação das políticas de cultura em âmbito municipal e entramos, assim, no microcosmo de Ituiutaba/MG.

O segundo capítulo, POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL: CULTURA E IDENTIDADE NEGRA, tem como procedimento metodológico a revisão bibliográfica cotejada com análise documental. No primeiro subtítulo – Políticas de promoção da igualdade racial – analisamos as políticas de promoção de igualdade e inclusão social e racial, desencadeadas a partir de 2003 e seu desenrolar até o tempo presente. No segundo subtítulo – Educação, cultura popular e identidade negra – explicitamos os conceitos conflitantes que os estudiosos da área consideram importantes para a interpretação das culturas e da identidade negra no tempo presente. No terceiro subtítulo – Políticas de cultura e políticas de igualdade racial – analisamos o papel do Movimento Negro e das políticas de estado para o desenvolvimento das políticas de cultura no país.

O terceiro capítulo, POLÍTICAS DE CULTURA NA CIDADE DE ITUIUTABA-MG, analisa o microcosmo da pesquisa, cujos procedimentos metodológicos abrangem as descrições da pesquisa etnográfica e a análise das fontes iconográficas, cotejadas com uma revisão bibliográfica sobre o local e a legislação municipal. No primeiro subtítulo – Breve histórico dos espaços de cultura em Ituiutaba – apresentamos uma revisão bibliográfica de

teses e dissertações sobre o local, também cotejada com a legislação, a fim de compreendermos como se construíam as políticas de cultura em Ituiutaba através do tempo, com ênfase na participação das comunidades negras. No segundo subtítulo – A Cidade no tempo presente: espaços de múltiplas culturas e identidades – descrevemos e interpretamos os sete eventos culturais observados de forma participante durante o período de setembro de 2015 a junho de 2016, escolhidos por terem financiamento ou apoio da Prefeitura Municipal (com exceção dos encontros dos Ternos de Congada que tinham por objetivo arrecadar fundos), sendo todos gratuitos e ocorridos ao ar livre. No terceiro subtítulo – Políticas de cultura e a educação para as relações etnicorraciais nos espaços de Ituiutaba-MG – fazemos a crítica às políticas de cultura no município, de modo a considerar seu papel na educação não-formal para com a construção da identidade negra e para as relações etnicorraciais na cidade.

A CONCLUSÃO: QUEM TEM MEDO DA CULTURA NEGRA?, sintetiza os resultados da pesquisa, desenvolve algumas das hipóteses levantadas no decorrer da mesma e apresenta novos questionamentos que ela nos provocou, de modo a contribuir para com pesquisas posteriores.

CAPÍTULO 1

A CULTURA COMO EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NAS POLÍTICAS DE ESTADO

1.1 Cultura e educação não-formal

O conceito de cultura passou por diversas transformações ao longo da história, a princípio, em estreita relação com a filosofia. É nesse campo que Nicola Abbagnano (2007, p.225-228) explica o primeiro e mais antigo significado (clássico) de cultura, como correspondente à “formação do homem, sua melhoria e seu refinamento”. Essa concepção mais antiga também correspondia ao que os gregos chamavam *paidéia* – “preocupada com a formação total e autêntica do homem” – e que os latinos indicavam com a palavra *humanitas* – “educação do homem como tal, ou seja, educação devida às ‘boas artes’ peculiares do homem, que o distinguem de todos os outros animais”. Para os gregos da antiguidade, por sua vez, a cultura significava a realização da verdadeira natureza humana, “na sua forma genuína e perfeita”. As alterações conceituais percorreram as mudanças de mentalidades da Idade Média, do Renascimento, do Iluminismo e várias escolas filosóficas, até o tempo presente. Para não nos alongarmos, o que fugiria aos objetivos deste texto, seguimos para o segundo e mais atual conceito de cultura:

[...] essa palavra hoje é especialmente usada por sociólogos e antropólogos para indicar o conjunto dos modos de vida criados, adquiridos e transmitidos de uma geração para a outra, entre os membros de determinada sociedade. Nesse significado, C. não é a formação do indivíduo em sua humanidade, nem sua maturidade espiritual, mas é a formação coletiva e anônima de um grupo social nas instituições que o definem. (ABBAGNANO, 2007, p.228)

Percebemos então que, no decorrer do tempo e do lugar, apesar das variantes de mentalidades, o que permeia o conceito de cultura é a relação dos indivíduos com o meio ambiente e a sociedade, em processos educacionais não-formais:

A educação **não-formal** designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas

para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (GOHN, 2014, p. 40)

Maria da Glória Gohn (2014, p.40) define melhor esse campo em comparação com os demais, denominando de **educação formal** “aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados”, a **informal** “como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados”, enquanto a **educação não-formal** é “aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas”.

Na perspectiva antropológica, a qual nos fundamentamos para desenvolver a análise desta pesquisa, contamos com a retomada do conceito de cultura para a construção de um método de análise que foi especificado, enfocado e contido para explicar as diferentes culturas que variam no tempo e no espaço. Clifford Geertz, no livro *Intepretação das Culturas* (1973), dedica-se a dar ao conceito de cultura “uma dimensão justa, que realmente assegure a sua importância continuada em vez de debilitá-lo, [...] em suas diferentes formas e direções”. (GEERTZ, 2008, p.3) O autor procura definir, assim, o “papel que ela desempenha na vida social, e como deve ser devidamente estudada” (Idem, p.vii) e, para tanto, sua produção é construída “em prol de um conceito de cultura mais limitado, mais especializado e [...] teoricamente mais poderoso” (Idem, p.3). Isso é proposto em substituição à conceituação de Edward Burnett Tylor (1832-1917) – filiado à escola antropológica do evolucionismo social – que, segundo Geertz, chegava ao ponto de confundir muito mais do que esclarecer, uma vez que aquele usava o jargão de a cultura ser “o todo mais complexo”.

A conceituação de Geertz entende, então, a cultura como algo inerente ao homem, que ele produz todos os dias e ao mesmo tempo como algo passível de análise, no sentido da pesquisa, uma ciência interpretativa a partir de uma “descrição densa”, que busca captar os diversos significados do que é a cultura nos aspectos do Conceito de Homem, da Evolução da Mente, das Religiões, do *Ethos*, da Visão do Mundo, dos Símbolos Sagrados, da Ideologia como Sistema Cultural e da Política do Significado de Cultura.

As descrições densas propostas por Geertz são capazes de abarcar, portanto, o imaginário social e dar uma nova dimensão aos estudos culturais que, longe de designar entre alta e baixa cultura, analisa-a em si, como inerente ao ser humano, entranhada em seu ser em meio à sua constante e gradual evolução, tendo assim, o pensar em meio às suas ações desde seu processo primitivo.

Essa explicação de Geertz se deve ao fato de o segundo conceito de cultura, desenvolvido a partir do século XVIII, indica-la como “produto d[a] formação [humana], ou seja, o conjunto dos modos de viver e de pensar cultivados, civilizados, polidos, que também costumam ser indicados pelo nome de *civilização*”. (ABBAGNANO, 2007, p.225) Essa perspectiva enciclopedista de cultura (final do século XIX), que aproxima o conceito ao “conhecimento geral e sumário de todos os domínios do saber” (Idem, p.226), coloca-a no patamar das lutas de poder, ou seja, quem domina o saber é considerado “culto” e quem tem saber, tem o poder sobre os demais. Logo, Geertz contrapõe essa concepção ao considerar a cultura como “inerente ao ser humano”.

Já o teórico cultural e sociólogo jamaicano Stuart Hall (1932-2014), em sentido aproximado, analisa os estudos culturais sob o viés das disposições de poder e das identidades, com a peculiaridade de assumir a cultura como um instrumento capaz de modificar as estruturas de poder estabelecidas. Agrega, assim, o conceito de cultura popular, na perspectiva dos estudos culturais, das relações culturais, descritivas, e na historicidade das condições sociais materiais de classes específicas, incorporadas nas tradições e práticas populares. Nesse campo explica as relações absolutamente essenciais do poder e das relações culturais de dominação e subordinação. Segundo ele, ao mesmo tempo em que a cultura é subjetiva ela é estrutural, e, portanto, sua análise precisa considerar para além da construção e reconstrução da identidade do sujeito, mas também o contexto, as instituições e a conjuntura política existente.

Outros sociólogos, antropólogos, historiadores e literatos brasileiros contemporâneos, que fundamentaram suas análises das manifestações culturais nas pesquisas, também desenvolveram o conceito de cultura na perspectiva de concebê-la no contexto nacional, abordando em perspectiva semelhante às de Geertz e Hall, o aspecto de distinção que sua produção, suas práticas e seu consumo engendram.

Alfredo Bosi (1936-), paulista, historiador da literatura brasileira, por exemplo, faz a crítica à demarcação do conceito de cultura do pensamento iluminista

(escolástico), que distingue as produções culturais entre eruditas e populares. Segundo ele esse pensamento, que nos deixou de herança as atuais classificações de cultura, privilegia a primeira, vinculada à escolaridade e tendo a escrita como marco da distinção; enquanto a segunda é discriminada como “folclore”,¹³ cultura de massas, iletrada.

Antônio Cândido (1918-2017), sociólogo e literato carioca, em seu livro *Literatura e Sociedade* (2006) explica também os fatores socioculturais que interferem na formação e caracterização do público brasileiro:

A sociedade, com efeito, traça normas por vezes tirânicas para o amador de arte, e muito do que julgamos reação espontânea de nossa sensibilidade é, de fato, conformidade automática aos padrões [elitistas]. Embora esta verificação fira a nossa vaidade, o certo é que muito poucos dentre nós seriam capazes de manifestar um juízo livre de injunções diretas do meio em que vivemos. (CÂNDIDO, 2006, p.45)

Criam-se, assim, distinções sociais tanto para com as obras e as manifestações artísticas quanto para com o público que as aprecia. São consideradas, então, práticas e manifestações culturais populares aquelas desenvolvidas por “amadores” e consumidas por grupos sociais de baixa renda, marcados por diferenças etnicorraciais, que ocorrem geralmente em espaços públicos, ao ar livre, de forma gratuita, como uma educação não-formal. As culturas negras, nessa perspectiva, são classificadas e pejoradas como “populares”; o que na crítica de Geertz são aquelas chamadas de “baixa cultura”, mas que na perspectiva das disposições de poder e das identidades de Hall, podem ser um instrumento capaz de modificar as estruturas de poder estabelecidas.

¹³ Segundo Roberto Benjamin, Presidente da Comissão Pernambucana de Folclore, “No Brasil, durante muitos anos, prevaleceu o que ficou estabelecido na Carta do Folclore Brasileiro, adotada no I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado em 1951. [...] A releitura da Carta, realizada em 1995, durante o VIII Congresso Brasileiro de Folclore, para a sua atualização, considerando a incorporação das contribuições de estudos das ciências humanas e de letras, bem como a adoção de novas tecnologias, especialmente na comunicação, e das transformações da sociedade brasileira, decidi re-conceituar, considerando que: ‘Folclore é o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade’. Diante da nova conceituação, várias características que haviam sido atribuídas ao folclore desaparecem, ou são relativizadas”. Disponível em: <http://www.unicamp.br/folclore/Material/extra_conceito.pdf> Acesso em 25 mai. 2017

Entre as diversas práticas culturais temos, portanto, dois polos que abarcam por grau de legitimidade segundo seus representantes e estabelecimento do que seria oficial e não oficial, que é a “cultura erudita”, constantemente descrita e representada por uma classe social abastada e que tem o acesso privilegiado ao capital cultural advindo da escolarização de médio e alto nível – legitimada na educação formal; e a cultura popular, vista como a cultura do povo “sem cultura”, descrita como uma população iletrada e “não pensante”, e perante isso, inconsciente do seu fazer – praticada na educação não-formal.

Mediante essa conceituação é possível entender o porquê de a relação dos sujeitos com a cultura não-formal ser permeada de preconceitos, estereótipos, racismo e discriminações, como analisaremos neste trabalho.

1.2 Políticas de Estado para a Cultura

Uma política de estado é composta por programas de governo que atribuem orientação, integração e estabilidade à organização da cultura no país. No Brasil, as Políticas para a Cultura em âmbito governamental dizem respeito às ações das Secretarias Municipais, Estaduais e do Ministério da Cultura (MinC), órgão nacional; além de institutos, conselhos, entre outros, que elaboram conceitos, diretrizes, objetivos e estratégias necessários para a implementação de políticas culturais concretas com sentidos significativos. Para além do campo de gestão, as políticas culturais se dão também no sentido de confrontação de ideias, valores, entre relações de poder, discursos etc. As políticas de cultura se definem:

[...] pelas suas funções, instrumentos e meios para atingir os objetivos de realização de direitos culturais, produção simbólica, disseminação de valores, reconhecimento de modos de saber, fazer e viver. Podem se relacionar com as ideias de cidadania, reconhecimento social de identidades e práticas significativas, com o fazer artístico, com a valorização da cultura que permeia as práticas do cotidiano ou com o desenvolvimento social. (SILVA e MIDDLEJ, 2011, p. 16)

O campo de estudo das políticas culturais no Brasil é, contudo, relativamente novo e tem como uma de suas maiores contribuições os estudos de Rubim (2007, 2010, 2015), Calabre (2007, 2015) e Barbalho (2007, 2015), autores de diversas coleções

sobre o tema, realizadas no Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre outros trabalhos.

A bibliografia sobre políticas culturais no Brasil, que pode ser encontrada no sítio www.cult.ufba.br, caracteriza-se pela dispersão em duas perspectivas. Primeiro, ela provém das mais diversas áreas disciplinares (História, Sociologia, Comunicação, Antropologia, Educação, Ciência Política, Administração, Museologia, Letras, Economia, Arquitetura, Artes etc.) e mesmo multidisciplinares, o que dificulta o trabalho de pesquisa e indica a ausência de uma tradição constituída e compartilhada, que conforme um pólo de gravitação acadêmico. Segundo, ela trata de maneira desigual os diferentes momentos da história das políticas culturais nacionais. Assim, para alguns períodos proliferam estudos, enquanto outros se encontram carente de investigações. Além disto, até hoje, não foram desenvolvidas tentativas mais sistemáticas e rigorosas de compreender toda sua trajetória histórica. (RUBIM, 2007, p. 14)

No que tange aos interesses de nossa pesquisa, destacamos que historicamente as políticas para a cultura foram implementadas em âmbito governamental em 1930, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), e “valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço [sic] do povo brasileiro”.(RUBIM, 2007, p. 16) Iniciava-se, assim, uma preocupação com a identidade nacional pelo viés da vinculação entre educação e cultura, que perduraria e ainda diz muito sobre conflitos silenciados em relação às diferenças, às diversas identidades etnicorraciais, culturais e à visão da mestiçagem, assim explicada por Kabengele Munanga:

[...] a elite “pensante” do País tinha clara consciência de que o processo de miscigenação, ao anular a superioridade numérica do negro e ao alienar seus descendentes mestiços graças a ideologia de branqueamento, ia evitar os prováveis conflitos raciais conhecidos em outros países, de um lado, e, por outro, garantir o comando do País ao segmento branco [...]. (MUNANGA, 2008, p.75)

Na fase de democracia populista (1945-1964), assumiu maior relevância a democratização do ensino com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que ampliou a qualificação profissional; mas no campo da cultura, a característica liberal daquele regime de governo diminuiu o investimento público e intensificou o investimento privado. Em contrapartida, durante o regime militar foi criado o Conselho Federal de Cultura (1966) e, na primeira metade da década de 1970, houveram intensas discussões acerca da política nacional de cultura, que envolveu a

sociedade, a classe política, intelectuais, artistas, movimentos sociais, etc, e culminou com a criação da Fundação Nacional de Arte (Funarte), em 1975. O processo de redemocratização política motivou novas discussões sobre as políticas culturais nos estados, juntamente com os secretários de cultura, que demandaram a criação do Ministério da Cultura (MinC), instituído em 1985. (SILVA E MIDDLEJ, 2011)

Essa criação, de fato, representou um desmembramento do antigo MEC (Ministério da Educação e Cultura) e reconheceu a autonomia e a importância da Cultura como fundamental à Nação e não como mero adjunto à Educação, sem que deixe, contudo, de ser considerada inclusive para o desenvolvimento dela própria sendo um de seus objetivos. (ALMEIDA, 2015, p. 27)

Lia Calabre (2005) explica que a motivação pela criação do MinC surgiu a partir do claro fortalecimento do setor cultural e das discussões dentro da Secretaria de Cultura entre um grupo que apoiava a ideia da criação do Ministério de Cultura e outro que desejava a ampliação da estrutura da Secretaria dentro do MEC.

Em que pese a relevância da criação desse órgão, a qual prevê uma maior autonomia e destaque à área cultural, em que o setor da cultura deixa de ser uma secretaria dentro do MEC e passa a ter sua centralidade dentro do governo, essa criação não deixou de ser questionada por pessoas que previam que a maior parte da verba ficaria com o MEC; não se concretiza, também, a autonomia do MinC, o qual se inicia enfrentando problemas de clientelismo, disputa de cargos e falta de linhas de atuação política. (CALABRE, 2005).

Nesse processo de criação do MinC, Ângelo Oswaldo, ex-presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), descreve que a eleição dos governadores, em 1982, e depois a criação do Fórum Nacional dos Secretários de Cultura, em 1983 e 1984, acelerou o debate sobre as políticas públicas de cultura, somando-se ao debate toda a classe artística, intelectuais e acadêmicos, a juventude, com movimentos diversos das comunidades, sendo a cultura um grande meio de interlocução entre esses movimentos democráticos. (SILVA E MIDDLEJ, 2011) Ainda segundo Ângelo Oswaldo, as primeiras políticas públicas de cultura formuladas pelas secretarias de cultura dos estados foram oriundas de debates como “[...] a política cultural deveria contemplar o quê? O que é cultura erudita e o que é cultura popular? O

que é cultura das elites e cultura do povo? O que é cultura brasileira e o que é cultura importada?” (SILVA E MIDDLEJ, 2011, p.23)

No entanto, houve pouca estabilidade e recursos financeiros nos primeiros anos do MinC, apesar do texto constitucional e da Lei Sarney n. 7.505/1986, a primeira que visava o incentivo fiscal à cultura. Essa foi a primeira que visava o incentivo fiscal, abordava o financiamento de projetos para o setor particular, com interesse público. Tratava-se de deduzir do Imposto de Renda parte do que era doado à cultura. Alguns gestores do governo Sarney e Collor divergem sobre sua implementação, entre eles, Aluísio Pimenta, Ministro da Cultura (1985-1986), que se diz idealizador da lei e traz que a mesma não chegou a ser implementada, de fato, devido ao pouco tempo de duração; e Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no período entre 1985 e 1987, que diz que a Lei Sarney caminhava muito bem, ganhando conteúdo de realidade a partir da chegada do economista e intelectual Celso Furtado ao Ministério da Cultura, em 1986, o qual estabeleceu normas para o projeto de Lei. (SILVA e MIDDLEJ, 2011)

Assim, surgiam novas questões que cristalizaram enunciados que ganharam corpo na Constituição Federal de 1988 no tocante à cultura enquanto direito do cidadão, tendo no Estado seu principal indutor.

As políticas públicas de cultura passaram a conceber no corpo da lei ações e estratégias que visavam assegurar à população direitos de acesso e de expressão às diversas manifestações culturais. Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 125, Capítulo III, na Seção II: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988). O Estado assume, assim, seu papel na construção e manutenção de políticas que visam o desenvolvimento cultural de todos os cidadãos brasileiros, como um dos pilares para se alcançar a cidadania. Assim:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988)

Visa, assim, o estabelecimento de um Sistema Nacional de Cultura enquanto um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura, em regime de colaboração de forma democrática e participativa entre os três entes federados (União, estados e municípios) e a sociedade civil, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Em 1991 a Lei Sarney n.7.505/1986 foi aperfeiçoada e substituída pela Lei Rouanet (8.313/1991) e consolidada em 1995, no governo FHC, que implementou de maneira mais efetiva o projeto neoliberal no país, no sentido de o Estado perder forças para o mercado na condução de políticas públicas. Com a cultura não poderia ser diferente, sendo publicizado então um documento no Ministério intitulado “Cultura é um bom negócio”. (BRASIL, 1995)

A Lei Rouanet visava, num primeiro momento, o incentivo à cultura, a partir de um maior financiamento à mesma, dado que o orçamento para a cultura no Brasil era extremamente baixo, até porque não se tinha uma concepção de que a cultura fosse relevante para a formação e qualidade de vida da maioria da população. A partir da fala de gestores que atuaram no início do MinC e até dos estudos, que são relativamente recentes sobre as políticas de cultura, percebe-se esse movimento. (RUBIM, 2007; SILVA e MIDDLEJ, 2011)

No entanto, nota-se também o jogo político em torno da cultura e de como ela poderia ser utilizada para a captação de recursos e fornecimento de favoritismos para com o empresariado brasileiro numa gama de relações e que visava, na concepção da Lei Sarney, em seguida a Lei Rouanet, a diminuição do intervencionismo estatal nas políticas de cultura, o que ocasiona críticas contundentes às mesmas, entre elas a problemática concentração de recursos para grandes centros empresariais, tendo assim uma distribuição desigual. (SILVA e MIDDLEJ, 2011)

André Augustin (s/d), ao analisar sobre a forte presença do Estado sob o viés do neoliberalismo nas políticas de cultura, aponta que empresas e muitas ONGs ligadas a elas não estão preocupadas com o maior acesso à cultura pela maioria da população, mas com o lucro, já que vislumbram, do marketing eminente em meio aos patrocínios de projetos culturais, as formas de retorno de capital.

Se o objetivo fosse ampliar o acesso à cultura, os projetos financiados com recursos públicos deveriam priorizar regiões onde a população tem menos acesso a atividades culturais. Mas o que ocorre com as leis de incentivo é justamente o contrário: as atividades financiadas geralmente são realizadas nas regiões mais ricas, onde já existe naturalmente mais financiamento privado para a cultura. (AUGUSTIN, p. 14, s/d)

No entanto, há que se considerar também que os recursos utilizados para a cultura vindos da renúncia fiscal são montantes bastante expressivos, oriundos, em grande parte, dos cofres públicos, o que desmonta a ideia de o incentivo à cultura partir consideravelmente do empresariado (DÓRIA, 2003). Nesse sentido, o mesmo autor, ao tratar sobre financiamento da cultura, revela que em 1995 eram utilizados recursos para a cultura de 66% das empresas e 34% da renúncia fiscal, invertendo-se, em 2000, para 35% das empresas e 65% de renúncia fiscal.

Esses dados denotam o desestímulo em relação ao financiamento da cultura voltado ao bem comum, oriundo em maior parte do setor privado. Para Rubim (2007, p. 27), “o dinheiro era cada vez mais público, entretanto, estranhamente, gerido pela iniciativa privada”. Nesse contexto, o poder público abre mão de maneira expressiva do planejamento e decisões do trabalho de implementação de ações culturais, sem deixar de ser o maior contribuinte financeiro:

Na área da Cultura, a Lei Rouanet (8.313/91), promulgada pouco antes do impeachment do presidente Collor, tornou-se um de seus maiores exemplos de liberalização e “privatização” da cultura e de suas iniciativas. Cabia ao Estado diminuir sua presença em várias áreas, tornando-se simples regulador de “costumes” do mercado, e favorecer a iniciativa privada em suas decisões de investimento. (CALABRE, 2005, p. 31)

Segundo Frederico Silva e Suylan Midlej (2011), em meio ao período de consolidação do MinC, todavia, há uma crise em relação à identidade brasileira, no que tange ao que representaria a cultura do país, buscando-se, assim, uma pretensa cultura nacional, ao mesmo tempo em que se tinha como representação hegemônica a cultura

européia. Somado a isso, vinha a falta de engajamento em relação à importância das culturas na formação dos indivíduos, o que refletia no descaso orçamentário tanto para as ações culturais quanto para o próprio funcionamento físico e estrutural do Ministério durante certo período.

Em contrapartida, houve certa convergência em relação ao papel do Estado nas políticas de cultura quando lhe foi atribuída a responsabilidade pelos direitos culturais e também quando foram geradas distorções na alocação de recursos, privilegiando determinados segmentos em detrimento de outros. Além disso, houveram interesses e crenças diferentes, visto que um grupo de gestores acreditava que o mercado permitiria a alocação de recursos de maneira eficaz e equitativa, enquanto outro grupo enxergava no Estado, com sua priorização política, o único capaz de privilegiar a equidade e a democracia cultural. (SILVA e MIDDLEJ, 2011)

Em 1990 houve uma ruptura estrutural, devido ao governo Collor (1990-1992), que eliminou o MinC, transformando-o em Secretaria de Cultura,¹⁴ e suas principais instituições ligadas ao patrimônio e à ação cultural, recriando-o, em seguida, e propondo a Lei Rouanet. Logo depois, também foi criada, em 1993, a Lei do Audiovisual, a primeira lei baseada na renúncia fiscal.

Tais dispositivos foram consolidados no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) a partir de 1995. (SILVA e MIDDLEJ, 2011)

As políticas de cultura no início do século XXI, por sua vez, foram constituídas pela globalidade, de modo a articular ações isoladas, aplicadas há muito tempo aos setores culturais, assentada na articulação de todos os agentes que intervêm no campo cultural. (BOLÁN, 2006) As mesmas compõem os mecanismos das políticas públicas na esfera Federal, Municipal e Estadual e demonstram como o Estado concebe a cultura. Sendo assim, “por política pública cultural estamos considerando um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura”. (CALABRE, 2005, p. 02)

¹⁴ Os ministérios têm maior autonomia para realizar ações na área que estão sob sua responsabilidade: definir quanto vai ser gasto em cada ação, que programas serão criados ou deixarão de existir, etc. A Secretaria, novamente vinculada ao Ministério da Educação, fica dependente econômica e decisoriamente desse, com a justificativa de “cortar gastos” públicos.

Nesse momento de mudança, em que se pensa em um Ministério da Cultura mais democrático e que se propõe a reflexão sobre políticas culturais antidiscriminatórias, considerando, assim, toda a diversidade cultural existente no país:

[...] se defrontam em 2002 com complicadas tradições que derivam agendas e desafios: relações históricas entre autoritarismo e intervenções do estado na cultura; fragilidade institucional; políticas de financiamento da cultura distorcidas pelos poucos recursos orçamentários e pela lógica das leis de incentivo; centralização do ministério em determinadas áreas culturais e regiões do país; concentração dos recursos utilizados; incapacidade de elaboração de políticas culturais em momentos democráticos etc. (RUBIM, 2007, p. 19)

Neste sentido, Gilberto Gil, ministro da cultura do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu um conceito de cultura mais alargado, considerado antropológico:

Cultura, como alguém já disse, não é apenas “uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos”. Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra “folclore”. Os vínculos entre o conceito erudito de “folclore” e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. [...]. Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos. (GIL, 2003)

Em meio a esse quadro, o MinC se preocupou em fazer uma releitura do texto constitucional, propondo emendas, visando o planejamento, coordenação e avaliação das políticas culturais. Ou seja, houve uma articulação política de participação social que envolveu: 1) a Realização do conjunto de seminários Cultura Para Todos em todo o país; 2) a Criação da Agenda 21 da Cultura para as cidades; 3) a Instalação e trabalho das Câmaras Setoriais; 4) Realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura precedida por conferências regionais, estaduais e municipais; 5) Aprovação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais; 6) Aprovação em 2005 da Emenda Constitucional n. 48 que altera o Art. 215 da Constituição Federal, que passa a vigorar acrescido do:

§ 3º - A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II - produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV - democratização do acesso aos bens de cultura;
- V - valorização da diversidade étnica e regional.

Desse modo, as políticas públicas de cultura preveem uma série de mecanismos e estratégias que buscam ressignificar o papel do Estado para com a garantia da cidadania cultural e que pretende chegar a todos os cantos do Brasil, em cada cidade. Isso justifica a relevância desta pesquisa. Segundo Paula Reis (2008, p.68), “apesar dos entraves relacionados à estrutura interna do MinC, o SNC, sem dúvida, representou uma importante e intensa mobilização social e dos entes federativos”.

O estudo de Frederico Silva e Suylan Midlej (2011) referente às políticas públicas culturais a partir das vozes dos gestores atuantes no MinC, no período de 1985 a 2009, permite entender como esse órgão nacional foi estruturado no Brasil, suas concepções de cultura e cidadania e como essas visões foram se modificando ao longo da história, seus processos e mudanças de governo, o que demonstra também um caminho tortuoso do Ministério para se consolidar em seu papel norteador e interventor junto ao Estado. Sendo assim, a referida pesquisa revelou que:

Em uma primeira aproximação, as políticas culturais são contraditórias e de difícil apreensão, a cultura é flutuante, heterogênea e móvel. Na verdade, as políticas culturais se conformam em uma pluralidade de referenciais. As representações dos atores são frequentemente divergentes. De qualquer forma, pode-se ver nas entrevistas que as referências, embora confusas, organizam-se em torno de certas questões recorrentes, coerentes e coesas. (SILVA; MIDLEJ, 2011, p. 19)

Houve também, nesse processo de criação de estruturas de participação, a realização de seminários internacionais sobre a economia criativa, com a instalação de um Centro Internacional de Economia Criativa no Brasil, voltado especialmente para os países em desenvolvimento. Apesar da tentativa de uma restituição ativa do papel do Estado na cultura, Rubim (2007) aponta que, nesse momento, para a ausência consistente de formação de profissionais para atuarem na organização da cultura em todos os níveis de governo e para a persistência de algumas fragilidades institucionais,

restando assim a concretude das iniciativas propostas no governo do ministro Gilberto Gil.

Entre o final do primeiro mandato do governo Lula e durante o segundo mandato, acontecem: 1) Apresentação do Projeto de Lei do PNC ao Congresso; 2) Elaboração de diretrizes gerais; 3) Realização de pesquisas no campo da cultura (IBGE e IPEA); 4) Criação do Conselho Nacional de Política Cultural; 5) Realização de seminários em todos os estados e fórum virtual; 6) Realização da II Conferência Nacional de Cultura (2010); 7) Análise do Projeto de Lei na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão de Constituição e Justiça do Congresso; 8) Aprovação da Lei do PNC (Lei n 12.343/2010), instituída em 2011.

Antônio Rubim analisa que na transição entre os governos Lula e Dilma, a explicação dos desníveis da atuação do Ministério da Cultura:

[...] não pode ser reduzida à polarização acerca da continuidade ou não das políticas culturais desenvolvidas, mas incorporar a ideia de um patamar de intervenção diferenciado como chave explicativa da desigual atuação. O patamar de intervenção pode ser pensado agregando inúmeras variáveis, dentre elas: força política do ministro; visibilidade do ministro; qualidade e sintonia da equipe dirigente; trânsito na sociedade política; trânsito na sociedade civil; diálogo com a sociedade; articulação com partidos políticos; interação com sociedade civil e com comunidades culturais; legitimidade; representatividade; capacidade de formulação de políticas públicas; iniciativas político-culturais; competência na implantação de políticas; acionamento de interesses; atendimento de demandas; mobilização de segmentos culturais. (RUBIM, 2015, p. 28)

No governo Dilma se tem, então, a aprovação do PNC, em 2011, na forma da Lei n. 12.343/10, vindo assim reafirmar o papel do Estado por meio da formulação de metas, ações e estratégias; e do SNC, que pretende a promoção de políticas públicas conjuntas entre os Estados, Distrito Federal e municípios. Ambos contam com recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC). Tratam-se de dispositivos legais que fortalecem a cobrança para ações que visem uma sociedade mais justa e igualitária.

Plano Nacional de Cultura (PNC), diz respeito às metas, ações e estratégias, princípios e objetivos para o desenvolvimento cultural de um setor ou território e norteia a política cultural nacional por dez anos (2010-2020). Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil. Inovador, esse plano coloca em debate a cultura, suas manifestações, organização e

acesso às mesmas; e pretende reafirmar o papel central do Estado na promoção de políticas públicas de cultura, haja vista haja vista a inconsistência do mesmo para com as políticas culturais ao longo do tempo.

As metas do Plano Nacional e Cultura fazem parte de um planejamento democrático, a partir do levantamento de dados do IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em relação às condições culturais existentes no Brasil, que culminou em 53 metas que apontam para um trabalho efetivo de implementação de políticas públicas de cultura que venham a reestabelecer o fosso existente entre os bens culturais e a participação da população, principalmente pobre e negra, em sua maioria, sendo a mais afetada no que tange à exclusão desses espaços, além de uma ressignificação da produção desses bens culturais.

Em se tratando da frequência em atividades artísticas e culturais, a meta 28 do PNC planeja um aumento de 60% da população que frequenta cinema, museu, circo, centro cultural, espetáculos de teatro, dança e música, haja vista os baixos índices que revelam a pesquisa do IPEA referente ao número de pessoas que frequentam esses espaços culturais mensalmente (PLANO NACIONAL DE CULTURA, 2011). O que se nota é que esses bens culturais têm maior grau de promoção através do setor privado, daí a maioria da população estar excluída desse processo cultural.

Em meio a discussões acadêmicas e diálogos entre os grupos populares e a academia vão se delineando propostas de políticas culturais pela via inclusiva. O PNC trata também da cultura popular e a necessidade de se valorizar grupos que muitas vezes sobrevivem com poucos recursos e ao mesmo tempo contribuem abundantemente para o desenvolvimento cultural do país.

A partir da aprovação do PNC e do delineamento de suas metas, o MinC passa a considerar a cultura como uma articulação em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

A dimensão simbólica aborda o aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos que se expressam em práticas culturais diversas, como idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, e também nas linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo etc. A dimensão cidadã considera o aspecto em que a cultura é entendida como um direito básico do cidadão, sendo preciso garantir que os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros,

espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros. Já a dimensão econômica envolve o aspecto da cultura como vetor econômico. A cultura como um lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira faz parte do novo cenário de desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável (BRASIL, 2013).

Nesse viés, o MinC vai trabalhar com esses três polos da cultura: pluralidade, inclusão e movimentação econômica. Pretende-se, nesse sentido, um maior alargamento possível da cultura, fazendo um trabalho de diálogo com a sociedade, e principalmente, com os movimentos sociais.

Maiara Costa (2013), ao avaliar a permanência da Lei Rouanet enquanto política cultural, parte do questionamento sobre o porquê de se atribuir as decisões sobre a alocação de recursos para a cultura ao setor privado, já que se tem todo um processo de análise e aprovação dos projetos culturais que buscam patrocínio, através dos técnicos pareceristas e da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) que partem do próprio MinC:

A Lei coloca que os projetos devem passar por diferentes etapas de análise até a sua realização: análise técnica (pareceristas do Ministério da Cultura), análise meritocrática de membros da sociedade civil (CNIC), e análise mercadológica pelo setor privado/patrocinador. O elevado número de projetos aprovados é destoante do número de projetos analisados com base nos objetivos da lei (COSTA, 2013, p. 105).

A investigação de Costa (2013) analisa a documentação referente às Leis de incentivo à Cultura, decretos e regimentos da CNIC, cotejados com observações às reuniões da CNIC durante o segundo semestre de 2011. Observa que as decisões expressivamente mais deliberadas nas reuniões da Comissão referente aos projetos são de ordem técnica e burocrática, pautando-se pouco na análise meritocrática do projeto como política pública:

Dentre esses assuntos, aquele que traria as discussões sobre o mérito do projeto seria o item “questões específicas sobre o caráter do projeto”, porém, podemos perceber que houveram apenas dezesseis projetos discutidos nesse sentido, ou seja, 1,87% do total. Se formos considerar assuntos que dialoguem com a democratização de acesso e a acessibilidade, como “preço do ingresso”, “não atende aos objetivos da lei” e “acessibilidade”, eles representam 6,3% dos projetos discutidos (COSTA, 2013, p. 103).

Sua análise demonstra ainda que a CNIC continuou aprovando os projetos mais caros e as empresas continuam escolhendo os projetos com a mesma faixa de preço:

Esse quadro reforça a tese construída ao longo deste trabalho de que a CNIC, apesar de ser um órgão consultivo que tem condições de avaliar as propostas culturais a partir do seu mérito enquanto política de incentivo à cultura para embasar as decisões do/a Ministro/a, a comissão dificilmente entra nessa questão. Os critérios técnicos de avaliação, como enquadramento nos artigos da lei, orçamento, adequação às súmulas administrativas (exemplo: número limite de projetos por proponente), ainda são prioritários na análise da Comissão. Com isso, retifica-se a premissa de que as discussões da CNIC estão ainda distantes dos objetivos políticos e sociais aos quais a lei se propõe. (COSTA, 2013, p. 104)

Desse modo, Costa (2013) conclui que a Lei Rouanet não deve ser mudada e sim atualizada, já que não se cumpre alguns de seus objetivos, tais como trata em seu Art. 1º., de “contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais. [...] promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais” (BRASIL, 1999), além de buscar a mudança na forma técnica-burocrática com a qual a CNIC atua e fortalecendo os mecanismos do PRONAC.

Ao fazer um balanço sobre as políticas culturais no primeiro mandato de Dilma Rousseff, Antonio Rubim (2015) avalia que, apesar de ser a continuidade do PT no governo, o MinC retoma alguns entraves que se achavam em processo de superação, pelo menos em partes, como as instabilidades, haja vista que o Ministério passa por duas ministras, sendo a primeira Ana de Hollanda (2011-2012), alvo de grandes questionamentos pelos agentes culturais, não diferente da indicação de Gilberto Gil, no primeiro mandato Lula, mas que, diferentemente de Gil, a mesma ficou durante um ano apenas no Ministério.

Em 2012, Ana de Hollanda é destituída do MinC por pressão¹⁵ de alguns segmentos da cultura ligados ao PT, ativistas ligados aos pontos de cultura, além de

15 OBSERVATÓRIO do direito à comunicação. 2011. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=25552>> Acesso em: 08 abr. 2017.

segmentos do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais (Ecad) e da insatisfação com certa paralisação com as ações da pasta. Assume então, em setembro de 2012, Marta Suplicy (2012-2014), que pede demissão um mês antes do término do primeiro mandato de Dilma (2011-2014).

Antonio Rubim (2015) explica que nesse primeiro mandato de Dilma houve uma queda do investimento financeiro no Ministério, trocas de profissionais nas secretarias e uma descontinuidade nos processos de diálogo com a sociedade e movimentos sociais, que antecederam a criação do SNC. No entanto, pontua que:

Na contramão da instabilidade das gestões ministeriais de Ana de Hollanda e Marta Suplicy, algumas políticas estruturantes e de grande impacto para a estabilidade das políticas culturais se mantiveram e foram continuadas, mesmo com limitações, devido aos abalos de políticas culturais que ocorreram na passagem da gestão de Juca Ferreira para a de Ana de Hollanda e dela para Marta Suplicy. A dramática convivência de continuidades e rupturas marcou o primeiro mandato de Dilma no campo cultural. (RUBIN, 2015, p. 17)

A gestão de Marta Suplicy previa possibilidades para a superação dos conflitos existentes, devido à sua força política, o que se confirmou com a aprovação do SNC e do Vale-Cultura¹⁶, este último sancionado pela Lei n. 12.761/12. Também é citado como ponto alto de seu mandato a relação entre educação e cultura, através do Programa Mais Cultura nas escolas¹⁷; algumas demandas ligadas aos afrodescendentes e a defesa da cultura afro-brasileira, e um maior incentivo por parte do Estado à mesma, entre outros projetos. (CALABRE, 2015)

A Lei de Incentivo Fiscal estudada por Rubim (2007, 2010, 2015), Calabre (2007, 20015), Almeida (2015), dentre outros, é avaliada como a forma majoritária de financiamento à cultura no Brasil, pontuando sempre de como tais dispositivos deixam

¹⁶ O Programa de Cultura do Trabalhador, que criou o Vale-Cultura, Projeto de Lei n. 4682/12, da Deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) e outros, trata de benefícios concedidos às empresas, que podem oferecer o vale em troca da dedução de seu valor do Imposto de Renda da pessoa jurídica tributada com base no lucro real, ou outros benefícios estipulados pelo Programa. O vale se destina a fornecer aos trabalhadores (as) que ganham até cinco salários mínimos, por profissionais regidos (as) pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o valor de 50 reais mensais armazenados em cartão para a compra de bens e serviços culturais.

¹⁷ Programa instituído por meio da iniciativa interministerial entre o MinC e o MEC visando o encontro entre o projeto político pedagógico das escolas públicas inseridas no Programa Mais Educação e Ensino Médio Inovador e as experiências culturais e artísticas em movimento nas comunidades locais. Ver mais sobre em: BRASIL. Ministério da cultura. **Programa mais cultura nas escolas**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/maisculturanasescolas>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

nas mãos do mercado a gestão da cultura. As consonâncias encontradas entre os referidos estudiosos se dão em questões como o financiamento e gerenciamento da cultura perpassar o Estado. Porém, ser gerido pela iniciativa privada, sendo o financiamento oriundo expressivamente dos cofres públicos, as regiões contempladas pelos projetos serem expressivamente apenas duas, e o prevalecimento de somente determinados projetos culturais, muitos desses propagadores de marcas das empresas “patrocinadoras”, que vão consistir em eventos culturais de massas. Assim:

O velho binômio Cultura X Dinheiro funcionou bem, porém nunca deixou a todos completamente confortáveis. Entre os projetos alcançados, cerca de 65 mil (quase 70% do total) são da região Sudeste do país, com especial atenção ao eixo Rio-São Paulo e consumiram em torno de 80% do montante total destinado pela Lei. As Artes Cênicas e a Música abocanharam sozinhas metade desse total; Artes Integradas, Visuais, Audiovisual, Humanidades e Patrimônio Cultural dividiram nesse período, em diferentes proporções, a outra metade. (ALMEIDA, 2015, p. 12)

São dados de possível acesso no site do SALIC¹⁸, do MinC, em que se observa a quantidade irrisória de projetos contemplados pela Lei Rouanet referente a segmentos culturais diferentes, por Estado, região e ano, como culturas populares e afro-brasileiras.

Um dos acontecimentos que representam efetiva participação da sociedade em favor da democratização das políticas de cultura foi o Seminário Cultura Política, Movimentos Sociais e Emancipação, do Programa Cultura e Pensamento - MinC, ocorrido em outubro de 2015 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), visto que contou com a participação de representantes de movimentos sociais – quilombolas, funkeiros, comunidades LGBT, indígenas, entre outros que fazem parte da cultura popular e que visam a transformação social e a desconstrução do olhar hegemônico que determina o que seja cultura reconhecida e o que não seja.

Alguns desses representantes questionaram a falsa simetria da Lei Rouanet, apontando para o caráter propagandista com que ela costuma ser utilizada pelas empresas, enfatizando suas marcas, além de casos em que as mesmas privilegiam determinadas artes, consideradas eruditas. Cobraram, assim, um posicionamento do

¹⁸ BRASIL. Ministério da cultura. **Sistema de apoio às leis de incentivo à cultura**. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/salinet/Salinet/Salinet.php>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

MinC e consideram que as políticas de cultura deveriam ser, de fato, públicas. Ao que o então Secretário de Políticas Culturais, Guilherme Varella, apontou, foi a reformulação da Lei Rouanet, em debate desde 2003, a qual se trata do Projeto de Lei (PL) n. 6.722/2010 (SEMINÁRIO CULTURA POLÍTICA, 2015) ¹⁹.

O referido PL aborda a reformulação da Lei Rouanet e se intitula amplo e democrático. Surge em articulação com o PNC e CNPC, apresentado pelo então Deputado Federal, Gilmar Machado, entre outros membros do PT. Projeto esse que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA, o qual pretende corrigir distorções da lei Rouanet, como por exemplo, a concentração de recursos captados via renúncia fiscal e outras diretrizes, entre elas, para que o FNC seja o principal fundo de financiamento à cultura. O mesmo ainda tramita no Senado Federal, sendo apresentada uma nova versão em março de 2016.

O citado PL não desvincula a relação entre público e privado no setor da cultura, mas pretende, em seu texto, ser mais transparente e democrático no acesso ao apoio e incentivo econômico por parte do governo às iniciativas de projetos culturais que visem possibilitar o acesso da população em geral ou de uma determinada população às manifestações culturais existentes, seja de grandes empresas, organizações sociais ou pequenos movimentos artísticos:

A principal meta do Procultura está focada no equilíbrio dos investimentos, tanto do ponto de vista da regionalização, quanto do atendimento ao maior número possível de demandas e projetos culturais. As apresentações feitas pelo Procultura exaltam uma construção compartilhada com a sociedade civil, por meio de debates públicos. (MISINO, 2014, p. 113)

Este dispositivo traz uma maior regulação por parte do Estado desse incentivo por meio da Comissão Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – CONFIC, órgão colegiado do MinC, que propõe eleger representantes da sociedade que participarão da gestão do Procultura, presidida e nomeada pelo Ministro de Estado da Cultura, assegurando na composição a diversidade regional, setorial, além de representantes

¹⁹ SEMINÁRIO CULTURA POLÍTICA, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bYN-ujubn4E>>. Acesso em: out. 2015.

políticos das esferas Federal, Estadual e Municipal. O capítulo II em seu Art. 6º determina:

Art. 6º. A CONFIC terá a seguinte composição:
 I - o Ministro da Cultura;
 II - Titulares das Secretarias do Ministério da Cultura;
 III - Titulares das entidades vinculadas ao Ministério da Cultura;
 IV - um representante dos Secretários de Cultura das Unidades Federadas;
 V - um representante do empresariado brasileiro; e
 VI - representantes da sociedade civil. (BRASIL, 2016, p. 4)

Nesta nova versão houve uma mudança da sigla do órgão colegiado, de Comissão Nacional de Incentivo e Fomento à cultura (CNIC) para Comissão Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (CNFIC), o que demonstra a modificação de prioridades, colocando o financiamento à cultura como destaque. No entanto, no que tange à participação da sociedade na forma do colegiado, o referido PL confere mais ênfase aos cargos políticos, deixando vaga a noção de representantes da sociedade civil no Item VI, já que no documento anterior a sociedade civil era nomeada através de artistas, intelectuais idôneos, especialistas, entidades associativas dos setores culturais e artísticos etc.

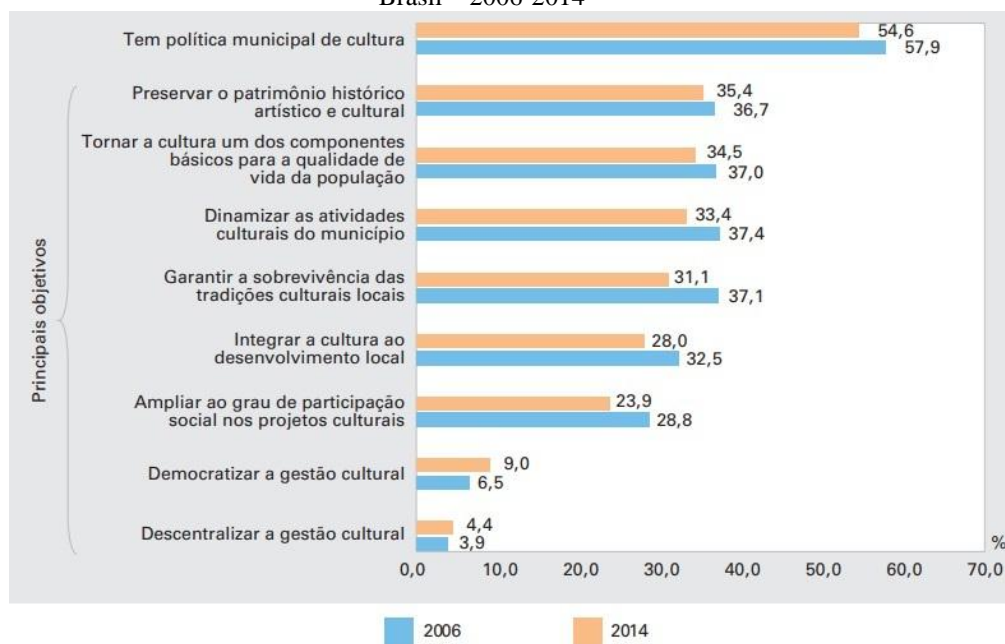
Desse modo, o Estado acaba mais por normatizar e financiar do que implementar as políticas públicas de cultura, que são de escolha do mercado, de acordo com suas ideologias, o que vai de encontro aos ideias do PNC (2011), que normatiza uma visão mais ampla e diversa de cultura. Para André Augustin (s/d), as leis de incentivo são a principal estratégia de políticas de cultura, em que o poder público financia e o setor privado gerencia.

O mercado e sua elite se tornam, assim, fortes concorrentes do Estado de Bem-Estar Social. Percebe-se que os representantes do Estado de bem comum cedem a muitos dos apelos da classe dominante para que possam sobreviver em meio ao conservadorismo excludente, ideais democráticos diversos, antirracistas e que, em se tratando das políticas culturais, em contraponto às leis de incentivo fiscal, não tem a mesma força que a última para ultrapassar a legislação de uma maneira mais efetiva. Ou seja, o modo como a elite organiza e concebe as políticas culturais revela o quanto as mesmas são importantes na distinção de classes.

Partindo para a efetivação das políticas de cultura por meio dos novos programas de governo nos últimos doze anos, os indicadores culturais do IBGE em comparativo de

2006-2014²⁰ sobre a existência de política cultural nos municípios brasileiros, apontam que pouco mais da metade (54,6%) das cidades tinham uma política para o setor, declinando ainda em 3,3 pontos percentuais daqueles que declararam ter essa formulação entre 2006 e 2014.

Gráfico 1 - Percentual de municípios com política municipal de cultura e seus objetivos principais – Brasil – 2006-2014

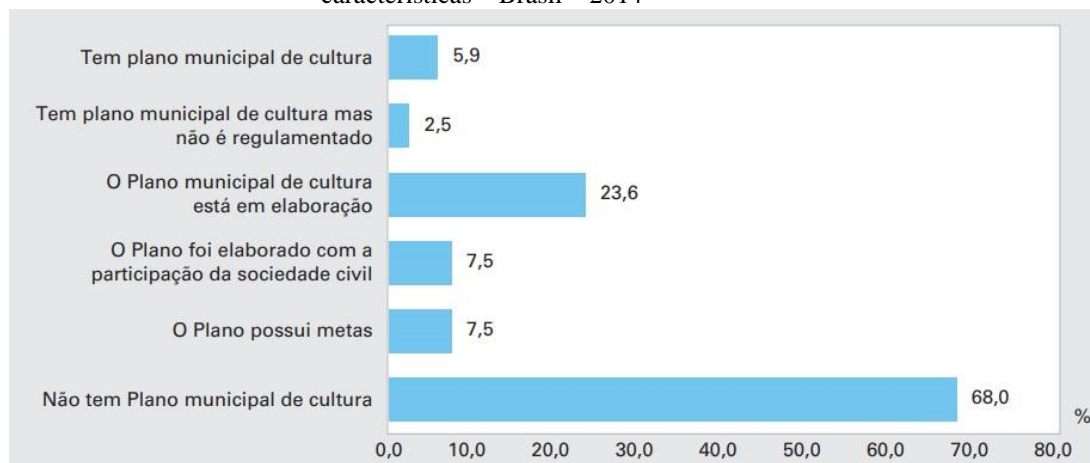


Fonte: IBGE, 2015.

Outro indicador demonstrando as lacunas para o exercício das políticas culturais nos municípios se reflete na baixa existência de Planos Municipais de Cultura (PMC) que partem da implementação do SNC. Segundo os dados do IBGE, em 2014, apenas 5,9% dos municípios possuíam plano de cultura regulamentado legalmente; 2,5% afirmaram ter o plano, mas sem regulamentação; e 23,6% declararam que o plano estava em fase de elaboração:

²⁰ IBGE. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: cultura**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf>> Acesso em: 28 abr. 2017.

Gráfico 2 - Percentual de municípios que têm plano municipal de cultura, segundo algumas características – Brasil – 2014



Fonte: IBGE, 2015.

No microcosmo de nossa pesquisa, os órgãos representativos das Políticas Culturais no Município de Ituiutaba são a Fundação Cultural de Ituiutaba (FCI) e a Fundação Municipal Zumbi dos Palmares (FUMZUP). A FCI, até 2014, tratava-se de uma autarquia do Município vinculada à administração indireta, órgão responsável pela gerência da cultura, instituída como tal pela Lei Orgânica Municipal de Ituiutaba (1990), que em sua Sessão II, no que se refere à cultura, explicita que:

Art. 114 - O Município desenvolverá sua ação de apoio, assistência, estímulo e orientação, no setor da cultura, através da Fundação Cultural do Município, à qual serão destinados recursos compatíveis com os projetos, programas e iniciativas que o Conselho Curador da referida fundação entender conveniente e necessários. (ITUIUTABA, 1990)

No entanto, em 2014 o então Prefeito da cidade institui a FCI, através da Lei n. 4.293/14, passando a mesma à personalidade jurídica com direito público, haja vista que o Município de Ituiutaba assina, em 2013, um compromisso com o Ministério da Cultura, se comprometendo a criar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o qual exige uma Secretaria de Cultura no Município ou equivalente, ligada ao poder público. Trata-se de um processo novo para as políticas culturais da cidade, já que impõem sistemas de colaboração entre União, Estados e Municípios, que vai tratar de pensar as Políticas Públicas de Cultura diretamente vinculadas ao poder público:

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é um instrumento de gestão compartilhada de políticas públicas de cultura entre os entes federados

e a sociedade civil. Seu principal objetivo é fortalecer as políticas culturais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios por meio de institucionalização e ampliação da participação social para promover desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e amplo acesso a bens e serviços culturais. (BRASIL, 2013, p. 08)

A Prefeitura, então, busca atender à novas legislação sem, contudo, implementar de fato o Sistema Municipal de Cultura, ficando somente a plano de metas, ao que consta nas Diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016 e 2017 nas Leis n. 4.369/15 e 4.438/16, em seus respectivos anexos de metas e prioridades, no setor da cultura, de responsabilidade da FCI para com a elaboração e implementação de alguns mecanismos do SNC.

Já a FUMZUP, criada em conformidade com o artigo 143 da Lei Orgânica do Município de Ituiutaba, de 21 de abril de 1990, se funda na Lei n. 2.768, de 06 de março de 1991, com personalidade Jurídica de Direito Público, sendo vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Sendo assim, até 2014 a FUMZUP era o único órgão oficial do governo, ligado à administração direta de Ituiutaba relacionado ao setor da cultura. A mesma faz um trabalho coletivo de afirmação da identidade e da cultura negra, em parceria com escolas, universidades e a comunidade, o que suscita reflexões sobre como o poder público instaura uma instituição ligada ao Governo Municipal para tratar da afirmação da cultura negra e, no entanto, a mesma não é contemplada nos vários espaços e relações sociais da cidade, como analisamos em capítulos posteriores.

Além disso, a citada instituição representa toda a luta da comunidade negra de Ituiutaba por ocupação de espaços na cidade, mesmo que sejam estes locais específicos, haja vista que a inscrição da população negra na cidade se dá inicialmente pelo processo escravocrata, marcado ainda hoje pelo racismo e o desinteresse e silenciamento da gestão da cidade para as divisões segundo espaços de cultura, que compõem raça e classe.

No contexto nacional, em 2015, no segundo mandato do governo Dilma, a presidenta nomeia Juca Ferreira como Ministro da Cultura. Porém, em 2016, vivencia-

se um processo de incertezas²¹ no Brasil, concretizado nos trâmites de impeachment²² que afastou definitivamente a Presidenta Dilma Rousseff (PT) em 31 de agosto de 2016. Este processo repercutiu em diversas manifestações pelo país, por parte dos movimentos sociais progressistas, trabalhadores(as), sindicalistas apoiadores do governo, intelectuais e os sujeitos do campo da cultura que se colocaram contra o impeachment.

No dia 31 de março de 2016, ocorreu o “Encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia”. Juca Ferreira teve papel de destaque na condição de articulador do evento, que foi marcado pelas manifestações de apoio à permanência de Dilma Rousseff com a entrega de moções contra o impeachment (LOPES et al., 2016, p. 12).

No entanto, toda a movimentação não foi suficiente para impedir o impeachment na Câmara os Deputados e no Senado. Assume a presidência o até então vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Sendo assim, por mais que os movimentos sociais e que os intelectuais de base progressista façam a defesa do governo petista reconhecendo seus avanços, os mesmos não sejam acríticos aos seus limites e desafios. Em que pese os programas de governo de Lula e Dilma apontando para um Estado de Inclusão social das pessoas e questões, até então marginalizadas, como a pobreza, os direitos dos/as negros/as; das comunidades tradicionais; o acesso à educação superior, entre outros, podemos considerar a análise de Marilena Chauí (2013) sobre os mecanismos aliados à política neoliberal:

A ideia de inclusão social não é suficiente para derrubar essa polarização. Esta só pode ser enfrentada se o privilégio for enfrentado e este só será enfrentado por meio de quatro grandes ações políticas: uma reforma tributária que opere sobre a vergonhosa concentração de renda e faça o Estado passar da política de transferência de renda para a da distribuição e redistribuição da renda; uma reforma política, que dê uma dimensão republicana às instituições públicas; uma reforma

²¹ BLOG da Boitempo. **Cronologia do golpe.** s/a. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

²² UOL notícias. **Senado aprova impeachment de Dilma, e Temer é efetivado presidente do Brasil.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/senado-aprova-impeachment-e-dilma-deixa-presidencia-em-definitivo.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

social, que consolide o Estado do bem-estar social como política do Estado e não apenas como programa de governo; e uma política de cidadania cultural capaz de desmontar o imaginário autoritário, quebrando o monopólio da classe dominante sobre a esfera dos bens simbólicos e sua difusão e conservação por meio da classe média. (CHAUÍ, 2013, p. 132)

É o que se pode observar sobre as primeiras decisões do governo interino de Michel Temer na Presidência, cinco dias após sua posse, quando é feita a alteração e revogação da Lei de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, na qual consta, mais uma vez, a extinção do Ministério da Cultura, por meio da medida provisória n. 726, no dia 12 de maio de 2016. Entre outros órgãos, foi expresso:

Art. 1º. Ficam extintos:

- I - a secretária de Portos da Presidência da República;
- II – a secretária de Aviação Civil da Presidência da República;
- III – a secretária de Comunicação Social da Presidência da República;
- IV – a Controladoria-Geral da União;
- V – o Ministério da Cultura;
- VI – o Ministério das Comunicações;
- VII – o Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- VIII – o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, e dos Direitos Humanos; (BRASIL, 2016).

A pasta da cultura seria, assim, fundida novamente ao Ministério da Educação, sob a justificativa de contenção de gastos. Mas com a pressão popular²³ de artistas, educadores, militantes de diversos movimentos sociais, que ocuparam o MinC contra sua extinção, o então Presidente interino recuou e decidiu recriar o MinC onze dias depois, com publicação extra no Diário Oficial da União, em 23 de maio de 2016, nomeando, assim, seu novo ministro, Marcelo Calero.

No entanto, seis meses depois, no dia 17 de novembro, o ministro nomeado pede demissão por motivos pessoais, mas que estão diretamente ligados a razões políticas²⁴, haja vista que o mesmo declara que estava sendo alvo de perseguição política, ao ser

²³ ESTADÃO. **Artistas protestam contra extinção do MinC e ocupam prédios públicos**. 2016. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,artistas-protestam-contr-extincao-do-minc-e-ocupam-predios-publicos,10000052067>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

²⁴ FOLHA DE SÃO PAULO. **Fora do governo, Calero acusa Geddel de pressioná-lo para liberar obra**. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1833696-fora-do-governo-calero-acusa-geddel-de-pressiona-lo-para-liberar-obra.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

assediado por empresários para que os beneficiassem em obras que estavam fora das normas do IPHAN. O Governo, então, anuncia a posse de Roberto Freire, em 18 de novembro de 2016. O mesmo chegou a defender a junção das pastas de educação e cultura em um mesmo Ministério, em entrevista ao G1 referente a seus elogios pela rede social do *Twitter* sobre países sem Ministério da cultura.²⁵

Em meio a esses acontecimentos, foi mantido um órgão imprescindível para a consolidação de políticas que visam cumprir o dever do Estado para com a população, no que tange ao direito à cultura. O que não deixa de suscitar reflexões sobre os interesses majoritários em relação a tal Ministério, já que as reivindicações ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos não tiveram o mesmo desfecho.

Sendo assim, temos no tempo presente uma nova conjuntura política referente às políticas públicas como um todo no Brasil, e, em especial, às políticas sociais e de cultura, já que essas foram os primeiros alvos de extinção no arcabouço de mudanças propostas pelo atual governo. O mesmo se passa com o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, o que é bem sintomático em uma política de governo que demonstra desinteresse para com o papel do Estado, em que pese a cultura como bem de todos/as e as políticas voltadas para o incentivo e a inclusão de todos/as nessa gama de culturas e identidades que formam o povo brasileiro.

²⁵ GI, Política. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/em-maio-freire-elogiou-post-sobre-paises-sem-ministerio-da-cultura.html>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

CAPÍTULO 2

POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL:

CULTURA E IDENTIDADE NEGRA

2.1 Políticas de promoção da igualdade racial

No Brasil, o reconhecimento do Estado para com a pluralidade cultural ocorreu durante os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em meio a uma política de inclusão social, caracterizada por um processo educativo que objetivava atender às demandas de grupos populares que vêm resistindo ao silenciamento imposto por legitimados meios de produção artística e cultural. A legitimada “alta cultura” ou “cultura erudita” tem viés eurocêntrico, patriarcal, cristão, heteronormativo, elitista e, consequentemente, é excludente para com os grupos sociais desprivilegiados social e economicamente, bem como desconsidera as diversas ancestralidades étnicas da população, como outras práticas culturais que fujam ao modelo por ela traçado.

No primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), o anterior ministério da Previdência e Assistência Social foi bipartido e passou a ser composto pelo ministério da Previdência (Ricardo Berzoini) e ministério de Assistência e Promoção Social (Benedita da Silva). O perfil da ministra já é um indicativo da proposta daquele ministério, visto ser ela a primeira mulher negra a ocupar cargos políticos de alto escalão.²⁶ No mesmo governo, Gilberto Gil assume o ministério da Cultura, músico negro de expressiva carreira artística e política ativista.²⁷

²⁶ “Benedita da Silva vem de uma família de quinze irmãos do morro do Chapéu Mangueira, Rio de Janeiro. Desde cedo trabalhou como engraxate, camelô, doméstica e vendedora de pastel. A infância marcada pelo trabalho seria ainda vitimizada por um estupro ainda adolescente”. (Responsabilidade Social. Disponível em: < <http://www.responsabilidadesocial.com/perfil/benedita-da-silva/>>) “Em 1994, tornou-se a primeira mulher negra a ocupar uma vaga no Senado, dando continuidade a uma carreira pública que começou em 1982, quando foi eleita vereadora no Rio de Janeiro, após militância na Associação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro – viveu 57 anos no morro do Chapéu Mangueira – e no Centro de Mulheres de Favelas e Periferias. Foi deputada federal por dois mandatos (1987-1991 e 1991-1994). Foi eleita vice-governadora do Rio de Janeiro em 1998, na chapa de Anthony Garotinho e assumiu o governo em abril de 2002, tornando-se a primeira mulher negra a governar um Estado brasileiro”. (Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2006/05/09/conheca-os-ministros-e-secretarios-do-governo-lula/>>)

²⁷ Gilberto Passos Gil Moreira nasceu em Salvador (1942) e passou sua infância em Ituaçu, interior da Bahia. A partir dos 10 anos de idade foi estudar em Salvador no Colégio Nossa Senhora da Vitória

No que tange às políticas de igualdade racial, ao que aponte para um Estado que valorize as diversas culturas praticadas no país, Matilde Ribeiro (2012) retrata o processo de consolidação da política de combate à desigualdade racial do governo federal entre os anos de 2003-2010, apontando seus avanços e limites a partir das vozes de diferentes atores do Movimento Negro, composto por ativistas, figuras políticas, estudiosos/as e componentes de movimentos sociais partícipes da vida política do país. Demonstra, assim, como a cultura muitas vezes se inseriu como demarcador da resistência negra por se fazer ouvir e a partir dela alcançando outras esferas de reivindicação, como na área da educação formal.

Segundo ela, os movimentos se utilizaram da sua maior força, que é a cultura, para tentar derrubar determinados privilégios sociais e raciais, através de um processo educativo que visava a transformação social, para que novos atores tivessem oportunidades, buscando assim, desconstruir, sob uma visão crítica, os modelos instituídos que causam tanto a violência física como a simbólica. Neste aspecto, aferimos que a implementação de políticas de igualdade racial deu visibilidade à histórica divisão social, que tem na cultura o caráter de “distinção simbólica”, termo cunhado por Pierre Bourdieu.

Para Pierre Bourdieu (1976) a distinção simbólica é constituída em “um tipo determinado de condições materiais de existência”, que ele chama de “sistema de esquemas geradores”:

Às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a re-tradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência. As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que chamamos estilo de vida) porque são o produto do mesmo operador prático, o *habitus*, sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto. (BOURDIEU, 1976, p.18)

(Marista) e em uma escola de acordeom. cursou Administração de Empresas na Universidade da Bahia, mudou-se para São Paulo em 1965 em busca de trabalho e a partir de então fez carreira musical, mudando de cidade e estado conforme demandavam os contratos com as gravadoras. Consolidou-se como uma das mais criativas e influentes personalidades da música brasileira e fundou o movimento Tropicalista. Em 1968, foi preso devido Ato Institucional nº 5, que cerceou a liberdade artística e dos cidadãos, sendo exilado em Londres. Voltou ao Brasil em 1972 e seguiu carreira artística. Em 1988 ingressou na carreira política como o vereador mais votado em Salvador e, em 2003, tornou-se Ministro da Cultura, cargo que ocupou até julho de 2008.

Esses esquemas geradores, que podem ser éticos ou estéticos, exprimem em uma lógica própria a necessidade dessas condições materiais de existência em sistemas de preferências. As oposições entre esses sistemas de preferência “reproduzem, sob uma forma transfigurada e muitas vezes irreconhecível, as diferenças ligadas à posição na estrutura da distribuição dos instrumentos de apropriação”. Sendo assim, as preferências de gosto, que são duráveis e transponíveis, por determinada expressão cultural, exprimem as necessidades objetivas dos sujeitos (seu *habitus*) e se diferem de acordo com a posição desses sujeitos na estrutura de distribuição dos instrumentos de apropriação. Essa distribuição por parte das políticas de Estado para a cultura no Brasil, como já observamos aqui, atendeu, durante longo período, aos interesses do jogo político travado entre governantes e empresas, sendo sua distribuição transmutada em distinções simbólicas. Podemos considerar, então, que a proposta de uma política de igualdade racial com atuação no campo da cultura e da educação formal vislumbrava atenuar as distinções simbólicas. Analisamos daqui por diante como essa proposta se efetivou em termos de programas de governo, legislação e seu desdobramento no microcosmo da cidade de Ituiutaba.

Em âmbito de política de estado, em 21 de março de 2003 foi criada a Medida Provisória n. 111, convertida na Lei n. 10.678/2003 para Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Esta medida trouxe desde a data escolhida para sua criação, o reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro, “pois em todo o mundo celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória do Massacre de Shaperville”.²⁸ (SEPPIR, 2017)

A proposta da política de igualdade racial, no que tange tanto à educação formal (escolas) quanto à não-formal (objeto desta pesquisa), desestabiliza, portanto, dois polos conceitualmente firmados, o da cultura popular e erudita:

Se pelo termo cultura entendermos uma herança de valores e objetos compartilhada por um grupo humano relativamente coeso, poderíamos

²⁸ “Em 21 de março de 1960, 20.000 negros protestavam contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde eles podiam circular. Isso aconteceu na cidade de Joanesburgo, na África do Sul. Mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército atirou sobre a multidão e o saldo da violência foram 69 mortos e 186 feridos”. (SEPPIR, 2017)

falar em uma cultura erudita brasileira, centralizada no sistema educacional (e principalmente nas universidades), e uma cultura popular, basicamente iletrada, que corresponde aos modos materiais e simbólicos do homem rústico, sertanejo ou interiorano, e do homem pobre suburbano ainda não de todo assimilado pelas estruturas simbólicas da cidade moderna. (BOSI, 1992, p.308)

Desestabiliza porque a cultura popular (emana do povo), que no decorrer da história da educação no Brasil teve como característica o iletramento, ou seja, não fazia parte do currículo escolar ou das práticas culturais patrocinadas pelo Estado, passa a compor os programas, as medidas e ações do Estado.

Tratando-se da cultura negra, tida como “popular” até então, passa a adentrar oficialmente o espaço acadêmico por meio das medidas do Estado. Em ordem cronológica:

- 1) Alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promovida pela Lei n. 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira” no ensino fundamental e médio;
- 2) Orientações do Conselho Nacional de Educação (Parecer CNE/CEN n. 003/2004 e Resolução n. 1/2004), que regulamentam e estabelecem as diretrizes nacionais curriculares para a educação étnico-racial no país;
- 3) Criação do Programa Brasil Quilombola, lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola pelo Decreto n.6.261/2007;
- 4) As ações afirmativas no ensino superior – majoritariamente cotas – voltaram-se para negros, egressos de escolas públicas, moradores de áreas específicas, estudantes de baixa renda, entre outros critérios. Iniciada em 2004 com a experiência das instituições de ensino superior estaduais do Rio de Janeiro, configuravam, em 2012, um quadro de 125 instituições por todo o Brasil. Dentre estas iniciativas, a maior parte tinha como beneficiários egressos de escola pública (107), seguido de indígenas (63) e negros (51) (INCTI, 2013);
- 5) Promulgação do Decreto n. 6.040/2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, desdobrada na meta n. 6 do Plano Nacional de Cultura (2010-2020): ao menos 50% dos povos e grupos cadastrados no Sistema Nacional de Informações e

Indicadores Culturais (SNIIC) sejam atendidos por ações de promoção da diversidade cultural;

- 6) Aprovação do Plano Nacional de Cultura, Lei n. 12.343/2010, instituído em 2011;
- 7) Implantação em 2010 do Programa Mais Educação, que atende, prioritariamente, escolas de baixo Ideb, situadas em capitais, regiões metropolitanas e grandes cidades em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social, que requerem a convergência prioritária de políticas públicas e educacionais;
- 8) Aprovação da Lei n. 12.711/2012, a Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino;
- 9) Programa Mais Cultura nas Escolas (2014) instituído por meio da iniciativa acordada entre o MinC e o MEC, com objetivo de “fomentar ações que promovam o encontro entre o projeto pedagógico das escolas públicas contempladas com os Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador e experiências culturais e artísticas em cursos nas comunidades locais”.

A meta n. 6 do PNC (2011) conta que existem aproximadamente 4,5 milhões de famílias pertencentes a 26 povos e comunidades tradicionais, os quais se reconhecem culturalmente diferenciados, com formas próprias de organização social e por isso se encaixam no Decreto n. 6.040/2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Tal meta tem como objetivo atender ao menos 50% desses povos e grupos cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) por meio de ações que valorizem a diversidade cultural. Delibera que, para isso, é necessário que haja um trabalho conjunto entre o governo federal, os estados e municípios, segundo as especificações do Plano. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que há uma preocupação com a preservação de manifestações de povos tradicionais e populares, a meta n. 28 aponta para um trabalho de ampliação de acesso à cultura, devido aos baixos índices de frequência da população nos espaços de cultura. A quais culturas é o que buscamos analisar mais adiante no microcosmo de Ituiutaba.

Já a meta n. 4 do PNC (2011) especifica a importância da valorização e da preservação das comunidades tradicionais e culturas populares, com a previsão de criação ou alteração de leis para que esses conhecimentos adentrem o espaço formal da

escola. Segundo a meta, o meio escolar deve incluir esses sujeitos e trabalhar em prol de um conhecimento realmente plural e significativo. Isso aponta para a relevância de um plano construído a partir da demanda da sociedade, dela com a escola.

A pesquisa de Kate Costa (2016) faz esse percurso a partir das políticas culturais de educação, tendo como foco o Programa Mais Cultura nas Escolas de Uberlândia. Esse Programa visa a interlocução entre o currículo escolar e as culturas da comunidade, com a consequente ocupação dos espaços da escola e seu entorno. A pesquisa desvela o imaginário que permeia o universo cultural, permitindo-nos indagar a questão de forma mais ampla. Para além do acesso à diversidade cultural, ela observa que se mantem o caráter canônico de determinadas artes que foram enfatizados, juntamente com a valorização das habilidades de determinados/as alunos/as, no sentido da manutenção da distinção. Ela explica como a maioria dos projetos desenvolvidos nas escolas por meio do Programa ainda priorizam a cultura erudita em detrimento da popular e, com isso, dedica-se “a uma minoria de público, no caso das escolas, a uma minoria de alunos que possui ‘dons especiais’”. Como foi constatado na pesquisa, apenas sete alunos participaram do Projeto.” (COSTA, 2016, p. 201). E conclui:

Nesse sentido, observamos interesses distintos na execução do Programa Mais Cultura nas Escolas. Inclinações que variaram de acordo com o *habitus* da Iniciativa Cultural Parceira e com os interesses voltados para um mercado cultural que, na maioria das vezes, não coincidia com a Proposta Política Pedagógica das escolas. Embora em vários desses textos [dos Projetos] aparecesse a intenção de uma possível emancipação crítica, nem sempre coadunavam com as manifestações culturais da comunidade onde a escola estava situada. (COSTA, 2016, p.211)

No mesmo estudo, ela considera que apesar das limitações do Programa, as iniciativas culturais populares tentaram mexer nas estruturas da ordem:

As possibilidades de reengendrar os espaços sociais acontecem por meio de algumas das propostas das Iniciativas Culturais Parceiras que possuem em sua manifestação artística e cultural características de subversão da ordem, ligadas a tomadas de posições no campo, como o movimento da cultura afrodescendente, o grafite, das raízes caipiras e o circo. Porém, há a limitação do tempo em que estiveram junto com a comunidade. Como são projetos concebidos entre os agentes das escolas e as entidades Parceiras, os Projetos não são concebidos com a comunidade de um modo geral, o que gera dificuldade para uma possível emancipação crítica. (COSTA, 2016, p. 212)

Observamos por meio da referida pesquisa que a educação não-formal abarca genuinamente os anseios das comunidades populares, enquanto os esforços de trazê-las para a educação formal requer adaptações ao jogo de interesses que permeia essa instituição. Quando Magda Soares questiona a escolarização da literatura infantil e juvenil, que são manifestações artístico-culturais, pergunta: que relações existem entre o processo de escolarização e a literatura infantil [arte]? Sob que perspectivas podem essas relações ser analisadas? Em sua análise considera que sua escolarização é, de fato, sua apropriação pela escola, para atender aos fins formadores e educativos curriculares, “porque é da essência da escola a instituição de saberes escolares, que se constituem pela didatização ou pedagogização de conhecimentos e práticas culturais” e não a experiência literária em si, que é estética. Por isso conclui:

Distinguimos entre uma escolarização adequada e uma escolarização inadequada da literatura: adequada seria aquela escolarização que conduzisse eficazmente às práticas de leitura literária que ocorrem no contexto social e às atitudes e valores próprios do ideal de leitor que se quer formar; inadequada é aquela escolarização que deturpa, falsifica, distorce a literatura, afastando, e não aproximando, o aluno das práticas - de leitura literária, desenvolvendo nele resistência ou aversão ao livro e ao ler. (SOARES, 2011, p.78)

A conclusão de Magda Soares, pensada na perspectiva das manifestações artísticas populares, possibilita-nos considerar que seu ingresso adequado na educação formal seria o de conduzir eficazmente como elas ocorrem no contexto social e às atitudes e valores próprios do ideal de praticantes que se quer formar. Contudo, ao que indica a pesquisa de Kate Costa (2016), a escolarização tem deturpado, falsificado e distorcido as culturas populares, afastando e não aproximando os/as alunos/as dessas práticas, o que pode contribuir para desenvolver resistência ou aversão a elas. Parece-nos que o mais próximo que o desenvolvimento das políticas de cultura para as escolas consegue aproximar os/as alunos/as da diversidade cultural é, ainda, reconhece-la como o conceito tradicional de “folclore”, de modo pejorativo, oposta à cultura erudita, legitimada e que serve como objeto de distinção.

Era exatamente o que o ministro da cultura Gilberto Gil (2003-2008) temia quando expôs seu posicionamento sobre o significado antropológico de cultura que seu ministério propunha, já citado no capítulo anterior: “Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos” e não “uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos”. (GIL, 2003)

A abordar o conceito de cultura Alfredo Bosi (1992, p. 07) considera que é preciso admitir seu caráter plural, a fim de compreendê-la como um “efeito de sentido”, ou seja, como “resultado de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço”. Assim, a cultura assume o caráter educativo da sociedade quando há ciência de que é entre essa pluralidade de forças que vão coexistir a divisão social e a ideia de uma pretensa identidade nacional. Ele reafirma esse caráter de pluralidade quando traz como exemplo as diversas culturas existentes dentro de um mesmo grupo social, por isso afirma que existem, por exemplo, “culturas negras”. Portanto, a sobrevivência das culturas negras se daria pelo ciclo e enraizamento, enfatizando sua pluralidade e resistindo ao modelo capitalista de massa, mercadológico, flutuante e passageiro.

É nessa perspectiva que nossa pesquisa questiona a participação da população negra nos diversos espaços culturais da cidade de Ituiutaba, a fim de saber quais políticas de cultura são legitimadas por essa população. Isso considerado que a educação não-formal produz conhecimentos válidos “via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas”. (GOHN, 2014, p.40)

Nesse sentido, a cidade, com suas ruas, praças e outros espaços públicos, possui enorme sentido na vida desses atores, que percebem fisicamente e simbolicamente o local no qual estão inseridos e como são vistos pela população. Esse é o caráter não-formal da educação na cidade, onde “o contexto tem um papel de alta relevância porque ele é o cenário, o território²⁹ de pertencimentos dos indivíduos e grupos envolvidos” (GOHN, 2014, p.38). Por isso nos detivemos nesta pesquisa à forma como esses espaços são ocupados e como eles dizem da nossa organização social e os sentidos de pertencimento que podem ser produzidos.

Maria da Glória Gohn (2011, p. 107) enfatiza ainda que a cidade, enquanto espaço que educa, tem a obrigação de fortalecer as políticas na área de cultura, assegurando direitos a uma cidadania plena, formando sujeitos críticos, participantes e conscientes do mundo social e da responsabilidade do Estado para com o bem comum

²⁹ Milton Santos (1999, p.8) conceitua território não apenas como “o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

de todos. Nesse sentido, cabem todas as formas de educação que estarão imbrincadas aos processos e eventos culturais da cidade.

Ao considerar que a cidade educa em uma parceria com a escola, Moacir Gadotti também alerta que ela não o faz espontaneamente, mas por meio da vontade política e da perspectiva histórica, por isso afirma:

Precisamos de uma pedagogia da cidade para nos ensinar a olhar, a descobrir a cidade, para poder aprender com ela, dela, aprender a conviver com ela. A diferença não é uma deficiência. É uma riqueza. Existe uma prática da ocultação das diferenças, também decorrente do medo de ser tocado por elas, sejam as diferenças sexuais, culturais, etc. (GADOTTI, 2006, p. 139)

Compreendemos, assim, a necessidade de investigar esses espaços sob a perspectiva das políticas culturais existentes na cidade de Ituiutaba, buscando compreender os significados de tais processos para se avançar na construção ou reconstrução de políticas culturais que ensejem para o direito aos espaços da cidade, sendo tais ocupações de qualidade e mais igualitárias e diversas, onde é possível se construírem as identificações culturais que corroboram para a com a identidade negra.

2.2 Educação, cultura popular e identidade negra

Alfredo Veiga Neto, ao fazer uma análise sobre cultura e educação, explica que:

De modo um tanto resumido, pode-se dizer que ao longo dos últimos dois ou três séculos as discussões sobre Cultura e educação restringiram-se quase que apenas a questões de superfície. Com isso não quero dizer que as discussões tenham sido superficiais, mas sim que, por um bom tempo, a Modernidade não questionou seriamente os conceitos de Cultura e de educação [...]. (VEIGA NETO, 2003, p. 07)

Segundo ele, a educação era entendida como meio para se alcançar as formas mais elevadas de cultura, tendo como modelo as conquistas já atingidas pelos grupos sociais que receberam mais educação formal, considerados os mais cultos, o que previa, assim, a ideia de um modelo universal de cultura que partisse de grupos dominantes, por isso:

Desde que no século XVIII alguns intelectuais alemães passaram a chamar de *Kultur* a sua própria contribuição para a humanidade, em termos de maneiras de estar no mundo, de produzir e apreciar obras de

arte e literatura, de pensar e organizar sistemas religiosos e filosóficos – especialmente todo aquele conjunto de coisas que eles consideravam superiores e que os diferenciava do resto do mundo –, a Cultura passou a ser escrita com letra maiúscula e no singular. (VEIGA NETO, 2003, p.7)

Cria-se, assim, a ideia de baixa e alta cultura, bem como de que alguns sujeitos sequer possuem cultura, sendo, portanto, um elemento para diferenciações e justificativa de dominações e explorações. A ideia de cultura única influenciou, portanto, boa parte do pensamento pedagógico moderno, haja vista que nas teorias de Kant, desde 1776 e 1777, culminando em seu referencial pedagógico *Sobre a Pedagogia*. O mesmo acontece com outros autores alemães para quem cultura e educação tinham uma relação imbrincada, sendo a cultura uma disciplina educacional, algo para conter a selvageria e formar homens cultos:

Ora, é a partir daí que Kant vai detalhar como deverá ser a educação escolarizada, de modo que se torne eficiente para a construção de uma nova germanidade. E, sob o manto de um pretenso humanismo universal, o que estava em jogo era a imposição, pela via educacional, de um padrão cultural único, que era ao mesmo tempo branco, machista, de forte conotação judaico-cristã, eurocêntrico e, é claro, de preferência germânico. (VEIGA NETO, 2003, p. 10)

Esse padrão de desenvolvimento requerido dos sujeitos conta com uma ideia restrita de cultura, que desconsidera a diversidade de sujeitos das várias nações existentes e suas especificidades dentro de cada grupo social, a fim de criar um modelo único a ser seguido, que marginaliza os/as que não se encaixam nesses moldes. Veiga Neto (2003) avalia que o Estado brasileiro contribuiu durante longo tempo com a disseminação dessa concepção restrita de cultura na escola como um agente regulador da sociedade.

Soma-se às múltiplas tentativas de imposição de uma identidade cultural única, a herança cultural escravocrata da realidade brasileira, que projetou o racismo na mente da população e nas estruturas sociais, de modo a imputar aos negros e negras a inferioridade constante do seu ser, de sua estética, de suas culturas, que está ligada à sua ancestralidade e à sua história silenciada pelo colonizador.

Consequentemente, vive-se a cultura da branquitude, que segundo Maria Aparecida Bento (2002, p. 1) tratam-se de “traços da identidade racial do branco

brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento”³⁰. Para a autora, a relação entre esses dois conceitos é melhor compreendida a partir do processo de privilégio racial que o branco desfruta nas sociedades, em todas as áreas sociais, tendo como legítimos o seu ‘modo de viver branco’:

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando a sua supremacia econômica, política e social. (BENTO 2002, p. 1)

Isso em detrimento das demais etnias e, principalmente, da cultura negra. Ele aponta ainda que nos últimos quatorze anos, entre pesquisas, debates e implementação de programas institucionais de combate às desigualdades, o que mais lhe chama a atenção é o silêncio, a omissão ou a distorção em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa nas relações raciais brasileiras. O foco das discussões pelos grupos brancos [movimento sindicais, feministas, empregadores, funcionários do poder público, envolvidos/as com políticas de inclusão no trabalho, entre outros] se concentra somente na discriminação que sofrem os grupos negros, o que silencia um processo de privilégio racial branco. (BENTO, 2002)

A branquitude determina, então, o que é legítimo ou não, em uma sociedade que não questiona sua prática mantenedora dessa mentalidade e seus privilégios por pertencer a determinado grupo racial. Nesse cenário, ao mesmo tempo em que se discute o “problema do negro” na sociedade brasileira, privilegia-se o debate sobre a opressão de classe (exclusivamente de cunho econômico) sobre as demais formas de opressões, sendo essa mais uma forma de silenciar os conflitos raciais. (BENTO, 2002) Em que pese a barbárie refletida nas estatísticas sobre as condições de existência da população negra em todos os setores da sociedade, o pensamento de classe em detrimento de raça deslegitima o processo de luta empreendido por negros e negras contra o racismo:

³⁰ Medo da elite branca em final do século XIX e início do século XX, com o objetivo de extinguir progressivamente a população negra do Brasil (BENTO 2002). Ler mais sobre as teorias raciais que culminaram nessa política em: MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999, 152 p.

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil tem um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (BENTO, 2002, p.5)

Ao analisar o neoliberalismo e seus ideais, Michael Apple (2001, p.42) explica a importância da interseccionalidade de opressão nas análises sociais. Segundo o autor, os pobres seriam considerados como uma “raça à parte” pelo conservadorismo, podendo estes serem privados de direitos, como se não merecessem ser tratados nem como pessoas. O autor enfatiza que a opressão atinge as categorias de gênero, raça e classe, sendo estes três requisitos essenciais “para compreender tanto as intenções quanto os efeitos contraditórios da restauração conservadora”:

Igualmente importante é o fato de que, como assinalai, embora as relações hegemônicas com frequência tenham sido pensadas em termos de classe – e é de suma importância continuar a pensar sobre elas nestes termos –, é essencial que reconheçamos sempre a multiplicidade de relações de poder que circundam raça, sexo e “habilidade”. (APPLE, 2001, p. 44)

O conceito de hegemonia (branca) se refere, segundo Apple (2001, p. 43), “a um processo no qual grupos dominantes da sociedade se juntam formando um bloco e impõem sua liderança sobre grupos subordinados”. E, em se tratando especificamente da cultura, o autor questiona se:

Uma cultura dominante predominantemente branca deveria, por exemplo, ter o direito de julgar, em última instância, quais histórias afro-americanas, ou outras histórias do passado, do presente ou do futuro são “legítimas”, constituem aquelas a quem se deve dar o *imprimatur* oficial? (APPLE, 2001, p. 46).

Com esse questionamento ele situa uma ação recorrente do eurocentrismo e seus agentes, de deslegitimação da cultura negra, o que pode revelar diversas facetas, como a não aceitação da vivência e narrativa dos principais envolvidos na história, os/as negros/as. O que culmina no papel silenciador e violento para com negros e negras, apontando para reflexões sobre ideais “de direita” compondo ações “da esquerda”. Ainda discutindo sobre as políticas direitistas e seus ideais neoliberais, as quais vêm tomando conta da educação e retomando pautas conservadoras, Michael Apple

considera que, dentro desses aspectos, está a oposição binária entre o “nós” dos brancos (autores do discurso hegemônico) e o “eles” para os negros:

“Nós” somos cumpridores da lei, “trabalhamos duramente e somos decentes, virtuosos e homogêneos”. “Eles” [negros] são muito diferentes. São “preguiçosos, imorais, permissivos e heterogêneos”. Estas oposições binárias distanciam a maioria das pessoas de cor, as mulheres (i.e., as “as feministas”), os *gays* e as lésbicas, e outros membros das comunidades dos indivíduos “diferentes”. As vítimas de discriminação não são mais aqueles grupos que têm sido historicamente oprimidos, mas os “americanos reais”, que personificam as virtudes idealizadas de um passado romantizado. “Eles” são injustos. Estão recebendo sem dar. As políticas que os favorecem estão “solapando nosso modo de vida” e a maior parte de nossos recursos econômicos, criando um controle governamental sobre nossas vidas. (APPLE, 2001, p. 33)

Mesmo que este protagonismo venha se alterando nas últimas décadas, diante do fato de muitos sujeitos negros adentrarem o espaço acadêmico e outros poucos tenham assumido cargos administrativos e governamentais, ainda prevalece o discurso das pessoas brancas sobre as negras. Essa é uma herança da formulação de uma identidade brasileira única, como construída pelo renomado escritor pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987), cuja obra³¹ contribuiu para o silenciamento das consequências da escravidão no Brasil ao sonhar o país da democracia racial, da harmonia das raças, reiterando uma cultura nacional que retira todo o conflito racial, a diversidade cultural e de identidades raciais existentes na população brasileiro, em nome da “multiplicidade cultural”. Ideal esse que rejeita histórias, culturas, valores, ancestralidades diferentes que teimam em existir, mesmo que na resistência, haja vista que a identidade nacional ainda se revela eurocêntrica.

Mas será que existe uma cultura nacional no Brasil? Alfredo Bosi responde:

³¹ Casa-Grande & Senzala (1933), Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife (1934), Sobrados e Mucambos (1936), Nordeste: Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem... (1937), Açúcar (1939), Olinda (1939), O mundo que o Português Criou (1940), Um Engenheiro Francês no Brasil (1940), Problemas Brasileiros de Antropologia (1943), Continente e Ilha (1943), Sociologia (1945), Interpretação do Brasil (1947), Ingleses no Brasil (1948), Assombrações do Recife Velho (1955), Ordem e Progresso (1957), O Recife sim, Recife não (1960), Os escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX (1963), Vida social no Brasil nos meados do século XIX (1964), Brasília, Brasil e Brasília (1968), O brasileiro Entre os Outros Hispanos (1975), Tempo Morto e Outros Tempos (1975), Oh de Casa (1979), Homens, Engenharias e Rumos Sociais (1987).

Estamos acostumados a falar em *cultura brasileira*, assim, no singular, como se existisse uma unidade prévia que aglutinasse todas as manifestações materiais e espirituais do povo brasileiro. Mas é claro que uma tal unidade ou uniformidade parece não existir em sociedade moderna alguma e, menos ainda, em uma sociedade de classes. Talvez se possa falar em *cultura bororo* ou *cultura nhambiquara* tendo por referente a vida material e simbólica desses grupos antes de sofrerem a invasão e aculturação do branco. Mas depois, e na medida em que há frações do interior do grupo, a cultura tende também a rachar-se, a criar tensões, a perder a sua primitiva fisionomia que, ao menos para nós, parecia homogênea. (Grifos do autor. BOSI, 1992, p.310)

Entendemos a partir da conceituação de Bosi que essa cultura nacional vem embutida de várias culturas, algumas disputando reconhecimento, em um sério debate com a elite brasileira que teima em legitimar uma cultura importada, a eurocêntrica. Nessa disputa de narrativas com os dominantes, as manifestações culturais de matriz africana junto com as ações do Movimento Negro assumem um importante papel de resistência na desconstrução de estereótipos e ressignificação das culturas negras, apontando para um leque de pluralidade que ela é: constante, viva, de todos os seres humanos, seus fazeres, seus pensares, suas criações artísticas, seu trabalho e seus significados, visto que os:

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 2000, p.13)

São estas ações coletivas e manifestações culturais que assumem, portanto, o papel político de colaborar para que os sujeitos (re)construam a sua identidade negra, apesar da legitimação da branquitude em detrimento da negritude, em todas as instâncias sociais. Mas o que vem a ser a identidade negra?

Stuart Hall (2006) pondera que existem três concepções de identidade. A primeira corresponderia ao *sujeito do Iluminismo*, que era considerado possuidor de uma identidade unificada desde o nascimento, um ser centrado num núcleo interior.

Outro entendimento seria o do *sujeito sociológico*, que teria como característica trazer toda a complexidade do mundo moderno. Neste, a identidade dependeria, além do seu eu interior, da sua interação com outros sujeitos e culturas. Finalmente, a identidade do *sujeito pós-moderno* seria aquela fragmentada, não fixa e até mesmo contraditória; esse sujeito pode assumir, então, diversas identidades em momentos distintos.

Com a globalização, que começa na segunda metade do século XX, Hall (2006) considera que houve uma nova tentativa de formar uma identidade unificada em torno das culturas e identidades nacionais, de modo a atenuar as diferenças. Alteram-se, assim, os conceitos e se constroem outras formas de racismo:

Enfrentamos, de forma crescente, um racismo que evita ser reconhecido como tal, porque é capaz de alinhar “raça” com nacionalidade, patriotismo e nacionalismo. Um racismo que tomou uma distância necessária das grosseiras ideias de inferioridade e superioridade biológica busca, agora, apresentar uma definição imaginária da nação como uma comunidade cultural unificada. Ele constrói e defende uma imagem de cultura nacional — homogênea na sua branquidade, embora precária e eternamente vulnerável ao ataque dos inimigos internos e externos... Este hum (sic) racismo que responde à turbulência social e política da crise e à administração da crise através da restauração da grandeza nacional na imaginação. Sua construção onírica de nossa ilha coroada como etnicamente purificada propicia um especial conforto contra as devastações do declínio (nacional). (GILROY, 1992, p. 87 apud HALL, p. 38, 2006)

Na busca pela homogeneização da sociedade, investe-se, pois, na construção de uma identidade única, um modelo a ser seguido, tanto na individualidade quanto nas ações cotidianas nos vários espaços sociais de aprendizagens formais e não formais. No Brasil, a ideia de “mestiçagem” é a expressão mais popularmente utilizada para demonstrar a busca por uma identidade nacional, racial e cultural singular e pacífica. (MUNANGA, 1999)

No entanto, de acordo com Hall (2006), os efeitos da globalização são contraditórios no que diz respeito às identidades: algumas podem se deixar levar pela tradição, buscando recuperar a pureza anterior, enquanto outras se definem pela tradução, aceitando que as identidades não podem mais ser puras, e sim reconstruídas pela história, pelo posicionamento político e pela representação da diferença.

No que diz respeito à cultura negra e suas identidades, situam-se no campo da diáspora e da hibridização, o que significa:

[...] insistir que na cultura popular negra, estritamente falando, em termos etnográficos, não existem formas puras. Todas essas formas são sempre o produto de sincronizações parciais, de engajamentos que atravessam fronteiras culturais, de negociações entre posições dominantes e subalternas, de estratégias subterrâneas de recodificação e transcodificação, de significação crítica e do ato de significar a partir de materiais preexistentes. (HALL, 2003, p. 343)

Portanto, neste contexto de mistura e integração das culturas não há espaço para e nem possibilidade de uma pureza, haja vista que a colonização nos trouxe materiais históricos de outras fronteiras, os quais vão se resignificando no processo de descolonização, isto sem perder o caráter da diferença, assim como afirma Hall (2006, p. 41): “Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade”. Sendo assim, para o autor se torna difícil unificar etnia³² e raça:

[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós sabemos o que significa ser ‘inglês’ devido ao modo como a “inglesidade” (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*” (Grifos do autor. HALL, 2006, p. 48).

Para explicar melhor *esse sistema de representação cultural*, Hall (2006) elenca cinco elementos que compõe a narrativa de uma cultura nacional: *a narrativa de nação*, que compõe histórias e imagens, contadas na literatura nacional, na mídia e na cultura popular, que fornecem símbolos e rituais, que representam experiências compartilhadas de perdas, vitórias etc.; *a ênfase nas origens*, na tradição e intemporalidade; *a tradição inventada*, que busca a repetição de comportamentos, valores e normas relativos a um passado adequado; *o mito fundacional*, que localiza a origem da nação num passado distante, longe do “real”; e, por fim, a narrativa de um *povo original*. Sendo assim,

³² “A etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de “lugar” – que são compartilhadas por um povo. É tentador, portanto, tentar usar a etnia dessa forma “fundacional”. Mas essa crença acaba, no mundo moderno, por ser um mito. A Europa ocidental não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. As nações modernas são, todas, híbridos culturais” (HALL, 2006, p. 62).

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade. (HALL, 2006, p. 49)

Desse modo, por mais diferentes que os sujeitos sejam em termos de raça, classe e gênero, uma cultura nacional buscará unificá-los em uma grande família nacional. No entanto, essa *comunidade imaginada* não será somente um simples ponto de identificação simbólica, lealdade e união, a mesma também é uma estrutura de poder cultural. (HALL, 2006)

Essa estrutura de poder irá suprimir toda e qualquer manifestação que fuja ao modelo de uma pretensa cultura única: “A maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta – isto é, pela supressão forçada da diferença cultural”. (HALL, 2006, p. 59)

Em seu livro *Cultura Negra e Dominação*, Wilson Barbosa (2002) desenvolve o conceito de “uniculturalidade” como o lugar onde se encontram as culturas dominantes, que subjagam outras culturas, dominando-as e adaptando partes delas aos seus interesses, ou buscando destruí-las, inferiorizando suas populações em relação ao ser social da unicultura, o que se dá por meio de uma luta feroz e por vezes, aberta:

Com a conquista de outros povos, ou pelo menos de muitos deles, e a difusão do colonialismo, a subjugação de comunidades, que tinha por objetivo obter adesões para os sistemas dominantes, passou a assumir um caráter de exploração econômica direta, escravidão e eliminação física e cultural sistemática dos oponentes. (BARBOSA, 2006, p. 14)

Essa eliminação pode se dar pelo que o autor conceitua como “sincretismo negativo”, conhecido como sincretismo³³ ou sincretismo positivo: “a experiência de manifestação de uma cultura confundir-se com aquela de outra, por um processo de

³³ Ver sobre o sincretismo religioso em: ORTIZ, R. Do Sincretismo à Síntese. In: _____. **A Consciência Fragmentada**: ensaios de cultura popular e religião, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 102-103.

convergência, semelhança ou até convívio forçado”. (BARBOSA, 2006, p. 15) Ou seja, o fato de uma determinada cultura ser dominante, pode obrigar a outra, subjugada, a se expressar por meio da dominante, constituindo-se assim em um sincretismo negativo pela falta de espontaneidade:

Quando se examina retrospectivamente de modo comparado, a afro cultura do Brasil continuava a ser vítima de maior pressão assimiladora do que qualquer outro grupo. Até 1985 (advento do governo Sarney), não era possível às pessoas pobres (na maioria não-brancos) andarem pelas ruas sem a carteira de trabalho. Caso a mesma não estivesse assinada, o portador podia ser preso por “vadiagem”, crime que só pode existir na imaginação dos escravizadores. (BARBOSA 2006, p. 19)

Ao reconhecermos a hegemonia cultural branca damos, portanto, um importante passo no debate sobre cultura e na efetivação de políticas públicas culturais que ensejem práticas culturais diversas, ressignificadas e compromissadas com a igualdade racial.

Mesmo após 128 anos da oficial abolição da escravidão no Brasil, o racismo, enquanto sistema que se funda em meio a crenças, teorias, instituições e política, define cotidianamente as relações raciais, em uma evidente constante de tensões e lutas externas e internas, entre dominados e dominantes. O mesmo é evidenciado em várias pesquisas,³⁴ denunciando que o pensamento europeu de colonização, juntamente com o racismo, ainda exerce forte poder nas instâncias em que os mesmos se perpetraram inicialmente.

Sendo assim, a cultura negra, enquanto bem simbólico que representa as práticas culturais de negros e negras, resgatadas e transformadas no tempo, se torna o símbolo vivo da luta constante por ocupação efetiva do território em que a mesma se encontra, de maneira digna e valorizada. Segundo o conceito de Milton Santos (1999, p.7), “território [chão mais a identidade] é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história

³⁴ Várias pesquisas, em áreas diversas, apontam e denunciam o racismo nas instâncias educacionais, sociais, de saúde, de segurança pública, no mercado de trabalho, nas relações interpessoais, no imaginário social sob o viés da psicologia, nos espaços de lazer e cultura, na política; etc. O que demonstra o racismo institucional e estrutural em nosso País. Em se tratando da educação temos vários estudos, entre eles Cavalleiro (2000), Gomes (1996, 2002), Fazzi (2006), autoras que revelam as práticas e falas racistas que negros e negras vivenciam, tanto pelos/as colegas brancos/as, como professores / as no seio da escola, desde a educação infantil até o ensino médio.

do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. São, portanto, estas manifestações de existência que nos interessaram nesta pesquisa, de modo que o conceito de “popular” articulado ao de “culturas negras”, possibilitam-nos perceber como as culturas populares do povo negro demarcam território na sociedade tijucana (nome popular da “povoação do rio Tijuco”, onde se situa Ituiutaba).

Stuart Hall (2003), apresenta, por sua vez, três definições que são usadas para definir a “cultura popular”: a primeira, do senso comum, considera algo popular porque as massas compram, escutam e apreciam imensamente, tratando-se de uma definição mais comercial do termo e ligada à manipulação e aviltamento da cultura produzida pelo e para o povo; a segunda, de caráter antropológico, considera a cultura popular como todas as coisas que o povo faz ou fez, como os valores, os costumes e as mentalidades “do povo”; já a terceira definição do termo considera, em qualquer época, “as formas e atividades cujas raízes se situam nas condições sociais e materiais de classes específicas; que estiveram incorporadas nas tradições e práticas populares”. (HALL, 2003, p. 241)

Apesar de não descartar nenhuma das três definições, conforme sua aplicabilidade, em sua abordagem à cultura opta pela terceira. O que importa para ele é a luta de classes na cultura ou em torno delas, por isso não se preocupa com a autenticidade da cultura popular, pois por meio dessa definição reconhece que todas as formas culturais serão contraditórias, compostas de elementos antagônicos e instáveis. Sendo assim, o principal foco se situa na relação entre a cultura e as questões de hegemonia:

O termo “popular” indica esse relacionamento um tanto deslocado entre as culturas e as classes. Mais precisamente, refere-se à aliança de classes e forças que constituem as “classes populares”. A cultura dos oprimidos, das classes excluídas: esta é a área à qual o termo “popular” nos remete. E o lado oposto a isto – o lado do poder cultural de decidir o que pertence e o que não pertence – não é, por definição, outra classe “inteira”, mas aquela outra aliança de classes, estratos e forças sociais que constituem o que não é “o povo” ou as “classes populares”: a cultura do bloco de poder. (HALL, 2003, p. 245)

A cultura trata, por assim dizer, a principal oposição entre pertencer ou não pertencer ao povo e às relações de poder que vão disputar a legitimidade das práticas culturais. Nessa gama de distinções e categorias, a cultura negra vai se situar no popular, na disputa pelo espaço de formação, transformação e resistência por meio da narrativa

negra, antirracista e sequiosa pela igualdade racial. No processo de distinção, portanto, ao fazer parte de um repertório marginalizado, permeado pela impugnação de aviltamento resultante do racismo, a cultura se tornou o único instrumento do povo negro se expressar, dizer que existe, em meio a todo um histórico de violência contra a mesma.

A educação e os aspectos culturais são, nessa perspectiva, um leque amplo de possibilidades para a construção das identidades, haja vista que os sujeitos não são únicos, não possuem uma história única e vivenciam subjetividades ímpares. No campo educacional se utiliza, para tanto, o polêmico conceito de “multiculturalismo”, concebido pelo educador português Boaventura Souza Santos (2003, p.33) como o “reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além de diferenças de vários tipos”. Levando em consideração o aspecto político ao qual se vincula a ideia de multiculturalismo, Alfredo Veiga Neto (2003, p. 13) alerta que “qualquer pedagogia multicultural não pode pretender dizer, aos que estão entrando no mundo, o que é o mundo; o que no máximo ela pode fazer é mostrar como o mundo é constituído nos jogos de poder/saber por aqueles que falam nele e dele, e como se pode criar outras formas de estar nele”.

Por isso, no contexto da pesquisa, como já apontamos na Introdução desta dissertação, cujo *corpus* são as práticas culturais e seu papel educador no espaço da cidade, consideramos que “muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos”. (FREIRE, 1993, p.23) Portanto, para entender o papel que o Estado desempenha nesse contexto, questionamos o poder que o povo negro exerce na cidade, o sonho ou a utopia de que embebem a política, a serviço de quê e de quem? Aliás, a própria escrita da dissertação é uma forma de exercer poder na cidade, com o sonho ou a utopia que embebemos a análise aqui pautada, a serviço das culturas de matriz africana e do povo negro.

Ao tentarmos pensar o Estado, por sua vez, consideramos investigar “um dos poderes principais do Estado, de produzir e impor [por meio da educação] as categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente a todas as coisas do mundo, e ao próprio Estado” (BOURDIEU, 1996, p.91). Logo, o que o Estado produz e impõe como práticas culturais, são as categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente, inclusive para entendermos o próprio Estado. Por isso procuramos investigar quais as

categorias de pensamento que as políticas para a cultura produzem e impõe à sociedade tijuicana.

Temos por hipótese que, as culturas negras inseridas nessa organização de sociedade, nesse campo de disputa entre a alta e a baixa cultura, pode ocupar espaços contraditórios de contestação estratégica (diferenciação) ou conformar-se diante das táticas de segregação. Buscamos, para tanto, analisar os territórios do povo negro. Como explica Rogério Haesbaert sobre o conceito de espaço utilizado por Lefebvre (enquanto espaço concebido, percebido e vivido) e as dinâmicas de territorialização:

Se o espaço social aparece de maneira difusa por toda a sociedade e pode, assim, ser trabalhado de forma genérica, o território e as dinâmicas de desterritorialização (sempre hifenizada) devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, consequentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m). (HAESBAERT, 2007, p.22)

Assim sendo, o ponto crucial enfatizado nesta pesquisa é “o que se refere às relações sociais enquanto relações de poder”, que podem compreender desde o “anti-poder da violência até as formas mais sutis do poder simbólico”. (Idem) Poder esse assim definido por Pierre Bourdieu:

[...] num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma – é necessário saber descobri-lo onde ele deixa se ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1989, p. 07)

É nesta perspectiva que analisamos tanto as práticas culturais quanto as políticas para a cultura, ou seja, como “sistemas simbólicos” que “cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam”.

Há de se considerar, todavia, que há políticas de estado que se fundem, como passamos a analisar.

2.3 Políticas de cultura e políticas de igualdade racial

Devido às pressões dos Movimentos Sociais Negros por igualdade racial no Brasil, foram instituídas algumas políticas e mecanismos legislativos³⁵ ao longo dos anos, atentando para a discriminação racial existente no país e visando, através de ações do Estado, acabar – senão minimizar – o racismo na sociedade.

Com a exposição da III Reunião Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul, em 2001, o governo brasileiro admitiu a existência de discriminação racial em nossa sociedade e, contra essa, ações afirmativas de vários tipos começam a ser discutidas e implementadas em resposta às pressões dos movimentos sociais brasileiros e da comunidade internacional. As ações afirmativas surgem, portanto, com o intuito de afirmar positivamente distintos grupos historicamente discriminados e excluídos dos mais altos postos na sociedade.

O Movimento Negro e os aliados políticos à causa negra assumem, assim, importante papel, consideradas as suas demandas. As do Movimento Negro (MN) foram contempladas a partir o Governo Lula, em 2003, embora Flávio Silva e Jean Tible (2012, p.107) avaliem que “a constatação oficial de que a população negra é maioria e a demonstração da situação de exclusão que se encontra” nos remeta “à reflexão sobre a omissão do Estado e sua estrutura lenta e conservadora”.

Ao fazer uma análise sobre as desigualdades raciais e políticas públicas voltadas para as ações afirmativas até o governo Lula, Márcia Lima (2010) pondera que as políticas para o enfrentamento ao racismo partem não de um plano de governo, mas de demandas há muito tempo reivindicadas e organizadas sistematicamente pelo MN em todas as áreas, como saúde, educação, trabalho, moradia, etc:

A criação de grupos de trabalho que visam acompanhar a formulação e a implantação dessas políticas tem sido uma prática recorrente, iniciada na gestão FHC e preservada na gestão Lula. Em geral, esses grupos agregam diferentes pastas ministeriais e participantes da

³⁵ Políticas públicas para a igualdade racial conquistadas nos últimos anos: Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) Lei 10.639/03; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Estatuto da Igualdade racial/ 2010; Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR); Ouvidoria Nacional da Igualdade racial; Lei 12.711/12 que institui as cotas raciais nas universidades e a Lei n. 12.990/14, que reserva as vagas no serviço público etc.

sociedade civil, constituindo um espaço de interlocução. A partir de então ações mais específicas começaram a ser delineadas, envolvendo alguns ministérios e buscando formas de ampliar o escopo da questão racial no âmbito governamental. (LIMA, 2010, p. 80)

Nesse cenário de lutas constantes por representação e disputas de poder nas políticas públicas – “entendidas como o ‘Estado em ação’ (Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HÖFLING, 2001, p.31) – Márcia Lima interpreta que:

O início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, marca uma mudança profunda não só na condução das políticas com perspectiva racial, reflexo das ondas de Durban, mas também na relação do Movimento Negro com o Estado. Até então, essa relação era de exterioridade, com os atores na condição de demandantes e com pouca inserção no aparato governamental. No novo governo, essa relação se transforma, e o Movimento Negro passa a ser um ator envolvido na formulação de políticas, ocupando cargos e como representante da sociedade civil nos espaços de controle social instituídos pelo governo Lula (LIMA, 2010, p. 82).

Embora profundas mudanças tenham ocorrido, é inegável que as políticas públicas muitas das vezes se tornam contraditórias. Para Márcia Lima (2010), apesar de terem transcorrido a via da inclusão social, as políticas da igualdade racial têm se dado mais no campo da representação, tornando-se necessário investigar em que medida as políticas sociais mais amplas têm possibilitado o enfrentamento, objetivando a diminuição das desigualdades raciais. As políticas sociais se referem “a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”. (HÖFLING, 2001, p.31)

Com suas “raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais” (Idem), hoje são atributos das políticas sociais, por exemplo, as de transferência de renda, que têm como principais beneficiários os segmentos representados por sexo e raça. Contudo,

O Estado brasileiro não se ateu ao problema de promoção de acesso da população negra à estrutura de oportunidades, bens e serviços no país, até mesmo no momento em que ganhou corpo o debate sobre as

desigualdades raciais e os processos discriminatórios da sociedade brasileira, tanto pela militância como pela academia. (LIMA, 2010, p. 92)

Em um raio-X da situação da população afro-brasileira apresentado pela Organização das Nações Unidas (ONU), no Conselho de Direitos humanos, em 2014, a ONU aponta que apesar da vontade política para implementação de políticas para a igualdade racial, o desmantelamento da discriminação racial no país ainda é lento, em que pese avanços na questão de moradias, diminuição da pobreza e acesso ao ensino superior. As estatísticas sobre as condições de vida da população negra e principalmente de mulheres negras, ainda apontam altos índices de marginalização na sociedade e genocídio de negros/as.³⁶ (ESTADÃO, 2016)

No relatório sobre Direito de Minorias preparado por Rita Izak, da ONU, divulgado no jornal *online* Estadão, a mesma conclui que a ideia de uma democracia racial ainda contribui para o não reconhecimento do racismo no Brasil. “Esse mito contribuiu para o falso argumento de que a marginalização dos afro-brasileiros se dá por conta da classe social e da riqueza, e não por fatores raciais e discriminação institucional”. (IZAK, 2016, s/p)

Sendo assim, há muito o que se alcançar ainda na busca pelos direitos de negros e negras, mesmo que a luta da população negra no Brasil se remeta desde o primeiro navio negreiro que atracou no país, passando pela formação dos quilombos e posteriores movimentos sociais da população negra pós-escravidão. (DOMINGUES, 2008; 2007) Essa luta por igualdade racial durante muito tempo pôde se travestir apenas na forma das manifestações culturais. (MORAES, 2012)

Em relação às políticas culturais negras, as mesmas se dão em meio a esse processo de construção e compõem um dos pilares da igualdade. As políticas culturais por parte do Governo Federal que contemplam a cultura afro-brasileira se deram a partir de 1988, com a Constituição da República e a fundação da primeira instituição pública

³⁶ Ver alguns dados estatísticos sobre a população negra no Brasil em: BRASIL. Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial. **Situação social da população negra por estado**. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-pesquisas/situacao-social-da-populacao-negra-por-estado-seppir-e-ipea>>. Acesso em: 27 abr. 2017. IPEA et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017. BRASIL. Presidência da República. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial**. Brasília, 2014.

com objetivo de promover e preservar a arte e a cultura afro-brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao MinC:

Nesse quarto de século, a FCP já emitiu mais de 2.476 certificações para comunidades quilombolas. O documento reconhece os direitos das comunidades quilombolas e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal. É referência na promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras e no apoio e difusão da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-brasileira nas escolas. A Fundação Palmares já distribuiu publicações que promovem, discutem e incentivam a preservação da cultura afro-brasileira e auxiliam professores e escolas na aplicação da Lei (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2017).

Carlos Alves Moura foi o primeiro presidente da FCP, ajudou a implementá-la e atuou nos anos 1988-1989 e 2001-2003. Para ele os avanços na área da cultura se deram em função do MinC, mas principalmente pela pressão da sociedade civil organizada, em especial do Movimento Negro. (SILVA e MIDDLEJ, 2011). Desde 1988 a Fundação passou por nove Presidentes, sendo o atual nomeado por Michel Temer, Erivaldo Oliveira da Silva.

Em parceria com o MinC, a Fundação viabiliza editais que expandem o acesso à produção e ao desenvolvimento de bens culturais no território nacional, promovendo a cultura afro-brasileira no país. Em 2014, Marta Suplicy defendeu um maior incentivo à cultura negra, o que foi respondido pelo MinC ao destinar mais recursos para a FCP.

Exemplificando, entre as diversas ações referentes às políticas culturais negras na Fundação, que faz parte de uma política antirracista ao longo desses anos, consta no site oficial a linha do tempo dos/as Presidentes e suas atuações³⁷ e, como última referência, o mandato de José Hilton Santos Almeida (2013-2015).

Entre as atuações deste último estão o aumento de 23% no número de certificações das comunidades quilombolas em comparação com os anos anteriores; a atuação nas negociações sobre o terreno e construção do conceito do Museu Nacional da Memória Afro-Brasileira (MNMAfro); Construção do Plano Setorial para a Cultura Afro-brasileira; a criação do 1º Edital Imagens da Memória, realização do edital NUFAC 2013 e da 3ª Edição do Ideias Criativas; criação do Prêmio de Culturas Afro-

³⁷ FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Linha do tempo dos presidentes. 2017. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=33171>> Acesso em 20 abr. 2017.

brasileiras e realização das 2ª e 3ª edições do Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-brasileiras; e início do censo cultural das manifestações afro-brasileiras nos estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão, em parceria com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2017)

Os estudos sobre a temática revelam que as lutas políticas do segmento negro se deram de forma coletiva, em geral, atuando na constante denúncia ao racismo, na preservação e visibilidade da cultura negra na cidade. Kelly Moraes (2012, p. 01), em sua análise das relações entre práticas políticas e culturais no Movimento Negro contemporâneo, considera que: “a questão cultural sempre esteve presente nas estratégias deste movimento em sua luta antirracista, seja para fins políticos ou em atividades estritamente culturais”. Desse modo, mesmo com pautas diversificadas, a questão cultural sempre esteve nas estratégias políticas desse movimento em sua luta antirracista.

Kelly Moraes pondera também que mesmo sem haver um regime totalitário no Brasil, houve repressão e negação dos modos de protesto afro-brasileiros, exercidos tanto pelos regimes militares como civis. No plano político-partidário, os ativistas afro-brasileiros muitas vezes tiveram que “revestir sua linguagem e práticas de formas indiretas, ambíguas e fragmentadas, sob o véu da prática cultural em consonância com as definições do Estado e da elite sobre o que constituía a cultura afro-brasileira”. (HANCHARD, 2001, p. 125 apud MORAES, 2011, p.4)

Nesse sentido, as culturas negras, sua inserção em determinados espaços e suas formas vão dizer, então, sobre uma sociedade e como ela concebe as relações raciais em seu seio. As práticas culturais negras, por sua vez, acontecem geralmente em um contexto de racismo evidente e por isso busca se afirmar e desconstruir preconceitos se fazendo conhecer e, assim, resiste à discriminação e faz parte da luta antirracista.

No que tange à política cultural e cultura política no Brasil, Marilena Chauí (1995) considera o aspecto de termos um Estado hegemônico, que se assemelha a uma oligarquia e a uma perspectiva naturalista-teocrática, o que leva a compreender a dificuldade imensa em se instituir a democracia, tanto de uma maneira geral como nas políticas públicas de cultura. Sendo assim, para ela isso esclarece o porquê de no Brasil

uma política cultural se tornar inseparável da invenção de uma cultura política nova que assinala as dificuldades ou o desafio para implantá-la.

Considerando que a maioria da população brasileira é pobre e negra, as relações de hegemonia cultural permeiam os diversos espaços das cidades desvelando suas políticas culturais de modo a suscitar reflexões de como se dá a luta da população negra pela ocupação nas culturas e seus espaços. Para Michael Apple (1996), a chamada cultura hegemônica ocorre em todas as sociedades, pensadas e estruturadas de modo que apenas certos significados se tornam legítimos e esses tenham maior circulação e poder de serem conhecidas e aceitas.

Nesse contexto, percebe-se uma divisão em meio à ocupação dos espaços de cultura das cidades, entre localidades periféricas e centrais, ou por estabelecimentos e espaços frequentados por públicos diferenciados com relação à condição socioeconômica e racial. Trabalhamos, pois, com as hipóteses de segregação ou ocupação no espaço da cidade (territorialidade), enfocando o/a negro/a em suas práticas culturais, sua participação e representação nesses locais e como as comunidades negras se relacionam com os órgãos públicos no sentido de manutenção de suas culturas.

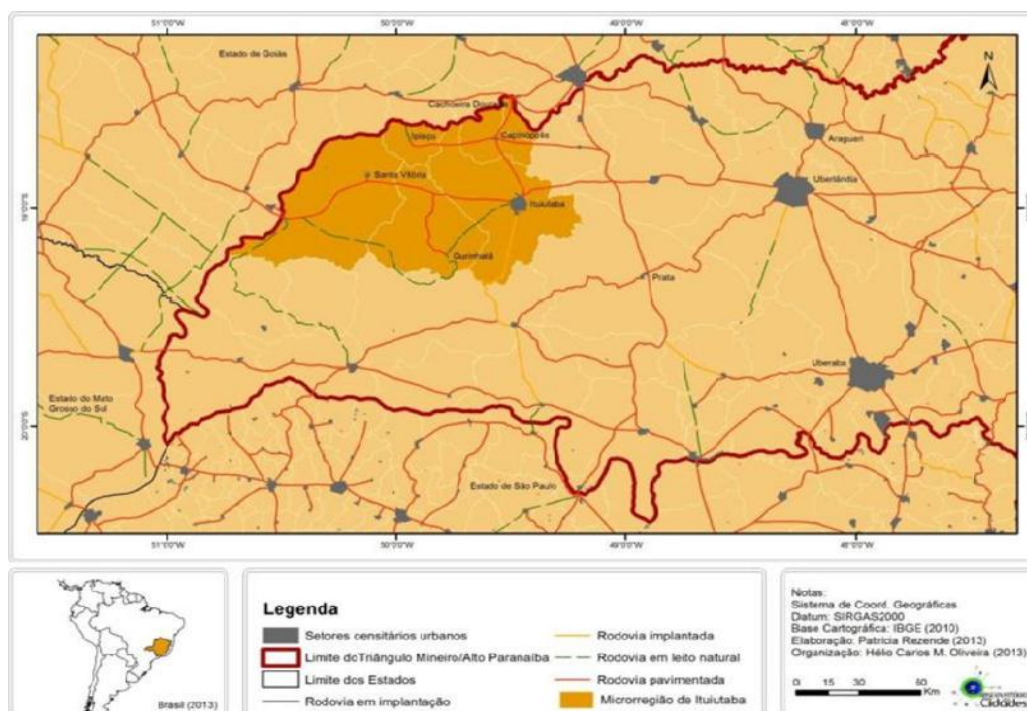
CAPÍTULO 3

POLÍTICAS DE CULTURA NA CIDADE DE ITUIUTABA-MG

3.1 Breve histórico dos espaços de cultura em Ituiutaba

Ituiutaba, município do interior do Estado de Minas Gerais, localizado na região Sudeste do Brasil, na parte noroeste do Pontal do Triângulo Mineiro, contava com 91.171 habitantes em 2010, segundo o Censo do IBGE, tendo sua população estimada, em 2016, de 103.945 habitantes. A microrregião do Triângulo Mineiro é formada por seis cidades: Cachoeira Dourada (MG), Capinópolis (MG), Gurinhatã (MG), Ipiacaçu (MG), Ituiutaba (MG) e Santa Vitória (MG).

Mapa 1 - Microrregião geográfica de Ituiutaba (MG): cidades e municípios (2013).



Fonte: Hélio Carlos Miranda Oliveira, 2013.

Segue a descrição de Ituiutaba, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Ituiutaba é uma fusão de vocábulos tupis que significa “povoação do rio Tijucu”. Os primitivos habitantes do município eram ameríndios, pertencentes ao grupo Gê, também chamados caiapós. Uma das tribos

que deixaram fama na região foi a dos panariás, muito bem estudada por Alexandre Barbosa, de Uberaba. [...]. Os panariás - assinala o historiador Edelweis Teixeira – deixaram seus vestígios à margem dos rios Tijuco e Prata, além de igaçabas funerárias, aqui e acolá. Praticamente, não houve luta entre os ameríndios e o invasor branco, pois os silvícolas, tão logo verificaram a superioridade de armas dos desbravadores, ou se submeteram e foram agrupados na aldeia de São Francisco de Sales, ou foram expulsos para Goiás e Mato Grosso. As principais artérias de penetração na zona de Ituiutaba foram os rios Prata e Tijuco, principalmente o primeiro. (IBGE, 2015)

Há, entretanto, poucos registros sobre a história de Ituiutaba. Alguns foram escritos em revistas da cidade, com ênfase às “personalidades ilustres” do município. É o que podemos constatar na página eletrônica da Prefeitura Municipal,³⁸ em que consta o breve cronograma de sua história; além dos escritos de Petrônio Chaves (1984; 1985), com suas memórias trazidas a partir do seu meio de convívio com as elites tijucanas, as quais dão ênfase às personalidades cristãs, políticas, aos fazendeiros e empresários influentes do município, citando estes como grandes contribuintes para a formação do município em suas narrativas.

Há também algumas pesquisas produzidas recentemente que remetem à formação da sociedade ituiutabana, em sua maioria voltadas às instituições escolares, como os estudos de Betânia Ribeiro (1992, 1997), Dalva Maria Silva (1997), Ana Emília Ferreira (2007), Rosane Borges (2007), Nicola Frattari Neto (2009), Cláudia Vilela (2011), Ana Muniz (2014), Isaura Franco (2014), Karina Klinke (2016), Luciana Resende (2016), Luciene Bezerra (2016), Michelle Lima (2016).

A constituição da cidade passou por várias fases administrativas, desde sua denominação enquanto Distrito da Cidade do Prata (1839), da qual se desmembrou e passou à categoria de Villa Platina (1901), até chegar à condição de cidade de Ituiutaba (1915). (IBGE, 2015)

Ana Muniz (2014) descreve o começo de uma povoação branca, católica, com algumas influências estrangeiras, como migrantes italianos, principalmente padres. Muitas terras eram propriedade da Igreja Católica, aliás várias delas foram construídas na cidade por meio da intervenção de padres destacados como “contribuintes” na

³⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. Disponível em: <<https://www.ituiutaba.mg.gov.br/t/historico>> Acesso em: 24 mai. 2017.

Fundação Cultural de Ituiutaba. Destaca-se, assim, a Igreja Matriz, na região central, aliada à Praça Cônego Ângelo, onde se localiza o prédio da Prefeitura Municipal, o Fórum e a Câmara dos Vereadores. A cidade então começa a se organizar “[...] principalmente através daqueles que detinham o controle e manipulavam os interesses das elites locais”. (MUNIZ, 2014, p. 32)

Segundo Vitor Figueiredo e Camila Silva (2012), a família, os latifúndios e o poder eram as bases do coronelismo no Norte de Minas Gerais durante a Primeira República (1889-1930), baseado o imaginário coletivo e na prática coronelista, como aconteceu em todo o país no período:

Na verdade, esta conjugação de forças passou a depender não apenas das posses e das relações intraelite, mas também de uma miríade de relacionamentos estruturados, tanto em laços de parentesco quanto em pactos de aliança e compromisso, que se irradiavam desde os próceres da elite estadual até o coronel interiorano e o seu mais humilde eleitor. (FIGUEIREDO e SILVA, 2012, p. 1057)

Esta herança do coronelismo, embora tenha sofrido alterações ao longo do tempo, deixa rastros nas relações estabelecidas em períodos posteriores, inclusive no que tange às manifestações culturais. Ao historicizar os atores da Capoeira, por exemplo, Lucian Domingues (2016) faz um trajeto pelas narrativas de mulheres negras que fazem parte do Movimento Negro na cidade de Ituiutaba, através da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares (FUMZUP), no intuito de desvelar as relações entre a cidade e a comunidade negra, que durante algum tempo esteve nesse solo como população escravizada:

Historicamente pode ser confirmada a presença da população negra no município de Ituiutaba, por meio de documentos que comprovam a presença de escravos na região. De acordo com a entrevistada Dona Divina (2015) com o fim da escravidão, a população negra foi-se concentrando em um espaço desocupado chamado de “Campo das Palmeiras”, localizado entre as ruas 30 e 32 e avenidas 25 e 27. Com o clima conturbado, por muito tempo, esse foi o local de refúgio desses ex-escravos. (DOMINGUES, 2016, p. 49)

Ao se referir a essa difícil inserção da população negra nos espaços da cidade como cidadãos, não mais como escravos, revela-se a organização da comunidade negra por direitos dentro do município e a busca por espaço de moradia e sociabilidades:

Como disse, desde 1930 já existia um grupo de negro em Ituiutaba se reunindo é importante lembrar que o grupo Legião Negra, que nasceu na década de 1930, conseguiu o Palmeiras Clube. E mais importante ainda, resultou na criação da escola Treze de Maio, hoje conhecida como Escola Municipal Machado de Assis de 1º e 2º Grau, essa foi uma criação dos negros que na época não tinha lugar para estudar e se organizaram para criar a escola (ANA LÚCIA, 2013 apud DOMINGUES, 2016, p. 52).

Aos/às negros/as o espaço recreativo era delimitado ao Palmeira Clube, criado em 1945, um espaço reservado especificamente à comunidade negra.(MUNIZ, 2014) Em contrapartida, havia espaços destinados exclusivamente às pessoas brancas, como o Ituiutaba Clube, instalado em 1942. Esse último era o principal local de apresentações, bailes, danças, peças teatrais etc. e funcionou durante algum tempo no centro da cidade, antes de ser criada uma sede campestre em 1957, que levou ao término de suas atividades na sede central. (MUNIZ, 2014)

Segundo Ana Maria Muniz (2014), até meados dos anos 1960 não era permitida a entrada de pessoas negras no Ituiutaba Clube, sob a justificativa de que ali era o espaço das pessoas ricas da cidade. Segundo relato de seu gestor à época, isso se dava pelo fato de pessoas muito ricas da cidade fazerem parte do Conselho, criando normas que não permitiam a entrada de negros/as e pobres (MUNIZ, 2014):

Entre bailes e shows restritos, por algum tempo foi assim que funcionou. Ao abrir as portas para o público em geral, passou a sediar outras festas, outros shows, peças de teatro, comemorações em geral, formaturas, carnavais, inclusive festas de debutantes muito requisitadas na cidade, mas isso ocorreu de forma mais ampla partir de 1957, quando inaugura a sede campestre deste clube. Percebemos, porém, que “a popularização” do mesmo tinha o interesse na absorção de novos sócios, novas entradas de dinheiro, portanto, quem não o tivesse não podia fazer parte daquele. (MUNIZ, 2014, p. 56)

Ainda funcionam hoje esses dois clubes: o Palmeira Clube, localizado na região central da cidade, embora afastado do centro, em ligação com os bairros Camargo, Jardim do Rosário e Junqueira, popularmente conhecido como bairros dos/as negros/as. Denominado Sociedade Civil Recreativa, foi reconhecido como utilidade pública municipal pela Lei de n. 1.415/1971, com caráter assistencial, recreativo, cultural, educacional e desportivo, como personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos com prazo de duração indeterminado. (ESTATUTO SOCIAL DO

PALMEIRA CLUBE, 1995). O Ituiutaba Clube, hoje popularizado, está localizado na antiga região campestre, atualmente parte da área urbana no bairro Independência; funciona principalmente como clube de natação, esportes, por meio de sociedade privada, onde se realizam serestas e cujo espaço é alugando para shows diversos.

Nessas décadas a população aumentou consideravelmente, o que movimentou a cidade de Ituiutaba a partir da década de 1930, com a descoberta de jazidas de diamantes no rio Tijuco e em outros rios da região, o que gerou o ciclo do garimpo entre 1935 e 1945 (SILVA, 1997). No que tange à representatividade negra, nesse período a Legião Negra criou a Escola Treze de Maio (1937), em espaço cedido no Grupo Escolar João Pinheiro (central), “para suprir a necessidade de escolarização da população negra que trabalhava durante o dia, pois à época a cidade não oferecia oportunidade de escolarização a esta parcela populacional” (VILELA, 2011, p.55). Com o Decreto Lei n.73/1941 seu alunado foi transferido para a então criada escola primária Machado de Assis, ocorrência que Claudia Vilela (2011, p.56) considera a hipótese de ter sido uma “tentativa de desqualificar o movimento” e de a Prefeitura Municipal “ter mais controle sobre ela”. A partir da análise de extratos do jornal Folha de Ituiutaba (1947), com trechos de outros decretos lei do município, a autora considera que “a escola oferecia ao poder local a possibilidade de este adotar uma postura populista – certo ‘paternalismo’ – mas que constituía fruto do autoritarismo que regia a nação” (VILELA, 2011, p.57). O mesmo é observado quanto às manifestações das culturas afrodescendentes:

Segundo relatos orais dos congadeiros locais, os festejos em louvor a São Benedito aconteciam em fazendas nos arredores da cidade. Com o devir do tempo, a festa tornou-se conhecida e, após, trazida para a cidade de Ituiutaba. Contudo, o pároco da época não aceitou que os congadeiros adentrassem e permanecessem dentro da Igreja, proibindo a realização da festa no local. Esta proibição se deu sob a alegação de que os congadeiros não seguiam a religião católica, mas sim outras de origem africana. (NAVES; KATRIB, 2012, p.6)

Ao investigar a história das organizações políticas e culturais dos estudantes de Ituiutaba entre 1952 e 1968, Isaura Franco (2014, p.134) indica também a ocorrência de práticas de segregação étnica na sociedade local. Considera que desde meados do século XX o discurso higienista, de forte caráter racista vinculado à hereditariedade, “ainda ocorria em Ituiutaba como resultado de um reflexo nacional e internacional [...] favorável aos interesses dos grupos dominantes [que] foram de uma forma cultural incorporados ao imaginário local”. Em sua dissertação, traz as memórias de um ex-

aluno do Colégio Marden (frequentado pela elite local), sobre os/as alunos/as das escolas secundárias locais, que afirmou existirem “pouquíssimos estudantes negros nessas escolas particulares nesse período, que eram muito elitizadas e que apenas o Educandário Ituiutabano, por ser uma instituição filantrópica de ensino gratuito, agregou estudantes de diversas origens étnicas” (FRANCO, 2014, p.147).

Quanto às manifestações das culturas afrodescendentes, em 1951, o Terno de Congada Moçambique Camisa Rosa se apresentou pela primeira vez na cidade, considerado pela descendente de seu fundador, “um dos principais autores do resgate do Congado de Ituiutaba” (NAVES; KATRIB, 2012, p.10). Segundo Maria Lúcia (filha do fundador), “foram vários os obstáculos enfrentados”, dentre eles, “a aceitação do grupo de dançadores dentro da Igreja”. Segundo ela:

[...] para a Igreja aceitar essa festa da Congada, eles tiveram que realmente abraçar a fé católica, passarem a serem católicos, batiza, crisma, fazê primeira comunhão, eucaristia, quem era casado teve de casa na igreja, pra festa ter vínculo com a igreja... Pra ela ter direito de igreja! Eles passaram por isso tudo! (Maria Lúcia, 2008 apud NAVES; KATRIB, 2012, p.10)

O Terno de Moçambique, por sua vez, criado pela Irmandade São Benedito, também em 1951, ao fazer contato com a Igreja no intuito de obter autorização para realizarem o festejo da congada na cidade, não o conseguiu, pois o pároco alegou problemas que a Igreja tivera com os demais Ternos, então:

No ano de 1952, o terno recém-criado, resolveu ensaiar na rua em sinal de protesto contra a atitude do padre. O grupo desceu a Avenida 22 às 5hs. Fizeram alvorada com fogos, música e dança na frente do Fórum local conseguindo o consentimento da justiça para realizarem os festejos na cidade. Se precavendo anteriormente tendo em mãos a autorização por escrito da Delegacia de Polícia para realizar o evento. Após, o grupo se dirigiu para a Igreja Matriz São José, onde adentraram ao recinto e assistiram à missa, porém os instrumentos foram deixados do lado de fora da Igreja por ainda não ser permitido adentrar na mesma tocando-os. Após, os congadeiros saíram em visita a várias residências cantando e louvando aos santos protetores pelas ruas da cidade. (NAVES; KATRIB, 2012, p.6)

Observam-se, assim, nos espaços da cidade, tanto o movimento de acato ao sincretismo religioso quanto o de resistência à discriminação das manifestações das culturas populares do povo negro. Isso em um período marcado pela chegada de maior número de afrodescendentes por meio da migração, pois foi nas décadas de 1950 e 60

que houve um grande fluxo de migrantes trabalhadores para a lavoura, trazidos em paus-de-arara (caminhões adaptados de maneira ilícita para o transporte desses passageiros na carroceria), advindos da região nordeste do país, muitos oriundos do Estado do Rio Grande do Norte. Dalva Maria Silva (1997) narra em sua dissertação o olhar dos moradores locais para a população migrante, que foi recebida com estranhamento e desconfiança devido às diferenças culturais, sua afro descendência, além da extrema condição de pobreza em que viviam.

Por meio da história oral, Dalva Maria Silva (1997) conta histórias permeadas por resistência de ambas as partes, misturadas às saudades das famílias que deixaram para trás e os dissabores em relação às promessas não cumprida dos agenciadores.³⁹ Isso porque os fazendeiros de Ituiutaba e região prometeram grandes benefícios à cidade quando, de fato, os migrantes passaram a ocupar precária e desordenadamente os bairros da periferia devido à falta de planejamento urbano; não tinham condições econômicas para aquecer o mercado local, como era esperado; além dos muitos conflitos que se instauraram devido aos preconceitos de origem étnica e cultural que vivenciaram.

Nessas décadas, a grande maioria da população morava na zona rural e o meio de subsistência era quase exclusivamente agrícola:

Tabela 2 - Número de habitantes da cidade de Ituiutaba de 1940-1960

Ituiutaba - população		
1940		
Rural	Urbana	Total
30.696	4.356	35.052
1950		
Rural	Urbana	Total
43.127	10.113	53.240
1960		
Rural	Urbana	Total
39.488	31.516	71.004

Fonte: IBGE, 1940-1950-1960. Org.: Andréia Demétrio Jorge Moraes, 2008.

³⁹ Geralmente pessoas das redondezas das cidades do Nordeste, que buscavam por trabalhadores rurais, combinados com (SILVA, 1997).

Predominavam, portanto, as grandes lavouras de arroz e “Ituiutaba tinha características marcadamente rurais. A maior parte da população residia na zona rural, onde as economias de subsistência perdiam em poder político para os grandes latifundiários” (MUNIZ, 2014, p.11), o que impactava na economia e na vida social de seus habitantes.

No aspecto da ocupação dos espaços de sociabilidade em Ituiutaba, Ana Maria Muniz (2014) situa o centro da cidade como o início dos pontos de entretenimento e cultura. Ao trazer relatos e imagens desses locais e seu público, ela destaca o jardim público, hoje Praça Cônego Ângelo, e os antigos cinemas:

O cine Capitólio [primeiro da cidade, fundado em 1956, com 1.200 lugares, era sediado em] um prédio que, à época, impressionava pela beleza, conforto e tamanho. Na iluminação interna era usado neon, seu segundo piso sustentado por lindas colunas e o terceiro, a sala de projeções. Nas estreias, longas filas que seguiam pela Rua 20 até dobrarem a esquina da Avenida 15 [duas quadras]. O Cine Capitólio foi gradualmente reduzindo seu funcionamento entre o final dos anos [19]80 e início dos 90, passando a apresentar sessões esporádicas até que foi desativado por completo. O Cine Ituiutaba [fundado em 1942, com 880 lugares] sobreviveu por mais tempo [foi totalmente reformado e reaberto em 1958, quando passou a ser chamado Cine Bristol], até que também chegou seu fim [2010]. (Helenice, 2012 apud KLINKE, 2016)

Ana Maria Muniz (2014) narra também as expressivas festas de rua, com destaque para a Festa da Ford, patrocinada pela representante local na cidade. Essas últimas eram anuais e aconteceram entre 1958 e 1962. Tinham como foco o fazendeiro, comprador de máquinas agrícolas. Consistia em desfiles pelas ruas centrais com o coroamento de uma rainha e princesas, além de mostra de tratores, pirotecnia, shows de artistas regionais e nacionais, com destaque para as apresentações de música sertaneja. Tal festa guarda bastante semelhança com os desfiles que perduram ainda hoje no aniversário da cidade e no Desfile da Independência, o qual analisaremos mais adiante.

Em relação aos agentes culturais da cidade na década de 1970, Karina Klinké (2016) investigou o Movimento Experimental de Cultura e Arte (MECA), um grupo independente que se constituiu com pouco apoio do poder público local:

O Movimento desde os anos 1970 buscava delinear em Ituiutaba um espaço para a arte, não somente cênica, mas vislumbrava a criação de um espaço cultural que não existia. Nesse intento, conquistou um terreno amplo na região central da cidade como doação do então

prefeito, Fued, que comungava do ideário dos membros do Movimento. Durante o governo de Acácio Alves Cintra Sobrinho (1977-1982) conseguiram apoio financeiro para a construção do Teatro Vianinha, com o propósito de torná-lo um espaço cultural. Assim, com estrutura física precária – sem forração, se cadeiras fixas, sem iluminação adequada a um teatro, sem portas e sem pintura –, o Teatro assumiu esse papel no município e passou a promover, além de uma escola de artes cênicas, lançamentos de livros, apresentação de shows musicais e de dança, projeção de filmes, aulas de dança, entre outros. (KLINKE, 2016, p.11)

O Grupo MECA era composto, inicialmente, por artistas amadores e alguns músicos formados no Conservatório Estadual de Música “Dr. José Zóccoli de Andrade”, implantado em Ituiutaba em 1965. Era composto por pessoas da comunidade local, de diferentes *status* social, com o objetivo comum de promover maior variedade de cultura e arte, que fosse além do desígnio comercial das atividades até então patrocinadas por empresas, com foco no produtor rural; bem como buscou incentivar outras culturas locais como a Quadrilha e a Catira. (KLINKE, 2016)

É nesta década também que foram criadas as primeiras escolas de ensino superior de Ituiutaba, a Escola de Administração de Empresas de Ituiutaba (EAEI) e a Fundação Educacional de Ituiutaba (FEIT), que, segundo Jóbio Silva (2012), possibilitaram a muitos professores cursar o ensino superior sem se deslocar para a cidade de Uberlândia, polo universitário mais próximo, distante 130 km. Essas novas instituições de ensino contribuíram também para com mais uma alteração na população da cidade, visto que pessoas da microrregião do município passam a se deslocar para estudar em Ituiutaba.

Na década de 1980 é marcada, entre outros eventos, com a falta de apoio político e financeiro local para com o Teatro Vianinha, até a escassez de suas atividades (1982), retomando suas atividades só duas décadas depois, mas com verba de seus próprios idealizadores. Também foi nessa década que se expandiram outros espaços para as manifestações das culturas negras, como o projeto e a construção da Praça Treze de Maio, em frente à Igreja São Benedito. Embora a estrutura da praça tenha inspiração europeia – como demonstra sua descrição entre os feitos do prefeito interino (1981), o arquiteto e urbanista Eurípedes da Costa Mello – é onde passaram a acontecer o que denominam “festejos folclóricos, como grupos de Ternos de Moçambique, congadas e terços cantados, que encantam a todos os devotos. Imperdíveis”.(MAGAZINE MINEIRÍSSIMO, 2017) O Magazine Mineiríssimo conta que a Praça contém

“canteiros, bancos de granitos, jardins, chafariz e fonte luminosa [atualmente desativada] com lâmpadas coloridas e som acústico de conhecidas Valsas de Strauss (Danúbio Azul, Vozes da Primavera, Valsa do Imperador, Sobre as Ondas, Os Patinadores, Contos dos Bosques Vienenses e tantas outras valsas)”. Mas também, no final da década seguinte foi inaugurado “um grande monumento: Memorial ‘Coragem’, homenagem à raça negra, do artista plástico Tom Cruz, projeto do vereador Carlos Modesto, em 18.05.1997”.

Manifestam-se, portanto, no mesmo espaço, aspectos do eurocentrismo projetados pelo engenheiro e financiado pela Prefeitura Municipal e a homenagem ao povo negro, além de servir às manifestações das culturas negras. Segundo Viviane Oliveira, na década de 1990, acompanhando as mobilizações antirracistas da década, que reivindicavam do governo brasileiro políticas públicas nesse sentido,

[...] também na cidade de Ituiutaba os agentes públicos e movimentos negros se esforçaram por implementar no campo educacional e nos espaços escolares práticas antirracistas. Assim encontramos algumas pistas no jornal local, na Fundação Cultural de Ituiutaba que nos permitem elaborar uma narrativa sobre os processos e debate e de formulação legislativa e problematizar a implementação. (OLIVEIRA, 2017, p.5)

É deste período também a criação da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares (FUMZUP), por meio da Lei Municipal n. 2.768, de 06 de março de 1991, como personalidade Jurídica de Direito Público, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer. A FUMZUP se localiza no mesmo espaço da cidade em que se encontram a Praça Treze de Maio e a Igreja São Benedito, lembrando que foi:

A partir da criação da Irmandade de São Benedito, os congadeiros passaram a ter também seu próprio grupo religioso dentro da Igreja, que passa a ter não só função religiosa, mas também cultural, organizando e coordenando os ternos de Congado de Ituiutaba. Conforme consta no Pequeno Histórico da Irmandade de São Benedito, ela foi fundada no dia Treze de Maio de 1957 com “missa especial” e com “primeira comunhão de vários beneditinos jovens, crianças e adultos”. Foi através da criação da Irmandade de São Benedito que os congadeiros ganharam permissão para festejar na Igreja. Foi através dela também que eles levantaram capital para, mais tarde, comprar o terreno e erguer a Paróquia de São Benedito. Foi através dos membros participantes da Irmandade que se criaram também a Fundação Zumbi dos Palmares, o Grupo de Estudos Consciência Negra e o Movimento Negro de Ituiutaba. (NAVES; KATRIB, 2012, p.7)

Percebemos esses espaços da cidade como as chamadas heterotopias de Michel Foucault, ou seja, são heterogêneos de localizações e de relações, de modo que em um único lugar podem conter diversos espaços, incompatíveis entre si, e que ao mesmo tempo possuam uma relação com o todo. É o que pudemos perceber com a história de ocupação do espaço da Praça Treze de Maio e seu entorno, onde as características eurocêntricas de sua estrutura física contrastam com a homenagem a Zumbi dos Palmares em forma de uma estátua; também ali acontece o sincretismo religioso entre os Ternos de Congo de matriz africana e a devoção a São Benedito; a educação formal e a não-formal presentes na FUMZUP, voltada para a comunidade negra; assim como contrastam os shows artísticos, os bares e a academia de ginástica. Observamos, assim, como “o espaço é fundamental em qualquer forma de vida comunitária; o espaço é fundamental em qualquer exercício de poder” (FOUCAULT, 1986, p.23), tanto que os espaços da cidade são (re)construídos socialmente em meio a relações motivadas por ideologias e políticas, que vão além de uma materialidade superficial.

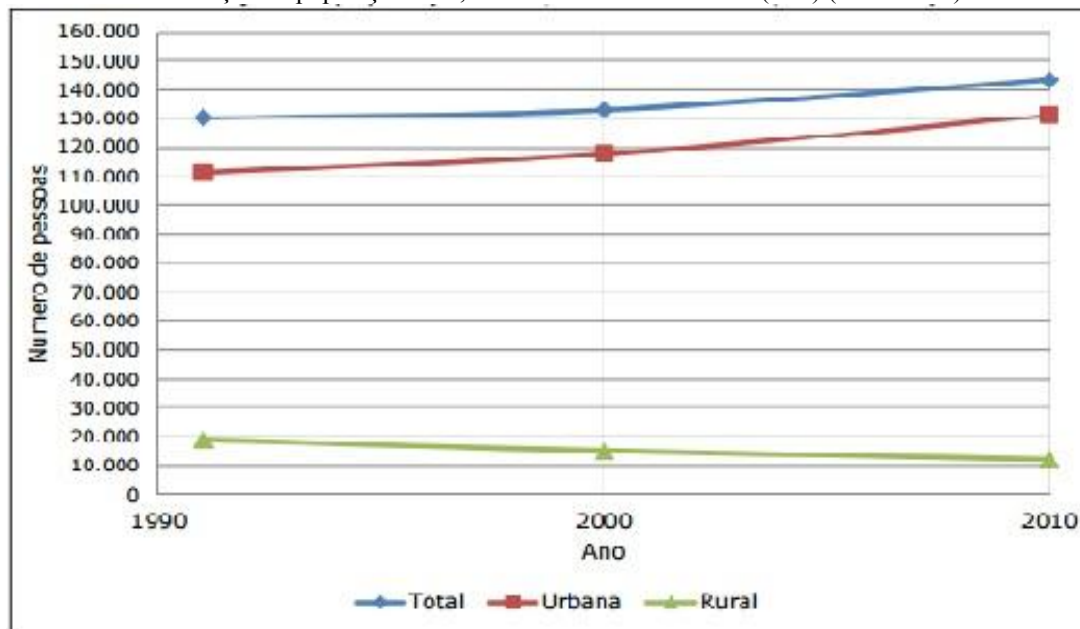
A gestão pública desses e de outros espaços da cidade se constitui, igualmente, como exercícios de poder, com duas instituições responsáveis: a FUMZUP e a Fundação Cultural de Ituiutaba, uma autarquia instituída como tal pela Lei Orgânica Municipal de Ituiutaba (1990), a qual, em sua Sessão II, no que se refere à cultura, no art. 114, apresenta suas atribuições:

O Município desenvolverá sua ação de apoio, assistência, estímulo e orientação, no setor da cultura, através da Fundação Cultural do Município, à qual serão destinados recursos compatíveis com os projetos, programas e iniciativas que o Conselho Curador da referida fundação entender conveniente e necessários. (ITUIUTABA, 1990)

É nesta década também que ocorre mais um acréscimo populacional na cidade com o terceiro momento de expansão da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), por meio da Lei n. 11.539/1994, que trata “*da absorção, da incorporação e da extinção de entidades*” (Cap. V). Entre as fundações que foram absorvidas, de acordo com opção manifestada, foi “autorizada a extinção das fundações educacionais relacionadas neste artigo [Art. 20, § 2º] e a transferência de seus patrimônios à Universidade”, o que inclui a Fundação Educacional de Ituiutaba. Amplia-se, assim a oferta de cursos e, conseqüentemente, a migração de discentes, o aquecimento do comércio local e alteração cultural.

O significativo aumento da população se expande também nas décadas seguintes, como constatamos no próximo gráfico:

GRÁFICO 3 - Evolução da população total, urbana e rural de Ituiutaba (MG) (1991-2010).



Fonte: IBGE (1991, 200, 2010). Organização: Hélio Carlos Miranda Oliveira, 2014.

Consideramos, todavia, em se tratando de uma cidade em que se pese o processo de transformação do meio rural para o urbano, o grande fluxo migratório para trabalhar nas usinas, e de pessoas que migraram para estudos e trabalho ali existentes, o município convive ainda com a herança coronelista, em alusão aos potentados, aos famosos coronéis, em geral “[...] filhos de antigas e importantes famílias que pelo *status* e pela posse de terras se impunham como verdadeiras autoridades”. (FIGUEIREDO e SILVA, 2012, p. 1057)

Segundo José Murilo de Carvalho (1997), o desenvolvimento das atividades urbanas pouco contribuiu para a perda de vitalidade deste fenômeno, uma vez que as cidades que se encontram mais afastadas dos grandes centros e das capitais apresentam condições essenciais tanto para sua formação quanto para sua manutenção. Isso vai se refletir nas relações sociais, na organização do serviço público e na ocupação dos espaços culturais.

No que tange às manifestações das culturas afrodescendentes, mantêm-se vinculadas à religiosidade, como podemos perceber na inauguração da nova igreja de São Benedito – propositalmente em 20 de novembro de 2004, em memória à morte de

Zumbi dos Palmares –, que contou com uma missa solene, uma festividade na Praça Treze de Maio dos Ternos de Congo e de Moçambique e o show do grupo Ministério de Música Católica “Anjos de Resgate”.

Mas é por meio das ações da FUMZUP, prioritariamente, que se integram atividades de educação e cultura do e para o povo negro. Além de promover as culturas negras, desenvolve ações educativas com palestras, oficinas e o Curso de Pré-vestibular Popular para alunos negros e carentes de Ituiutaba⁴⁰ (PREVESTI). Este foi inicialmente implantado pela Fundação Educacional de Ituiutaba (FEIT), unidade associada à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) em 03 de dezembro de 1998 e atualmente conta com o apoio do NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFU. O Curso tem como parceiras a FUMZUP, a empresa de telecomunicações Agar Telecom e a Prefeitura Municipal de Ituiutaba (PMI) e busca formar cada vez mais a população negra para que esta ocupe os espaços da universidade.

Cabe saber que no Estado de Minas Gerais habitam mais da metade de pessoas negras, assim como no Brasil como um todo. São 53,5% negros/as e 45,4% de brancos/as, segundo os dados do IBGE no ano de 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013). Já em Ituiutaba, a população negra cai para 42,8%, enquanto a branca é de 56,4%, o que não deixa de ser uma expressiva população de negros e negras.

É perceptível, portanto, nesta cidade, a grande representação de pessoas negras nos próprios eventos da comunidade negra, através do Movimento Negro do município e da FUMZUP; como nas festas da congada, nos pagodes, sambas, festas de terreiro de Umbanda, entre outros eventos que tratam da religiosidade de matriz africana. Considera-se, ainda, que a implantação de um campus da UFU na cidade (2007), denominado Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), também contribuiu sensivelmente para o reconhecimento das culturas negras, principalmente por meio das ações extensionistas e pesquisas desenvolvidas pelos membros do NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFU.

Em se tratando dos espaços destinados à produção cultural e acesso à mesma, os

⁴⁰CURSO PRÉ-VESTIBULAR UNIVERSITÁRIO “PREVESTI”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Prevesti/>> Acesso em 08 jun. 2017.

eventos públicos costumam ser realizados em praças; ruas; no museu da cidade, o MUSAI; na Fundação Cultural de Ituiutaba (FCI); na FUMZUP; em igrejas, etc. Os lugares em que mais acontecem as atividades culturais são a Praça Cônego Ângelo, na região central; a Praça Treze de Maio e a FUMZUP. Esses dois últimos locais são conhecidos popularmente como o espaço “dos negros”, definição pejorativa dada pelas abastadas famílias locais, permeando o imaginário da população.

Tratam-se, portanto, de dois locais simbólicos, já que o nome da praça faz referência à data da abolição da escravidão, contendo uma estátua de Zumbi dos Palmares, e a própria Fundação, que representa o MN e fica em frente, além da Igreja de São Benedito, em meio à praça, que remete ao santo cultuado pelos/as congadeiros/as na tradicional festa que ocorre todos os anos, o Congado, que culmina no Encontro de Ternos, Congos, Moçambiques e Catupés.

Contudo, no que tange à gestão cultural, o Município não possui uma Secretaria de Cultura, sendo a FUMZUP, até 2014, o único órgão oficial do governo de Ituiutaba ligado ao setor, destinado especificamente às ações culturais relativas à cultura negra e grupos de estudos sobre a temática, gerida por negros/as e que conduzem ações do Movimento Negro na cidade, tendo como evento mais expressivo a tradicional Festa de Congado, além de gerir o Palmeiras Clube.

Ao que indica a revisão bibliográfica e as fontes consultadas para esta pesquisa, a aparente valorização das culturas negras por intermédio da gestão municipal contar, até 2014, apenas com a FUMZUP como órgão de cultura, se contradiz com a setorização dos espaços ocupados por essa população; com a histórica segregação do povo negro na ocupação dos espaços de educação formal e não-formal, como se pôde observar com a criação da Escola Municipal Machado de Assis, com as memórias de poucos alunos negros nas escolas particulares, a proibição de negros/as no Ituiutaba Clube, com a exigência de que os membros dos Ternos de Congada se convertessem ao catolicismo, etc. Tanto que somente um desses Ternos se assume umbandista, o Terno de Congo Liberdade, fundado em 2004. É o único relato que conseguimos com esse caráter, concedido em entrevista à pesquisa de Fernanda Naves e Cairo Katrib (2012), pela congadeira do Terno, Leamar Cândido:

[...] num é só doença do coração e diabetes que é hereditário não, macumba também é hereditário sabe, passa de pai pra filho, de neto pra bisneto, vem passando de geração em geração. Então, foi falado

pra minha mãe pelo guia, que a única forma da gente se liberta, liberta nossos... Nos liberta e liberta os nossos antepassados, seria fundando um Congo né, e que o nome dele seria “Libertação” né, e foi, e começo, aí foi... aí nosso guia deu as instruções assim... O terno foi fundado pra isso mesmo, pra liberta nossos antepassados e nos liberta, nos ajuda. Tira nossa família da pobreza, sabe. O objetivo foi esse né! Foi fundado dentro da umbanda, é um terno umbandista e é regido por um guia. (Leamar Cândido, 2008 apud NAVES e KATRIB, 2012, p.19)

Retomando o aspecto da gestão cultural no município, Ituiutaba está cadastrada no Sistema Nacional de Cultura desde 2013, em acordo publicado no Diário Oficial da União, assinado pelo então Prefeito da cidade, Luiz Pedro Carmo Côrrea. Após a assinatura do acordo pelo prefeito da cidade, o Município teria um prazo para a criação de seu Sistema Municipal de Cultura (SMC), com lei própria e que deveria combinar pelo menos cinco componentes: Secretaria de Cultura ou equivalente, Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Financiamento à Cultura.

Com essa finalidade gestora, a Fundação Cultural de Ituiutaba, antes órgão autônomo em relação ao poder municipal, foi instituída em 2014 como órgão público do município para atender a tais demandas. Até o final do ano de 2016, todavia, ainda constava na página oficial da FCI sua característica de autarquia. Em sua descrição é possível entender como se delineava sua formação e função na cidade, ainda como autarquia:

A Fundação é uma autarquia do Município de Ituiutaba e, pela Lei Orgânica Municipal, é o órgão responsável pela gerência da cultura no município. A Fundação Cultural proporciona várias atividades para a sociedade de Ituiutaba. Parte integrante da Fundação Cultural é o Espaço Cultural “Dr. Benedito Santana”, que oferece vários cursos e oficinas para a comunidade. São oficinas com mensalidades acessíveis, que proporcionam entretenimento, conhecimento e difusão cultural. A Banda Municipal de Ituiutaba “José Castanheira”, a Banda Mirim Maestro Antônio Elias Daia e o Coral Municipal Abraão Calil Neto são três componentes da Fundação que promovem a música e o canto com técnica e muita dedicação. O MUSAI (Museu Antropológico de Ituiutaba) e a Galeria de Antiguidades de Ituiutaba são outros departamentos integrantes da Fundação Cultural com exposições permanentes e temporárias com temas que procuram resgatar a memória da região do Pontal do Triângulo Mineiro (FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITUIUTABA, 2016).

A partir de 2014, então, a FCI passa a configurar oficialmente como a responsável pela gestão da cultura na cidade, por meio da Lei Municipal n. 4.293/14, passando, então, à personalidade jurídica com direito público:

Art. 1º. Ficam alterados os artigos 1º e 12, da Lei nº. 2.298, de 22 de agosto de 1985, que passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a instituir a Fundação Cultural de Ituiutaba, que atuará por tempo indeterminado, sob fiscalização, orientação e controle amplos da Prefeitura Municipal, com jurisdição sobre o Município, sede e foro nesta cidade.

Parágrafo único. A entidade será dotada de personalidade jurídica de direito público, cuja disciplina orientará a sua constituição, devendo dotar-se de Estatuto, a ser elaborado no prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta lei, por comissão de 3 (três) membros designados pelo Prefeito Municipal, sujeito à aprovação deste, mediante decreto, observada a legislação pertinente.

Art. 12. A fundação terá quadro próprio de servidores, sujeitos ao Regime Estatutário em caráter efetivo e em comissão. (ITUIUTABA, 2014)

Para o desenvolvimento de políticas culturais em atendimento ao SNC, além da configuração da FCI como gestora oficial, em 2017 foram feitas alterações na Lei Orgânica do Município de Ituiutaba e a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer passou a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (2017). No que tange à cultura, a última Lei Orgânica define que:

SEÇÃO II - DA CULTURA

Art. 112 - O Município garantirá a todos pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura municipal a apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (CF-215).

Parágrafo único - O Município protegerá as manifestações das culturas populares.

Art. 113 - Constituem patrimônio cultural brasileiro, para o qual o Município, em sua área de competência, dirigirá ação de incentivo, apoio e assistência, os bens de natureza natural e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nacional, nos quais se incluem (CF-216):

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá

e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, além de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à Administração Pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta e a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Art. 114 - O Município desenvolverá sua ação de apoio, assistência, estímulo e orientação, no setor da cultura, através da Fundação Cultural do Município, à qual serão destinados recursos compatíveis com os projetos, programas e iniciativas que o Conselho Curador da referida fundação entender conveniente e necessários. (ITUIUTABA, 2017)

Estão se construindo, assim, novas proposições para a política cultural da cidade, com a perspectiva de que as políticas de estado abranjam o Município de Ituiutaba. Até o presente momento, o PMC de Ituiutaba não foi elaborado e ainda consta nas Diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016 e 2017, nas Leis n. 4.369/15 e 4.438/16, em seus respectivos anexos de metas e prioridades, no setor da cultura, as mesmas metas, de responsabilidade da FCI para com a elaboração e implementação de alguns mecanismos do SNC, tais como:

- 12. elaborar e executar o Plano Municipal de Cultura;
- 13. elaborar e executar o Sistema Municipal de Cultura;
-
- 36. manter treinamento de agentes culturais;
-
- 43.6. criar o Fundo Municipal de Cultura, com a finalidade de receber premiação, e subsídios provenientes de emenda e convênios (SINCOV), e dedução de ISSQN, além de doações de pessoas físicas e jurídicas;
-
- 43.9. realizar o Censo Cultural do Município, visando subsidiar a implementação das Políticas Públicas de Cultura;
-
- 44. realizar e promover os seguintes eventos culturais:
- 44.1 Conferência Municipal de Cultura. (ITUIUTABA, 2016, p. 42).

Com a recém-criada Secretaria Municipal de Educação e Cultura, passa a ser atribuição do Conselho Municipal de Educação gestar as políticas públicas de cultura na cidade, como demonstra Decreto n. 8.345, de 01 de fevereiro de 2017, que Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Ituiutaba-MG:

SEÇÃO II - DAS FINALIDADES E COMPETÊNCIA

Art. 4º Ao Conselho Municipal de Educação compete:

.....
XIII – estimular o acesso às fontes de cultura, apoiar, incentivar e valorizar a difusão das manifestações culturais;

.....
XX – emitir resoluções, pareceres e indicações dentro dos limites de suas atribuições e competências relativas a assuntos educacionais e culturais;

.....
CAPÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO
SEÇÃO I - DA COMPOSIÇÃO
.....

e) Fundação Cultural de Ituiutaba. (ITUIUTABA, 2017)

As atribuições dos conselhos, segundo o Portal da Transparência do governo federal, é o controle social sobre a gestão, de modo que recursos públicos sejam angariados e distribuídos de maneira participativa por parte da sociedade civil, de modo que

Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, s/d, s/p)

Esse aspecto nos remete a questionamentos sobre o posicionamento tardio do município em relação ao papel ativo do poder público para com a cultura, enquanto dever do Estado para com seus cidadãos, no caso, a população de Ituiutaba e, ainda, à implementação das Políticas Públicas de Cultura que se delinearam e serão executadas a partir do Sistema Municipal de Cultura, segundo as metas da referida Lei Municipal n. 4.438/16.

Percebemos, assim, que a retomada do papel do Estado para com o planejamento e execução de políticas de cultura chegou até o município, o que suscita transformações neste meio. Se antes de 2014 Ituiutaba não se preocupava em instituir uma Secretaria de Cultura, com os novos desdobramentos na área, a mesma teve que se atentar para a busca de parcerias e o cumprimento de obrigações para com o Governo Federal.

No entanto, isso não deixa de se tornar também um interesse econômico, haja vista que a cultura, através do MinC, movimenta bilhões de reais, sendo de interessante

também para a economia da cidade, de modo que os municípios possam concorrer a editais que visam a execução de projetos culturais financiados por aquele Ministério.

Com a nova gestão em 2017, a FCI passa a realizar, nessa perspectiva, diversos eventos na cidade em parceria com o MUSAI e os Movimentos Sociais, como a Comunidade LGBT e a FUMZUP, dando maior visibilidade a essas ações⁴¹ e demonstrando interesse por construir políticas de cultura mais abrangentes, não apenas por meio de iniciativas isoladas, que pouco representam os anseios das comunidades e culturas locais e não têm compromisso para com a garantia de sua permanente efetivação.

3.2 A Cidade no tempo presente: espaços de múltiplas culturas e identidades

Ao estudar as políticas de cultura e suas manifestações nos espaços da cidade, buscamos entender o que seriam esses espaços numa perspectiva geográfica. Eles nos contam algo sobre as relações sociais e raciais, as movimentações e movimentos que se dão ali, sua estética, seus sujeitos, sua história e sobre a gestão desses espaços e da cidade como um todo.

Edward Soja (1993), ao caracterizar as Geografias Pós-modernas sob a Perspectiva da Teoria Crítica, busca espacializar a narrativa histórica criticando, assim, a tendência do historicismo em silenciar a espacialidade desse processo interlocutório entre história e espaço, embora o historiador Jacques Lefebvre tenha atentado a isso, como já consideramos em capítulo anterior. No que tange ao campo da Geografia, segundo Soja:

A geografia pode não ter desalojado a história no cerne da teoria e da crítica contemporâneas, mas há uma nova e animadora polêmica na agenda teórica e política, uma polêmica que anuncia maneiras significativamente diferentes de ver o tempo e o espaço juntos, a interação da história com a geografia. (SOJA, 1993, p. 18)

A proposição de uma geografia humana crítica está, portanto, imbuída em sentidos de pertencimentos histórico-geográficos. Os acontecimentos e as histórias de

⁴¹FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITUIUTABA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/FCItuiutaba/>> Acesso em: 08 mai. 2017.

vida têm uma geografia, que é apreendida, assimilada pelos seus ocupantes e também não ocupantes de determinados espaços. Portanto, é uma estrutura que ensina algo sobre aquele espaço-tempo. Nessa linha de entender a relevância da produção social do espaço, o autor considera as contribuições de Michel Foucault quando esse explora o espaço como algo central para a análise do poder, além de realizar uma intersecção entre tempo e espaço em todos os seus textos.

Esses espaços em que vivemos, que nos retira de nós mesmos, no qual ocorre o desgaste de nossa vida, nossa época e nossa história, o espaço que nos dilacera e corrói, é também, em si mesmo, um espaço heterogêneo. Em outras palavras, não vivemos numa espécie de vazio dentro do qual possamos situar indivíduos e coisas. Não vivemos num vazio passível de ser colorido por matizes variados de luz, mas num conjunto de relações que delinea localizações irreduzíveis umas às outras e absolutamente não superponíveis entre si. (FOUCAULT, 1986, p. 23 apud SOJA, 1993, p. 25)

Fundamentadas nas afirmativas de Foucault, percebemos que nesses espaços se estabelecem relações de poder entre os homens políticos e o governo da cidade em governar para além do território (físico) e seus habitantes, o que culmina em estratégias de controle. Entre essas, é o caso da própria polícia, agente do Estado, até chegar a um aperfeiçoamento em que não se precisasse desse controle direto, o que leva a entender a indissociabilidade de se pensar nesse espaço enquanto uma construção social, histórica e que pode se transformar ao longo do tempo, como analisaremos mais adiante sobre as manifestações culturais no tempo presente em Ituiutaba. Na perspectiva de Edward Soja:

O espaço heterogêneo e relacional das heterotopias de Foucault não é nem um vazio desprovido de substância, a ser preenchido pela intuição cognitiva, nem um repositório de formas físicas a ser fenomenologicamente descrito em toda a sua resplandecente variabilidade. Trata-se de um espaço outro [...], a espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, simultaneamente concreta e abstrata, a contextura das práticas sociais. (SOJA, 1993, p. 26)

Trata-se, assim, de um espaço vivo e que diz de uma sociedade e seus ocupantes. Segundo a interpretação de Soja (1993), a reafirmação do espaço na teoria social crítica não significa uma subordinação adversa do tempo e da história, mas um equilíbrio interpretativo que se adeque à relação espaço, tempo e ser social.

Quando fazemos esta análise sobre Ituiutaba se tornam perceptíveis os constructos sociais que são elaborados por diversas narrativas, tanto de sujeitos que compõem esses lugares com suas corporeidades e identidades, como de espaços físicos e suas inscrições arquitetônicas. No que tange aos espaços culturais e à ocupação negra na cidade, desvelam-se especificamente como esse espaço é produzido nessa gama de relações, concomitantes às políticas públicas de cultura que adentram no espaço da cidade e desvelam estruturas de poder que ensinam sobre esse território.

Em todos os espaços ocupados por seres humanos desenrolam-se o cotidiano, a ser vivido e experienciado pelos sujeitos. O cotidiano diz respeito à vida do ser humano, em suas relações interpessoais e na individualidade. Nas interações sociais, seja no trabalho, no lazer ou na família, desenvolvem-se práticas, pensamentos e modos de ser e estar no mundo que revelam uma determinada identidade. Nesse sentido:

A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. (HELLER, 1992, p. 17)

A vida do ser humano se dá, portanto, na cotidianidade, na interação com os sujeitos, no aprendizado das coisas, na sua formação enquanto ser físico e pensante, enquanto ser individual que analisa e reflete sobre o vivido. Nesse quadro de organização do cotidiano, homens e mulheres (re)constroem sua identidade. Sendo assim, o ser humano já nasce inserido em uma sociedade organizada e pensada previamente. A cotidianidade surge na vida dos indivíduos, pois, de uma maneira dada, cabendo a eles assimilar, manipular e transformar o já existente. Desse modo, é o aprendizado nas relações com a família e com outros grupos sociais que permitirá aos sujeitos viverem autonomamente a sua vida cotidiana. E estas vivências acontecem nos espaços da cidade.

Ao observarmos as atividades culturais desenvolvidas na cidade de Ituiutaba, em espaços públicos abertos, entre setembro de 2015 e julho de 2016, procuramos não somente descrevê-las, mas conhecer onde eles se situam, quais os grupos sociais que os compõem, quais os significados imbricados nesse tecido social e o que esses dizem sobre a política cultural da cidade.

As atividades variam entre tradicionais: Desfile da Independência; Festejos do congado, que compõem leilões, um show prévio ao grande Encontro de Congo Moçambique, Catupé e Marujos, sendo no ano de 2016 o 29º Encontro; e ocasionais, os quais se tratam de um Carnaval de Marchinhas e a inauguração do Centro Turístico Cônego Ângelo.

3.2.1 Desfile da Independência, 2015

O Desfile da Independência comemora o dia da Independência do Brasil da Coroa de Portugal (1822), é uma cultura cívica nacional que mais se aproxima do conceito de comemoração, distante da concepção de cultura popular à qual nos propomos analisar aqui. Todavia, faz parte da tradição educacional de um povo baseada na perspectiva das comemorações como artefato da invenção de uma determinada tradição no sentido atribuído por Eric Hobsbawm (1997, p. 272): os “novos feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais públicos [...] talvez não mobilizassem os cidadãos voluntários se não tivessem uma genuína repercussão popular”.

Nessa perspectiva, compreendemos a comemoração do Desfile da Independência como a internalização social das práticas propostas por parte do poder público. Sua ocorrência em Ituiutaba, em 2015, organizada pela Secretaria de Educação, Esporte e Lazer é importante para nossa investigação porque contou com representantes da cultura negra, inclusive institucionalizada nas práticas escolares locais, como é o caso da participação do grupo de Congado Mirim da Escola Municipal “Aureliano Joaquim da Silva” – CAIC. Fizeram-se presentes também os/as alunos/as dos cursos oferecidos na FUMZUP, Grupos da Companhia Folia de Reis, Capoeira Águia de Ouro e o Terno de Congo Marinheiro de Santa Luzia.

O desfile aconteceu a partir das 18 horas com o tema “Água é Vida, Conscientizar é Preciso” e perpassou as duas principais ruas de comércio do centro da cidade (ruas Vinte e Vinte e Dois). Foi composto também por nove blocos, entre eles, carros alegóricos, o Batalhão da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, banda marcial, o grupo da maçonaria, grupos de escolares que se fantasiaram de personagens temáticos (como princesas, alas das baianas, dos/as índios/as) e componentes do Tiro de Guerra, que perfizeram as ruas até chegar ao coreto da Praça Cônego Ângelo, onde foram todos anunciados e apresentados.

A presença dos grupos que representam as culturas negras na cidade pode significar, portanto, mais do que uma participação cívica e indicar, também, a representatividade da cultura negra na educação de crianças e adolescentes da comunidade. Esses grupos tiveram, na experiência do desfile, a oportunidade de se expressar nos espaços “nobres” da cidade, mesmo que isso tenha acontecido pontualmente, “autorizado” pelos poderes públicos locais. Pois ao que veremos mais adiante, nos espaços considerados “de negros”, como acontece em manifestações culturais na Praça Treze de Maio, o que se evidencia é o policiamento.

É historicamente perceptível, como já vimos aqui, que os atores sociais dos grupos populares não ocupem todos os espaços culturais com a mesma intensidade com que frequentam o centro da cidade para atividades e mobilidades práticas do dia-a-dia, enquanto outros grupos (em sua maioria de pessoas brancas e economicamente abastadas) usufruem desses locais de maneira assídua, como é o caso da Praça Cônego Ângelo, que agrega *status* social a seus/suas ocupantes.

Se analisarmos isso tendo em consideração a concepção de Pierre Bourdieu (1996, p.112) de que “o mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto”, consideramos que tal distinção é construída nas diversas representações dos grupos sociais nos espaços ocupados, o que pode contribuir para com a realidade objetiva. Criam-se, assim, representações mentais, ou seja, “atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos” (p.108), enquanto as representações objetivas (materiais), como bandeiras de Congo, insígnias, símbolos, emblemas, etc., são “estratégias interessadas de manipulação simbólica, tendentes a determinar a representação (mental) que os outros podem construir a respeito tanto dessas propriedades como de seus portadores” (Idem).

Ao trazer para as ruas do centro e para a Praça Cônego Ângelo representações das culturas negras, os poderes públicos e os grupos ali presentes constroem essas “estratégias interessadas”. No caso do Desfile cívico, o belo dessas culturas é ressaltado, mas quando na participação efetiva de pessoas negras em outras atividades culturais, nesses mesmos espaços, é minoritária e vigiada pelo policiamento.

A pesquisa de Fábio Venceslau e José Josberto Sousa (2013), por exemplo, investigou o Bairro Novo Tempo II, região da cidade onde se localiza o CAIC⁴², onde se concentram famílias de baixa renda e, conforme registros recorrentes divulgados na mídia local, é considerada como foco de altos índices de violência. A pesquisa descreve o bairro como tendo a população predominante de migrantes advindos da região nordeste do país (somam 9% da população da cidade), em sua grande maioria pessoas negras, cujo universo é composto pela “falta de espaços e atividades de lazer, cultura e entretenimentos voltados para os moradores do bairro”. (VENCESLAU e SOUSA, 2013, p.5) A pesquisa traz, também, relatos sobre os preconceitos que esses migrantes sofrem por parte dos demais moradores.

Os aspectos deste bairro evidenciam, portanto, divisões territoriais no seio da cidade e, como tal lugar é habitado e frequentado por pessoas negras, migrantes e pobres, são publicados na mídia local apenas as ocorrências de violência, o que instiga o imaginário coletivo a o considerarem como um espaço de risco social, quando a violência, de fato, espalha-se por toda a cidade. É nesse espaço, portanto, que se constrói a identidade negra, com uma carga negativa e, por outro lado, também é dele que advém a possibilidade de representar o belo em uma manifestação cultural, como aconteceu no Desfile em questão. Como observam Claudenir Clemente e José Silva em suas reflexões sobre as territorialidades e sociabilidades negras urbanas na contemporaneidade,

A marginalização dos afrodescendentes nas áreas periféricas viabiliza, no nível urbano um tipo de segregação racial, criando obstáculos para sua explicitação pública. A população negra, ao se organizar em práticas culturais como o Congado, que, nos momentos de seu preparo, movimenta seus membros pela cidade, busca irromper com esse tipo de segregação, ao transitar e frequentar locais de toda a cidade, inclusive os destinados às elites. (CLEMENTE e SILVA, 2014, p. 98)

⁴² O CAIC é um Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, “construído preferencialmente em comunidades onde não existem serviços sociais apropriados e caracteriza-se pela construção completa da Unidade de Serviço em espaço contínuo”. (CAIC, s/d, s/p) Na unidade de Ituiutaba foi criado um Núcleo da Cultura, com objetivo de “promover, difundir e valorizar a cultura universal e local” que compreende: leitura, frequência à biblioteca, oficinas de música, artes plásticas e cênicas, em permanente articulação com a comunidade. Dele participam crianças, adolescentes, jovens e adultos matriculados e membros da comunidade.

É possível observar como isso acontece em Ituiutaba por meio de algumas imagens que registramos do desfile e passamos a analisar:

Fotografia 1 - Desfile da Independência na Rua Vinte e Dois, centro comercial de Ituiutaba-MG, 2015



Fonte: Registro da Pesquisa, 2015.

A fotografia anterior mostra o cruzamento de uma das principais avenidas do centro, a Dezessete, com a Rua Vinte e Dois, onde se encontram um prédio da Secretaria Municipal da Fazenda (à direita), a farmácia de uma grande rede da cidade (em frente à Secretaria), a Biblioteca Pública Municipal (localizada mais à esquerda, atrás dos balões) e, em frente a essa, uma Conveniência que funciona 24 horas e é ponto de encontro da boemia local. Observamos na cena que neste ponto do desfile predomina a presença de famílias, com membros de várias faixas etárias, em sua maioria pessoas brancas, inclusive algumas bem acomodadas em cadeiras que, provavelmente, foram trazidas por seus proprietários. A vigilância é feita por membros do Tiro de Guerra da cidade e parece pacífica, inclusive um dos soldados é um jovem negro, que muito provavelmente presta serviço militar (como é exigência do governo federal para jovens acima de 18 anos de idade, que para isso se alistam obrigatoriamente). É de conhecimento público que os jovens convocados em Ituiutaba para o serviço militar são, predominantemente, pessoas de baixa renda. Não muito diferente disso, observamos na próxima imagem:

Fotografia 2 - Concentração na calçada para assistir ao Desfile da Independência, na Rua Vinte e Dois. Ituiutaba-MG, 2015



Fonte: Registro da Pesquisa, 2015.

A imagem anterior mostra um local bastante frequentado no centro da cidade, com pouco público no momento, majoritariamente branco. À esquerda verificamos também a presença de cadeiras. Ao centro da imagem vemos a descontração dos homens, sorrindo e gesticulando para os passantes do desfile, o que pode indicar se tratarem de seus conhecidos. Aliás, atitudes como essa são bastante comuns em todo o percurso do desfile, indicando que boa parte do público é de familiares e conhecidos daqueles que passam.

Fotografia 3 - Concentração na Praça Cônego Ângelo para assistir ao Desfile da Independência. Ituiutaba, 2015



Fonte: Registro da Pesquisa, 2015.

Podemos observar na imagem anterior que a concentração de pessoas na Praça Cônego Ângelo é maior do que em todo o percurso do desfile. O público apresenta as mesmas características daqueles das imagens anteriores e têm o mesmo comportamento: ficam aglomerados nas calçadas aguardando os grupos passarem. No caso específico deste local, aglomeram-se também junto às lanchonetes e brinquedos infláveis, local que muitas famílias frequentam aos finais de semana. Algumas pessoas, moradoras do entorno, acompanham do alto dos poucos prédios que se situam entre essas duas ruas do desfile ou se sentam em cadeiras na calçada. Ao término do Desfile observamos um grande contingente se utilizando do transporte urbano, além do grande número de carros estacionados, o que indica que parte dos frequentadores não mora naquela região.

É nesta Praça também que ocorrem muitas sociabilidades diárias, pois fica em uma área central em que se localizam, além de várias lojas comerciais, uma agência bancária, o Fórum, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, um importante edifício de escritórios, uma estação de rádio, uma clínica médica, a Igreja da Matriz, um hospital, a agência dos Correios, uma escola de línguas e duas escolas particulares da cidade, sendo uma delas a maior e mais antiga delas. Também é onde acontece a maioria das atividades culturais patrocinadas pela Prefeitura Municipal e por empresas privadas. Nos finais de semana muitas pessoas costumam frequentar os vários carrinhos e barracas de comida, a sorveteria e o espaço de alugueis de brinquedos. Nesses dias observamos que a maioria dos/as frequentadores/as são brancos/as, tanto quanto pudemos ver no dia do Desfile.

O cotidiano da cidade está inserido, pois, em uma organização de sociedade, no caso a brasileira, pensada e vivida secular e hierarquicamente sob o modelo masculino, cristão e eurocêntrico, que atende aos interesses da classe dominante. Esses fatores se refletem na concepção e implementação das políticas culturais na cidade. Percebe-se que esse espaço simbólico acaba por legitimar determinados padrões de conduta, pensamentos e discursos que são inseridos cotidianamente na vida das pessoas.

Os espaços da cidade não são, portanto, neutros. Mas estão inseridos em todo um contexto de sociedade e nele se implantam práticas e ideologias que, em uma relação dialética, definem e modificam a vida de seus ocupantes. Para Milton Santos (2008), abordar a sociedade através da categoria espaço é uma tarefa árdua, haja vista que o espaço é, além de uma condição, um fator da evolução social. Por isso, o mesmo considera:

[...] o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. (SANTOS, 2008, p. 12)

Isso significa que o espaço é mais que objetos geográficos, artificiais e naturais, coisas; que conjuntamente nos dão a natureza. Ele é tudo isso mais a sociedade. Sendo assim, o mesmo deve ser considerado como uma totalidade, assim como a sociedade que o mantém vivo, constituindo-se por tais elementos: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. (SANTOS, 2008)

A cidade é, pois, o local de pertencimento de seus moradores e ali se desenvolvem vários aspectos da vida de sua população. Ela tem, portanto, uma extensa profusão de sentidos e oferece várias possibilidades para a conquista da cidadania, em constante conflito com os ideais capitalistas. É o que percebemos sobre os espaços de interação e organização social, que se dividem perceptivelmente em dois: locais periféricos, desprovidos ou precários de uma estrutura básica e locais mais estruturados de casas, edifícios, com bens e serviços completos, como é o caso do centro de Ituiutaba. São, portanto, espaços educadores, representativos material e simbolicamente do pertencimento das pessoas que os integram e que servem de disputa à sua ocupação plena.

Desse modo, podemos afirmar que “o cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isto é o que dele faz o indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo” (SANTOS, 1993, p. 41). Portanto, ao se pensar na condução e manutenção de políticas públicas de cultura na cidade, podem-se vislumbrar caminhos para compreender a cidadania em meio a projetos culturais nesses espaços públicos, que são educativos e dizem de um contexto e de uma visão de sociedade.

3.2.2 Carnaval de Marchinha do Bloco Desengonça, 2016

O Carnaval em Ituiutaba é descrito por vários membros da comunidade como de grande movimentação na cidade, embora no período da pesquisa (2016) ele não tivesse grande destaque, o que foi justificado pela Prefeitura Municipal, devido à falta de

orçamento. Pesquisas anteriores fazem pouca referência ao mesmo, de modo que tivemos acesso às comemorações anteriores apenas por informações isoladas, que passamos a comentar. Segundo Vanda Nery (2004), na década de 1950:

As primeiras escolas de samba de Uberlândia, além de participarem das promoções carnavalescas da cidade, se deslocavam para participação em desfiles que aconteciam em Goiânia-GO, Ituiutaba-MG e Uberaba-MG, cidades que ainda não contavam com Escolas de Samba organizadas. Desta forma, não só contribuíram para a divulgação do carnaval de Uberlândia, mas também para estimularem a formação de novas escolas de samba em locais próximos da região. (NERY, 2004, p.7)

Embora haja esse indício e poucos relatos orais esparsos sobre os prováveis desfiles na cidade, não encontramos fontes impressas ou iconográficas sobre sua concretização, muito menos se algum bloco carnavalesco chegou a se formar em Ituiutaba. Os relatos orais nos indicaram os bailes de Carnaval ocorridos no Ituiutaba Clube e no Palmeiras Clube, mas como não tivemos acesso aos dirigentes dos mesmos, as fontes disponíveis foram coletadas na plataforma de distribuição digital de vídeos, YouTube.

Segundo o vídeo disponível no canal de Bete Moraes (2017), no YouTube, produzido por Pirretys Vídeo Show Ltda, a década de 1980 é considerada pelo narrador, José Roberto Marquez (PVS-TV), como “os tempos dourados do Ituiutaba Clube”.⁴³ As imagens do Carnaval de 1984 apresentam o salão cheio e seus/uas frequentadores/as, predominantemente adultos e jovens, além de alguns/mas adolescentes; em sua grande maioria são pessoas brancas e alguns poucos grupos de pessoas negras, geralmente reunidas; a vestimenta mais usual são roupas de verão, mulheres com a parte superior do biquíni ou o traje completo, abanadores patrocinados, bonés, viseiras, flores, algumas pessoas usam roupas e acessórios brilhantes (mais aparentes em mulheres jovens e brancas) como chapéus, *tops*, plumagens, faixas na cabeça, chapéus de boiadeiro, vários carregam copos descartáveis, alguns homens sem camiseta a portam pendurada no ombro, confetes e serpentinas aparecem sendo jogados no salão. Há também pessoas fantasiadas, com destaque a um casal formado por uma jovem com máscara e plumas e um senhor com idade aproximada de 60 a 70 anos, vestido com uma

⁴³ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Rq5DDI8OMQo> >

fantasia brilhante, que desenvolve passos comuns à dupla de mestre sala e porta bandeiras, no meio do salão. Nos últimos 3min. do vídeo esse casal recebe um troféu, o que nos faz entender que havia uma competição. Também aparecem homens com microfones, entrevistando os carnavalescos que dizem ser essa a quarta noite de baile. Observamos também que algumas mulheres dançam sobre as cadeiras e mesas, nas quais há bebidas como cerveja, *whisky*, refrigerantes e água. Entre os componentes da banda, todos homens, metade são negros e, durante os 15min. do vídeo, tocam sambas, marchinhas e forró.

Como já mencionamos aqui, o Ituiutaba Clube, até meados dos anos 1960, não permitia a entrada de pessoas negras, além de ser um clube idealizado por seus conselheiros para atender a demanda da elite (MUNIZ, 2014). Isso nos permite refletir sobre o “lugar do/a negro/a” na sociedade e como isso permeia o imaginário e molda o comportamento da população. Como se sentem as pessoas negras ao passar a frequentar lugares antes destinados às brancas? Como pesquisadora desses espaços e como negra, percebo que se mesclam o sentimento de um “não lugar” seu, de ocupações de determinados espaços que não são vistos como “naturais” pela população branca, o que pode gerar um sentimento de espanto por parte dessa e que explica, a cada negro e negra, o “seu lugar no mundo”. Segundo Sandra Lestinge,

A priori esse conceito – pertencimento – pode nos remeter a, pelo menos, duas possibilidades: uma vinculada ao sentimento por um espaço territorial, ligada, portanto, a uma realidade política, étnica, social e econômica, também conhecida como enraizamento; e outra, compreendida a partir do sentimento de inserção do sujeito sentir-se integrado a um todo maior, numa dimensão não apenas concreta, mas também abstrata e subjetiva. (LESTINGE, 2004, p. 40)

Há nesse devir questões relativas à participação, como explica Maria da Glória Gohn (2003), associando-a às lutas históricas da sociedade pelo processo de democratização do país em busca dos direitos sociais e da cidadania. A autora assinala que a partir da década de 1980, com os movimentos populares, iniciaram-se os processos de participação dos indivíduos, em que os agentes eram as pessoas excluídas. Desse modo se desenrola a luta pelos direitos sociais, econômicos e políticos das camadas populares.

Os anos 1990 em Ituiutaba, por sua vez, foi marcado pelo início do “processo de espacialização realizado pelos movimentos de luta pela terra no município” (RAMOS e

BORGES, 2016, p.2). Segundo Eliane Ramos e Ana Claudia Borges (2016, p.2) esse processo é “resultado de articulação entre trabalhadores que lutam pelos seus direitos, pelo acesso à terra e este se consolida através de ocupações realizadas pelas famílias de trabalhadores”. Elas contam que entre 1990 e 2013 se instalam no município 16 ocupações, o que envolve 1.205 famílias:

No município de Ituiutaba os movimentos socioterritoriais presentes em ocupações entre os anos 2000 e 2013 foram: MST, CONTAG, MLST, MPST e MTL. O MST realizou uma ocupação no município com a participação de 56 famílias, CONTAG realizou duas ocupações com a participação de 64 famílias, o MLST com quatro ocupações e 356 famílias participantes, o MPST duas ocupações e 235 famílias participantes e o MTL realizou uma ocupação com a participação de 200 famílias. Além de outros movimentos com cinco ocupações e a participação de 259 famílias, o município de Ituiutaba (MG) teve um total de quinze ocupações e 1170 famílias participando do processo de ocupação no período. (DATALUTA MG, 2014 apud RAMOS e BORGES, 2016, p.9)

É sabido que mais da metade das pessoas que vivem em assentamentos subnormais são negras, o dobro das famílias brancas, tendo as mulheres negras uma condição mais desfavorável. Segundo a pesquisa do IPEA, ONU Mulheres, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) de 2009, publicada em 2011, referente à distribuição dos domicílios urbanos em favelas, segundo o sexo e cor/raça do/a chefe no Brasil, os mesmos estavam distribuídos em: 12,8% de domicílios chefiados nesses locais por homens brancos, 21% por mulheres brancas; 26,8% por homens negros e 39,4% por mulheres negras.

Os dados mostram ainda que, enquanto o percentual de domicílios em assentamentos subnormais vem diminuindo para os chefes brancos, vem aumentando em especial para aqueles que apresentam chefia de mulheres negras (aumento de 11 pontos percentuais desde 1995). Os dados em geral indicam, portanto, uma significativa melhoria nas condições de habitabilidade dos domicílios ao longo dos últimos 15 anos. Entretanto, no que diz respeito aos assentamentos subnormais, a cada vez mais desigual proporção aponta para uma maior e crescente vulnerabilidade nas condições de habitação das famílias chefiadas principalmente por mulheres negras. (IPEA et al., 2011, p. 31)

Esses dados materializam as desigualdades geográficas, sociais e raciais no Brasil. Cruelmente, as estatísticas abrangem outras gamas de direitos negados aos

negros e negras, como na saúde, educação, etc. Tratando-se da renda, o estudo referido anteriormente demonstra que, em 2009, as pessoas negras apresentavam 55% da renda das brancas, com elevação de 10% desde 1995 (IPEA et al., 2011), o que ainda remete a uma grande desigualdade, consequência do racismo estrutural, que priva de direitos essa pretensa cidadania das pessoas negras. Isso vai influenciar diretamente na formulação dos espaços e sua ocupação.

Segundo Renato Santos (2012, p. 38), “sendo a ‘raça’, constructo social, princípio de classificação que ordena e regula comportamentos e relações sociais, ela tem vinculação direta com a geografia, haja vista que esta busca compreender dimensões espaciais das relações sociais”. A compreensão dessa relação nos leva a compreender como a educação não-formal, que se situa nesses espaços, forma a organização dual do espaço da cidade, numa gama de significados, entre a segregação organizacional dos espaços públicos e a educação política que o Movimento Negro empreende através da cultura:

As relações raciais, nas suas múltiplas dimensões (de corporeidade, de religião, de cultura, etc.), com suas manifestações de atributos e sistemas classificatórios constituem as suas espacializações. Da mesma forma, a luta antirracismo, as resistências às opressões e o Movimento Negro também constituem as suas espacializações (SANTOS, 2012, p. 54).

Sendo assim, essas espacialidades são políticas e dizem de uma política cultural que desvela espaços negros e espaços brancos dentro de um mesmo território. Para além disso, vislumbram-se relações sociais que extrapolam o limite de espaço, as quais vão se configurar na subjetividade dos sujeitos, brancos e negros, referentes às divisões e distinções espaciais.

Isso indica que os espaços territoriais ocupados no decorrer do tempo não são fixos e vão se reconstruindo, não linearmente, mas variam por meio de resignificações. Essas, por sua vez, apontam alterações nas possibilidades de socialização. No contexto de Ituiutaba, o que se percebe são novos sujeitos sociais que buscam nas terras improdutivas outro *modus operandi*, ao mesmo tempo em que, como já demonstramos nesta dissertação, ocorre a migração de cortadores de cana para o município.

Com a chegada de novos atores sociais em Ituiutaba, as políticas de cultura com foco no Carnaval, nesse período, variaram desde a total falta de interesse público até o mais alto financiamento, juntamente com outros patrocinadores, por parte da Prefeitura

Municipal de Ituiutaba. A partir de 2003 a Prefeitura passa a promover shows no Parque de Exposições JK, com animações de trios elétricos e bandas que atraem turistas de todo o país, de modo que o valor que circulava no Carnaval de 2013 chegava a R\$ 7 milhões. (SANTOS e SILVA JÚNIOR, 2016)⁴⁴ O evento era organizado por espaços distintos, com preços variados e serviços de bar dentro dos ambientes. Tratam-se dos camarotes, áreas *vip*, *extra vip* e *Prime*. “Por outro lado, muitos jovens da cidade de Ituiutaba não têm o privilégio de participar desta festa, pois os valores são muito caros e os jovens pobres ficam à margem dessas festividades, tendo que buscar outras alternativas.” (Idem)

As alternativas variavam entre a frequência a bares do centro da cidade e do subúrbio, festas em chácaras alugadas e festas em repúblicas de alunos/as das Instituições de Ensino Superior que se instalaram na cidade. Todas essas pagas e alternativas, obviamente sem nenhum compromisso com as políticas de cultura do município.

Neste contexto, em 2012, um grupo composto por professores/as e alunos/as da FACIP/UFU e artistas do Movimento de Cultura e Arte de Ituiutaba, teve a iniciativa de recuperar a participação popular no Carnaval de rua da cidade, gratuitamente. Foi criado, assim, o Bloco “DESENGONÇA o estandarte do sanatório geral”, em homenagem à música do compositor Chico Buarque, de modo a convidar a população a brincar o Carnaval espontaneamente. Buscava, assim, recuperar a alegria, a descontração e a diversidade de público dos antigos carnavais populares de rua. Embalado por marchinhas executadas por músicos do Conservatório Estadual de Música de Ituiutaba, percorreu as ruas da cidade com fantasias ornamentais e improvisadas, chamando a comunidade para cantar, dançar e se divertir. Nos primeiros quatro anos de execução o Bloco saía aleatoriamente, apenas com um ponto de encontro marcado, e transcorria as ruas executando marchinhas e desenvolvendo performances por parte dos participantes (alguns deles eram artistas amadores, cursistas do Projeto “Vamos Fazer Arte”). Com essa desenvoltura, arrecadavam dinheiro por onde

⁴⁴ A cobertura desses eventos pode ser visualizada em: <
https://www.youtube.com/results?search_query=carnaval+ituiutaba>

passavam, para pagar os músicos participantes, uma vez que a cidade estava cheia de turistas, mas sem fins lucrativos. (BLOCO DESENGONÇA, 2016)

Fotografia 4 – Bloco Desengonça. Ituiutaba, 2013



Fonte: Arquivo Pessoal, 2013

Observamos na fotografia anterior a descontração e o imprevisto dos participantes do Bloco, dentre esses, professores/as e alunas de Instituições Públicas de Ensino Superior de Ituiutaba e membro do Movimento de Arte e Cultura de Ituiutaba. Concentrado na Praça Treze de Maio, com confete e serpentina espalhado, no ano de 2013 o Bloco contou com significativa participação das pessoas da cidade que, além de percorrerem as ruas brincando e cantando, com adesão dos transeuntes, teve grande desfecho no centro da cidade, Praça Cônego Ângelo, surpreendendo seus frequentadores.⁴⁵ Durante o cortejo as pessoas se mostravam descontraídas, com fantasias improvisadas, com variedade de gênero, cor e *status* social, brincando juntas sob o som de tradicionais marchinhas carnavalescas.

Em 2016, diante do fato de a Prefeitura Municipal deixar de promover o tradicional Carnaval no Parque de Exposições JK, ocorreu a diminuição significativa de pessoas na cidade, visto que muitas viajaram e outras, sabendo do fato, nem mesmo saíram de suas casas, além de a escassez da presença de turistas. O Bloco se viu, então,

⁴⁵ Imagens disponíveis em: Cortejo do Carnaval 2013: < <https://www.youtube.com/watch?v=ey0agkGp-vU&feature=youtu.be>>. Final do Carnaval 2013 < <https://www.youtube.com/watch?v=m4TGObWkrFo>>

com menores condições de captar público e de arrecadar fundos para prestigiar os músicos de Ituiutaba, que entoavam as marchinhas. Decidiram, então, solicitar parceria de comerciantes a fim de angariar esse recurso, que era muito baixo, mas que os/as organizadores/as consideravam justo para com os músicos locais, costumeiramente desconsiderados pelas iniciativas da Prefeitura Municipal durante os carnavais. (BLOCO DESENGONÇA, 2016)

Em sete de fevereiro de 2016 acompanhamos o Bloco, que se concentrou na Praça Treze de Maio às 18 horas do horário de verão do Brasil. A escolha do local teve por intenção, segundo os/as organizadores/as, descentralizar as atividades culturais das praças do centro da cidade, locais que representam maior *status* social e estimular a comunidade dos bairros a se juntar ao festejo.

Fotografia 5 - Carnaval de Marchinha. Início da Concentração na Praça Treze de Maio. Ituiutaba, 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016.

A imagem mostra os primeiros participantes a chegar, alguns deles são organizadores/as do evento que, diante do dia chuvoso, conseguiram alugar com o recurso de patrocinadores aleatórios, uma tenda para que os músicos pudessem executar as primeiras marchinhas e chamar a comunidade a acompanhar.

Fotografia 6 – Concentração dos Músicos do Carnaval de Marchinha. Praça Treze de Maio, Ituiutaba, 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016.

Observam-se, na fotografia anterior, a presença de pessoas com fantasias improvisadas e um público bastante restrito nos primeiros momentos. Percebemos também a presença de muitos estudantes da FACIP/UFU, inclusive a maioria do público negro era universitária; outras pessoas eram ligadas ao Movimento de Cultura e Arte de Ituiutaba e outros grupos artísticos.

Fotografia 7 – Início do Cortejo do Bloco Desengonça. Ituiutaba, 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016.

Observamos como mostra a fotografia anterior que durante o trajeto não existiu policiamento, o que é incomum se comparado aos demais eventos aqui analisados. Isso porque os/as organizadores/as não apresentaram requerimento à Prefeitura Municipal, ao Corpo de Bombeiros ou à Polícia Militar e Civil para transitar pelas ruas, uma vez que o evento é considerado por eles/as como “manifestação popular”. O cortejo foi animado o tempo todo pelos músicos do Conservatório Municipal de Música (financiado por alguns comerciantes localizados no trajeto por onde passou), bem recebido por transeuntes e moradores das ruas do trajeto – saída da Praça Treze de Maio, Avenida Vinte e Seis, Avenida Dezesete, Rua Onze –, de modo que se incorporavam ao Bloco ou acenavam e interagiam da sacada dos prédios. Observamos também que durante o trajeto nenhum lixo foi deixado nas ruas, embora vendedores ambulantes tivessem, aleatoriamente, acompanhado o Bloco fornecendo bebida e alguns alimentos embalados. Os/As participantes guardavam os dejetos para jogar nas lixeiras espalhadas pela cidade. O cortejo sessou suas atividades às 22 horas, em frente a um dos pontos de comércio de alimentos, co-financiador do evento e frequentado pela boemia local.

Caracteriza-se, assim, o compromisso social de educadores/as e artistas para com os espaços da cidade, o que, segundo seus/uas organizadores/as, significa: não policiamento das manifestações populares, garantia da participação de todas as pessoas, retomada das tradições carnavalescas, espontaneidade na execução dos músicos que atendiam às solicitações dos transeuntes, cuidado para com os bens públicos, evitar o transtorno com sons muito altos em horário considerado impróprio, reconhecimento de espaços de boemia (como é o caso da própria história do festejo de Carnaval). Consideradas essas características, os/as próprios/as idealizadores/as do Bloco avaliam que, por perpassar majoritariamente as ruas centrais, mesmo que saindo da Praça Treze de Maio, houve pouca participação de moradores/as da periferia, baixa frequência de pessoas negras (ao menos neste ano), população essa que ainda permanece sem incentivo público para atividades culturais. (BLOCO DESENGONÇA, 2016)

Fotografia 8 - Público do Carnaval de Marchinha. Praça Treze de Maio, Ituiutaba, 2016



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2016.

A pouca participação da comunidade negra, como observamos na fotografia anterior, na qual se apresentam três ex-alunas da FACIP/UFU, demonstra que “o lugar urbano e social que o negro ocupa não é o mesmo do branco. A separação é evidente, embora haja um permanente controle para que possa parecer que todos têm o mesmo tipo de acesso a algo de interesse” (SILVA e MIDDLEJ, 2006, p. 70). Apesar dos poucos estudos existentes no Brasil sobre a segregação socioespacial relacionada às questões etnicorraciais, é preocupação de alguns estudiosos como Flávio Silva e Jean Tible (2012), Frederico Silva e Suylan Midlej (2006, 2011, 2012, 2014), e Claudenir Clemente e José Silva (2014), que adentram diversos campos para pesquisa, especialmente aqueles ligados aos espaços culturais⁴⁶.

Mesmo não sendo muitos os estudos referentes a aspectos etnicorraciais, eles suscitam reflexões sobre a proposta de política cultural da cidade e a participação da comunidade negra na elaboração das mesmas, além da ausência de sua presença massiva nos espaços públicos de cultura. Percebe-se, então, uma divisão em meio à ocupação dos espaços culturais em Ituiutaba, entre localidades periféricas e centrais, ou por estabelecimentos e espaços frequentados por públicos diferenciados com relação à condição socioeconômica e racial.

⁴⁶ Trata-se da abordagem cultural na geografia humana. Trata-se de um espaço não uniforme e com obstáculos, com histórias variadas e diferenciado pelas suas formas de povoamento (CLAVAL, 2008).

Observamos, portanto, através da iniciativa do Bloco Desengonça, um exercício de “mediação de identidades diaspóricas”, uma vez que entre os/as idealizadores/as há o forte traço da migração, “que causa o espalhamento e a dispersão de povos, que, no entanto, carregam consigo a promessa de retorno redentor. Na situação da diáspora as identidades se tornam múltiplas” (HALL, 2003, p. 26). Nesse sentido, o Bloco traz para o debate o projeto de que estratégias culturais façam a diferença e desloquem as disposições de poder existentes nesse campo. Assim:

A hegemonia cultural nunca é uma questão de vitória ou dominação pura [...]; nunca é um jogo cultural de perde-ganha; sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações da cultura; trata-se sempre de mudar as disposições e configurações do poder cultural e não se retirar dele. (HALL, 2003, p. 321)

A critério de avaliação dessa iniciativa, no Carnaval de 2017 (embora não se incluía no período estipulado para esta pesquisa), um grupo de mulheres do Movimento Negro de Ituiutaba convocou todos os movimentos de cultura e arte da cidade, incluindo o Bloco Desengonça, além de solicitar apoio da Prefeitura Municipal, para dar continuidade ao movimento de revitalização do Carnaval popular.

Ao se tratar a temática étnico-racial, em específico a participação das pessoas negras nas políticas de cultura, os estudos revelam que as lutas políticas desse segmento se dão de forma coletiva, em geral atuando na constante denúncia ao racismo, na preservação e visibilidade da cultura negra nas cidades. Kelly Moraes (2012, p. 01), em sua análise das relações entre práticas políticas e culturais no Movimento Negro contemporâneo, explica que: “a questão cultural sempre esteve presente nas estratégias deste movimento em sua luta antirracista, seja para fins políticos ou em atividades estritamente culturais”.

Dessa forma, a atuação do Movimento Negro nas cidades se faz e refaz em uma organização de educação política antirracista que muitas vezes se impõe nas práticas culturais como condição primeira a desmontar a estrutura racista da sociedade brasileira. Tais práticas, revestidas também no corpo negro, que fala, geralmente não são perceptíveis pelo poder público, mas dizem muito para negras e negros que se sentem representados/as.

Se o local que se ocupa na cidade diz de sujeitos que têm determinada classe e que por conta disso são valorizados ou não, assim como seus espaços, e sabendo que a

maioria da população é pobre é negra, como não discutir racismo e suposta segregação racial? Como não entender que o quesito raça relega sujeitos a determinados espaços? Em que um homem negro e uma mulher negra têm menos chances de ocupar determinados ambientes somente por serem negros/as? E, conseqüentemente ser pobre e negro/a sugere uma disparidade significativa de ascensão social em comparação com as pessoas brancas.

3.2.3 Feijoada do Terno de Congo Camisa Verde, 2016

O Terno Congo Camisa Verde foi fundado em 1954 por Geraldo Clarimundo da Costa, sua esposa Dulcinéia Luiz Cassiano, seu irmão Demétrio da Silva Costa (Cizico) e seu pai Marciano Silvestre, sendo a maioria de seus integrantes da família do Sr. Geraldo. Fazem parte também deste Terno coordenadores/as da Irmandade de São Benedito, responsáveis por fazer a interlocução da Igreja Católica com a Festa de Congado, tendo seu próprio grupo religioso, além de coordenar e organizar os Ternos de Congado.

A Feijoada foi organizada no dia oito de maio de 2016 para arrecadação de fundos para o Terno Congo Camisa Verde participar da Festa do Congado, que aconteceria no próximo domingo, dia 15 de maio, como analisaremos adiante. Tanto esse Terno quanto os demais da cidade⁴⁷ têm o costume de promover almoços e leilões durante o ano visando a realização do “festejo final”: o Congado, que ocorre anualmente na Praça Treze de maio, no domingo posterior ao dia das mães, com a participação de todos os grupos de Ternos locais, quanto de grupos das cidades vizinhas.

A comunidade do Terno de Congo Camisa Verde se localiza, comparado aos demais Ternos, na zona menos periférica da cidade, o bairro Progresso. A Feijoada foi realizada na residência da Senhora Mariquita. Durante o evento foi comercializado feijoada, caldo, refrigerante e cerveja, além de ter sido realizado o leilão de pernil assado, peixe assado, litro de pinga com porção de bolinhos de arroz, entre outras porções. Alguns itens leiloados foram doações de pessoas da cidade, mas a maioria era

⁴⁷ Terno de Moçambique Camisa Rosa (1951); Terno de Congo Camisa Verde (1954); Terno de Moçambique Estrela D’Alva (1982); Terno de Congo Real (1987); Terno de Moçambique Lua Branca (1990); Terno de Moçambique Águia Branca (1994); e Terno de Congo Libertação (2004).

fruto do esforço dos integrantes do Terno. Teve apresentação de um grupo de pagode da cidade de Uberlândia-MG chamado Batuque Novo e, além de pagode, os músicos tocaram samba e partido-alto.⁴⁸

Fotografia 9 - Público da Feijoada do Terno de Congo Camisa Verde. Ituiutaba, 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016.

A imagem anterior mostra a frente da casa onde aconteceu a Feijoada, com um público majoritariamente negro e a maioria de mulheres, além de crianças. Aliás são mulheres que organizam todo o evento, desde preparar os pratos, o local, orçamento, a limpeza, divulgação, etc. Os homens aparecem mais na figura de companheiros delas, colaboradores.

⁴⁸ “Samba do partido-alto, partido-alto ou simplesmente partido, é um estilo de samba, surgido no início do século XX dentro do processo de modernização do samba urbano do Rio de Janeiro. Tem suas origens nas umbigadas africanas e é a forma de samba que mais se aproxima da origem do batuque angolano, do Congo e regiões próximas. Apesar de ser um dos subgêneros de samba mais tradicionais, não existe um consenso entre praticantes e estudiosos, menos ou mais eruditos, para definir o que seria essa derivação do samba, muito também pelas mudanças pelo qual ele passou de sua origem até os dias atuais”. (Wikipédia. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido-alto>>)

Fotografia 10 - Congadeira preparando a feijoada do Terno de Congo Camisa Verde. Ituiutaba, 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016

O cuidado com o preparo dos alimentos somado à experiência das cozinheiras, como a que vemos na fotografia anterior, cria um clima de acolhimento. Todo o processo de organização do evento, assim como seu desenrolar e encerramento com a limpeza do local demonstram a força da cooperação das pessoas, algumas há muitos anos nessa lida, repassando a tradição às jovens e crianças, sempre em equipes que a maior parte do tempo se mostrou sorridentes e cantarolando.

Como cada Terno tem as suas peculiaridades, que dizem respeito tanto às organizações familiares quanto a aspectos éticos e religiosos, o combinado com o Terno Camisa Verde foi o de não haver comparações e especulações em relação a outros Ternos que fôssemos investigar. Por isso nos detivemos apenas aos aspectos que os próprios integrantes quiseram ressaltar e também aos grupos que, de pronto agrado, acolheram nossa pesquisa. Outro combinado com os membros do Terno foi a participação exclusiva em atividades públicas, de onde foram coletadas as imagens e algumas explicações espontâneas. Não chegamos a perguntar pontualmente sobre nenhum aspecto da festa, mas dela pudemos participar o tempo todo.

Uma das organizadoras demonstrou interesse pela pesquisa e fez questão de nos apresentar seu neto, também estudante da FACIP/UFU. A moradora da casa, Mariquita, mostrou-nos o artesanato que o grupo confecciona para vender na feira que acontece no dia da Festa do Congado. Essa fez questão de que registrássemos a falta de apoio da Prefeitura Municipal para com os Ternos, explicando que a maioria da verba vem de

investimentos do próprio grupo. Ela e algumas outras mulheres foram apresentadas como “as guardiãs do grupo”, a saber, “senhoras mais experientes que cuidam da infraestrutura, saída, organização e manutenção espiritual do grupo” (SILVA e KATRIB, 2013, p.127), como podemos ver na próxima fotografia.

Fotografia 11 – Guardiãs do Terno de Congo Camisa Verde. Ituiutaba, 2016



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

A casa estava aberta, a cozinha foi montada na varanda do fundo, onde as pessoas podiam se servir de feijoada; o bar e o caixa ficavam na varanda frente, onde se serviam bebidas e caldo. Em outra parte da varanda da frente havia os pilares, onde algumas pessoas podiam sentar e também um altar de São Benedito. Trata-se de uma casa espaçosa, em uma região que não é considerada exatamente periférica, mas tradicional na cidade, com muitas casas antigas.

A rua foi fechada de esquina a esquina e, na porta da casa, foi montada uma tenda para os músicos, dispostas mesas e cadeiras para o público. Cerca de 50 pessoas participaram do evento. No período do almoço havia um fluxo maior de pessoas, mas por volta das 15 horas houve esvaziamento. Os músicos chegaram às 17 horas, aproximadamente.

Fotografia 12 – Público na Feijoada do Terno de Congo Camisa Verde. Ituiutaba, 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016.

O público, como pode ser visto na fotografia anterior, era em sua maioria negro, composto prioritariamente por familiares e integrantes do Terno. É o mesmo público que costuma frequentar os pagodes, as festas de congada e as festas na Praça Treze de maio. Devido ao fato da pesquisadora também ser negra e já ter morado em bairros próximos a esses, foi possível identificar de quais deles os participantes vinham, predominantemente: Junqueira, Camargo, Jardim do Rosário e Eldorado, considerados bairros de negros e negras em Ituiutaba.

Durante todo o evento não houve muita diversidade de público. Pessoas brancas eram poucas. Percebemos que apenas os vizinhos da casa em frente estavam com cadeiras na porta, participando da festa (brancos). Observamos também a vizinha (branca) ao lado sair até no portão de sua casa, pelo lado de dentro, para olhar a movimentação e logo retornou para dentro.

Também não havia nenhum tipo de policiamento ou segurança contratada no local durante todo o evento, que teve o início por volta do meio dia, encerrando-se à noite. Isso indica como os eventos organizados pelos Ternos de Congado são pacíficos, apesar do estigma de que as pessoas negras são “baderneiras”. O clima familiar que predominava no ambiente também foi notório, pessoas que se conhecem de longa data e, devido à tradição do Congado, criam suas crianças e jovens conforme os costumes dos grupos familiares, nos quais predomina o respeito pelos mais velhos, os costumes

alimentares e musicais que, embora se renovem constantemente, têm por princípio, cultivar as tradições.

Tratando especificamente a cidade sob o viés das práticas culturais que ocorrem em seu solo, em seus diversos locais, entende-se que “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico”.(SANTOS, 1993, p. 61) Trata-se, portanto, de uma linguagem regional que se cria na junção de diversas manifestações culturais, seus diversos atores e das relações que se mantêm com o meio.

Assim, como cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim também cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos. A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, um resultado obtido através do seu próprio processo de viver (SANTOS, 1993, p. 61).

Milton Santos (1993), baseado em P. Rimbaud (1973), afirma que a cidade transforma tudo, inclusive a matéria inerte, em elementos de cultura. Mas não na cultura de massas, que para ele se alimenta das “coisas”, mas da cultura popular, que é profunda e se nutre dos homens. Ainda segundo ele, a cultura de massas é denominada cultura por ser hegemônica, adversária da consciência. Não que a cultura seja consciência, mas a mesma, segundo o autor, se dá quando os sujeitos rompem com o jogo estabelecido e que os limita.

As festas do Congado são, nessa perspectiva, a negação do que está posto, dos ideais de consumo da classe média, esse poder alienante que escraviza os sujeitos, principalmente os mais pobres, que acabam por se frustrar por não terem a possibilidade de serem consumidores plenos, o que pode suscitar a falsa ideia de que a cidadania passe pela obtenção do capital.

3.2.4 Festa de São Benedito do Terno de Moçambique Lua Branca, 2016

A Festa de São Benedito do Terno de Moçambique Lua Branca também teve por objetivo arrecadar fundos para o festejo final: o Congado. O evento ocorreu no bairro Camargo, na casa de uma de suas integrantes, da Dona Nenê, no dia oito de maio entre as 12:30h (doze e trinta) e 22h (vinte e duas horas). O Terno de Moçambique Lua

Branca foi fundado em 1990 por Maria Senhora Domingues Martins (D. Senhorinha), seu filho Cláudio Domingues Martins, por Nilo Geraldo da Silva e sua esposa Maria Orminda da Silva.

Fotografia 13 - Residência da Dona Nenê, no Bairro Camargo. Ituiutaba, 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016.

Trata-se de uma moradia simples, como podemos ver na fotografia anterior, sem muros, com a entrada e quintal de terra, sendo uma casa na frente do terreno e outra menor no fundo. A casa do fundo, onde Dona Nenê mora, também tem uma varanda de chão batido.

Bastante semelhante à Feijoada do Terno de Congo Camisa Verde, houve venda de cerveja, leilão e dois grupos de pagode. Havia uma tenda onde um dos integrantes do grupo de Congado dava as boas vindas, anunciava o leilão e era também onde ficava o som. Nossa presença foi apresentada pelo anunciante do leilão, como uma visita a mais na festa. Isso indica, como já dito antes nesta dissertação, que a presença da pesquisadora, apesar de ser uma mulher negra da cidade, mas não ser membro integrante do Terno, representávamos ali uma distinção social. O que, na concepção do historiador da cultura, significa:

[...] as acepções correspondentes à palavra “representação” atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a

apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. (CHARTIER, 1991, p. 184)

A presença da pesquisadora, uma jovem mulher negra que não é membro de nenhum Terno de Congo da cidade, pode representar, a seguinte possibilidade de distinção: ser uma dentre as jovens negras que, com a chegada de câmpus de universidades públicas na cidade, tiveram alargadas suas possibilidades de ingresso ao Ensino Superior, tanto por parte daquelas que são pobres quanto devido ao reconhecimento da diversidade de identidades etnicorraciais que as instituições públicas acolhem. Isso é evidenciado por meio da presença do NEAB na FACIP/UFU que, como já foi considerado anteriormente aqui, tem por objetivo reconhecer e legitimar as pessoas negras, suas culturas e saberes na sociedade, servindo de ponto de estudo, pesquisa e extensão com e para o povo negro.

Apesar de nossa presença como pesquisadora, as pessoas com suas famílias demonstraram ficar bem à vontade.

Havia uma grande quantidade de pessoas na festa: congadeiros/as, seus/uas familiares, sendo o público em sua maioria negro. Muitas pessoas são moradoras do bairro e proximidades. A rua foi fechada e a concentração se deu na casa da anfitriã. A residência estava aberta, com algumas pessoas na varanda, mas a maioria na rua, em pé, ou nas cadeiras e mesas espalhadas, como podemos ver na próxima fotografia.

Fotografia 14 - Público no Leilão do Terno de Moçambique Lua Branca. Ituiutaba, 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016.

O bairro Camargo, assim como o bairro Junqueira e o Jardim do Rosário, são apelidados pela população como o “bairro dos negros”. Esses bairros são interligados. Os pontos de cultura são festas de rua, geralmente ligadas ao Congado, haja vista que alguns de seus principais integrantes ali residem. Também é onde se localiza a mais famosa feira livre de domingo, conhecida como a “Feira do Junqueira”, bastante frequentada por moradores de diversos pontos da cidade e que serve de ponto de socialização dos moradores desses bairros. Em seu entorno são dispostos brinquedos infláveis para a diversão das crianças e alguns bares que ficam lotados e oferecem pagode, geralmente puxado por pessoas sentadas em determinada mesa, geralmente homens negros.

Nestes bairros o policiamento militar é mais frequente, inclusive viaturas passavam de tempo em tempo durante o Leilão do Lua Branca, mesmo que o ambiente não indicasse nenhum tipo de contravenção à ordem.

Fotografia 15 - Público no Leilão do Terno de Moçambique Lua Branca. Ituiutaba, 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016

Como é possível observar na imagem anterior, a circulação dos festeiros é pacífica, contudo, o predomínio de moradores é de pessoas negras, sem vizinhos brancos como é o caso do bairro Progresso onde aconteceu a Feijoada do Terno Camisa Verde. Daí a ronda policial ser efetiva em bairros que apresentam aspectos da segregação com base racial, caracterizados pela segregação residencial:

A expressão espacial da segregação é a “área natural”, definida por Zorbaugh sendo uma área geográfica caracterizada pela individualidade física e cultural. Seria ela resultante do processo de competição impessoal que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais, replicando ao nível da cidade de processos que ocorrem no mundo vegetal. (CÓRREA, 1989, p. 59)

Apesar de os primeiros postulados sobre a segregação terem a questão econômica como a única explicação para a divisão de espaços sociais pela população, em que pese às estatísticas relacionadas às condições de vida dos/as negros/as no Brasil, Claudelir Clemente e José Carlos Silva (2014, p. 90) avaliam: “as relações com seus territórios sociais, que, não obstante marcados pela segregação espacial, permitem instaurar redes de sociabilidade que reafirmam o pertencimento à cultura negra”.

Nessa perspectiva, os “bairros de negro” ao mesmo em que segregam e são policiados, possibilitam a construção da identidade negra. Segundo Kabengele Munanga (2005), há espaços, como esses bairros, que possibilitam a criação de pertencimentos raciais, de identificações a um grupo. Em se tratando do grupo negro, o pertencimento está ligado à construção de uma identidade negra positiva, da interação e dos festejos, que podem ensejar posicionamentos políticos de atuação em defesa da valorização do seu grupo étnico-racial. Em contrapartida, a presença do policiamento indica que são bairros “violentos”, o que também reforça negativamente a identidade de seus/uas moradores/as.

Segundo Petrônio Domingues (2016) o Congado em Ituiutaba-MG é o catalizador para a construção positiva da identidade negra e formação de espaços de resistência na cidade, visto que, desde o “ano de 1982, assim como acontecia no Brasil, os negros buscavam cada vez mais se organizarem e lutar pela preservação de suas raízes e de sua identidade”. (DOMINGUES, 2016, p. 56)

3.2.5 Show Prévio ao 29º Encontro de Congo, Moçambique, Catupé e Marujos, 2016

Trata-se de um evento tradicionalmente organizado pelo Movimento Negro da cidade, por meio da FUMZUP, na Praça Treze de Maio, como já explicitado anteriormente, reconhecida no imaginário popular como “Praça dos Negros”, símbolo da resistência negra e da ocupação de espaços para sua cultura e lazer, mas também

local da marginalidade e da pobreza, no que concerne à população branca da cidade. Este evento sempre conta com muitas pessoas da população, com número significativo de negras, seja por se identificarem ou por estarem em um espaço familiar e acolhedor às manifestações das culturas negras, seja por ser ponto de encontro das famílias congadeiras, seja por serem vizinhos ou por frequentarem regularmente os pagodes da cidade, enfim, por se sentirem parte dessa população.

No ano de 2016 o show foi realizado no dia 14 de maio, véspera do grande festejo final: o Congado. Costumeiramente os grupos apresentados são de samba ou pagode e, neste ano, quem se apresentou foi o grupo de pagode K Entre Nós, banda originária de Ituiutaba, ali fazendo a maioria dos shows de pagode nos finais de semana, entre casas de show e bares.

Fotografia 16 - Público no Show K Entre Nós na Praça Treze de Maio. Ituiutaba, 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016.

A fotografia anterior mostra a parte da Praça onde se encontram as barracas de alimentos e bebidas, organizadas pela Prefeitura Municipal, onde se reúnem algumas cadeiras e mesas, mas insuficientes para abarcar todo o público. Por isso muitas pessoas se acomodam em bancos e nas estruturas de concreto que cercam a vegetação da Praça para comer ou descansar. Neste espaço não há montagem de brinquedos para distração das crianças, embora elas a frequente, como acontece todos os finais de semana na Praça Cônego Ângelo, de localização central.

Fotografia 17 - Público no Show K Entre Nós na Praça Treze de Maio. Ituiutaba, 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016.

Em relação à ocupação desses espaços, pode-se visualizar que os mesmos se tornam “espaços negros”, em virtude da quantidade expressiva de pessoas negras, em sua maioria, o que não acontece na Praça Cônego Ângelo. A Treze de Maio não é local de lazer ao fim da tarde e principalmente aos finais de semana, como na outra praça. Sendo assim, a Treze de Maio só é frequentada massivamente quando há eventos, como os tradicionais do Congado, ou algum outro que as escolas públicas da cidade, inclusive a FACIP/UFU, dispõem-se a realizar, sendo os dois últimos, eventuais.

Contudo, diferente da Praça Cônego Ângelo, a presença da polícia se mostra mais ostensiva, indicando não propriamente a segurança dos sujeitos, mas a vigilância sobre a população negra e pobre. Este fato é evidenciado não somente em nossa observação como também no trabalho de Petrônio Domingues (2016), que traz imagens relacionadas às festas negras nos jornais da cidade, entre 2000 e 2003, mostrando a presença da polícia como forma de manter a ordem, trazendo dados “não ditos” em suas manchetes.

Essa ocupação do espaço da Praça Treze de Maio, principalmente em comparação à ocupação da Praça Cônego Ângelo, nos faz refletir sobre como a vida cotidiana é heterogênea e hierárquica, dando significados às diferentes atividades e culturas dos sujeitos. (HELLER, 1992) E nesse campo das diferenças e da relação

superior/inferior, os preconceitos são apreendidos e internalizados, moldando os pensamentos e, conseqüentemente, as ações dos sujeitos. As práticas culturais se inserem nesse contexto, tendo na cidade espaços nos quais transcorrem experiências cotidianas que formam os sujeitos e um importante elemento no debate sobre hierarquização, no qual os indivíduos interagem socialmente, ela influencia em como se dará o desenrolar da assimilação da cidadania consciente.

Tal problemática é encontrada em várias cidades, haja vista que a organização dos municípios se dá inicialmente e isso se torna tradicional no planejamento do centro da cidade, no qual irá existir uma igreja matriz, o museu, o teatro e o cinema, geralmente ali próximos. Nas cidades interioranas esse modelo será bem visível, e esses espaços, como cinema, museu e teatro geralmente serão únicos na região central. Desse modo, essa região será o coração da cidade, no qual se desenrolará mais intensamente a vida urbana. Se o centro é ocupado cotidianamente em grande parte pela população mais pobre, onde as mesmas transitam para ir ao trabalho, pagarem contas ou consumir nas lojas populares, por outro lado, os espaços de atividades culturais não têm a presença frequente das mesmas, nas mesmas localidades, no centro, em horários não comerciais.

Ao partir do questionamento sobre quantos habitantes no Brasil são cidadãos e quantos nem sequer sabem que não o são, Milton Santos considera que:

O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à liberdade e a uma existência digna. (SANTOS, 1993, p. 7)

Segundo o autor, o discurso das liberdades humanas e seus direitos garantidores é ainda mais extenso, no entanto menosprezado, revelando diferenças entre a retórica e o fato. Para ele, a cidadania é uma lei da sociedade, que não distingue, atingindo a todos e investindo-lhes a cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância: “A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura.” (SANTOS, 1993, p. 7)

3.2.6 29º Encontro de Congo, Moçambique, Catupé e Marujos, 2016

Fotografia 18 – Festa do Congado na Praça Treze de Maio. Ituiutaba, 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016.

Como podemos observar na fotografia anterior, o grande Encontro do Congado acontece anualmente na Praça Treze de Maio, como já analisamos anteriormente. Seu nome faz menção à data de abolição da escravidão no Brasil e local em homenagem à luta negra, onde há uma estátua de Zumbi dos Palmares e, em seu entorno, situa-se a Igreja São Benedito, santo de devoção dos/as congadeiros/as e a FUMZUP, duas instituições que foram construídas na cidade com o esforço de algumas famílias negras que montaram seus Ternos e a Irmandade de São Benedito.

Em 2016 aconteceu a 29ª Festa do Congado em Ituiutaba, evento ao qual os participantes se dedicam o ano inteiro, também como já foi analisado aqui. Além dos grupos da cidade, os mesmos recepcionam grupos de outras cidades mineiras e goianas, que vêm se apresentar, assim como os grupos de Ituiutaba vão, nas datas dos Encontros de outras regiões, como Uberlândia e Romaria, em Minas Gerais.

Historicamente marcada no segundo domingo de maio, há dois anos ocorre no terceiro domingo devido ao segundo domingo condizer com a comemoração do Dia das Mães, data em que costumeiramente as famílias se reúnem suas casas.

O Congado é um evento cultural que faz parte da cultura negra, em que, além da dança e toque de instrumentos musicais, permeia a ancestralidade, o orgulho negro, a religiosidade de matriz africana, a disputa pelo espaço e pela religiosidade e o grito de libertação. A grande festa é um momento muito esperado pela comunidade negra da

cidade, pelas famílias negras participantes dos Ternos e a população em geral, que veem ali um momento de lazer e cultura.

A pesquisa de Isabel Silva e Cairo Katrib (2013) bem descreve o ritual dos Ternos neste dia, que passamos a explicar, conforme esses autores. Dentro do Terno há uma hierarquia, assim organizada:

- a) capitão de guia: responsável pela organização, estrutura e disciplina do grupo;
- b) soldados: responsáveis por auxiliar o primeiro capitão ou substituí-lo em caso de alguma eventualidade (todo congadeiro é considerado um soldado);
- c) capitão das caixas: responsável pela marcação do ritmo das músicas e das danças, assim como pela manutenção e guarda dos instrumentos;
- d) coordenador da equipe mirim, responsável pelo Terno de crianças;
- e) capitães mirins: comandam o Terno de crianças, sendo, geralmente, um adolescente do grupo;
- f) guardas de guia: responsáveis pela manutenção da organização das filas;
- g) madrinha do estandarte: adulto responsável pela bandeira durante os cortejos;
- h) madrinha do estandarte mirim;
- i) guardiãs do grupo: senhoras mais experientes que cuidam da infraestrutura, saída, organização e manutenção espiritual do grupo;
- j) zeladoras: correspondem a todas as mães acompanhantes, que olham todos como se fossem seus filhos, sendo aquelas que auxiliam durante a caminhada, levando água, alimentos;
- k) organizadores: correspondem a todos os envolvidos na organização da estrutura do grupo (instrumentos, vestimentas, agenda etc). (SILVA e KATRIB, 2013, p.127)

Essa é basicamente a organização dos Ternos, apesar dos autores supracitados terem investigado especialmente o Terno de Moçambique Camisa Rosa. Como eles descrevem, antes da saída dos Ternos pelas ruas da cidade é servido um café coletivo na sede do quartel general (morada do capitão da guarda ou general). Mas também é costume ser oferecido na residência de um congadeiro tradicional do grupo. Toda a comunidade contribui para a confecção do café, seja com trabalho braçal ou com arrecadação de alimentos. Em seguida, dão-se início as “orações”, com pedidos de bênçãos para os componentes do Terno, geralmente proferida por uma das dirigentes do grupo. É costume também que essa lance água benta em todos, nos instrumentos e bastões, hora em que se evidencia a fé e a devoção a São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário. Só depois disso, cada tocador pega seu instrumento e se posiciona para a saída do Terno:

Os instrumentos utilizados pelos Ternos são: a gunga, usada só pelos capitães e que vem à frente dos outros instrumentos; as patangomas, que ditam o ritmo e estabelecem a conexão entre o mundo real e sobrenatural; as caixas, que simbolizam as vozes dos antepassados. O Capitão do Terno é o último a sair de dentro da casa (quartel). Depois que todos estão devidamente fardados e com seus instrumentos a postos para a saída, o capitão faz o sinal de caminhada do grupo, ditando o ritmo do batuque com as cantorias e o som do apito. Nessa hora, todos os integrantes já sabem que, logo após a ordem de comando, começarão a caminhada pelas ruas da cidade. Na ocasião, o grupo deslocou-se até a Praça Treze de Maio, onde está localizada a Igreja de São Benedito, para as devidas reverências ao santo de devoção e para o cumprimento de suas obrigações religiosas. (SILVA e KATRIB, 2013, p. 127)

As percepções dos pesquisadores supracitados condizem em muitos aspectos com as nossas, experimentadas no ano de 2016: os Ternos chamam a atenção de todos por onde passam. É costume as pessoas saírem de suas casas para os ver passar, seja para referencia-los, cantar com eles, rezar ou somente observar aquela prática cultural. Os olhares variam entre expressar estranhamento, frieza, simpatia e respeito. Ao chegarem à Praça Treze de Maio, os Ternos são recepcionados por uma representante do Terno “Congo Camisa Verde”, o mais antigo nos festejos da cidade de Ituiutaba. Desfilam para o público ali concentrado e se apresentam para o palanque, onde se encontram autoridades de congada e públicas.

Fotografia 19 - Congado na Praça Treze de Maio, estátua de Zumbi dos Palmares e FUMZUP. Ituiutaba, 2016



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2016.

A fotografia anterior mostra parte do público, com dois congadeiros do Terno de Congo Real ao centro e um congadeiro do Terno Camisa Verde ao fundo, à esquerda. No momento do registro, os congadeiros tinham acabado de se apresentar e descansavam ingerindo líquido e conversando com a população.

Após breve descanso, o cortejo segue novamente pelas ruas da cidade rumo à casa que servirá o almoço, também geralmente de propriedade de um congadeiro tradicional, preparado com as mesmas características do café da manhã. Após as 16 horas os congadeiros voltam à Praça, também em cortejo, ali se concentram em frente à Igreja de São Benedito, “para o cortejo da procissão que, em forma de um grande rosário, percorre as ruas do bairro, saindo da porta da referida igreja e retornando a ela”. (SILVA e KATRIB, 2013, p. 128) Em seu regresso, adentram à missa realizada na Igreja São Benedito, deixando quietos seus instrumentos musicais (os maiores ficam do lado de fora).

Neste dia, o que fica nítido é a presença majoritária de negras e negros. É o dia em que eles/as “surtem” no espaço nos mais variados estilos, com suas roupas cuidadosamente planejadas para aquele dia. Tudo remete a exaltar a beleza negra e buscar as raízes, a identidade negra: os cabelos soltos, as cores das roupas, a elegância da vestimenta dos Ternos, vendas de artesanato produzido por alguns grupos de Terno e artesãos/ãs da cidade. Isso se evidencia pela presença maciça, nos dias anteriores às festas, de mulheres negras nos salões especializados em cabelos afros, que variam os penteados entre tranças, *twists* e *dreads*, são os mais usados. Os cabelos explorados em sua forma natural, *black powers*, cacheados ou crespos dão mostra de uma afirmação de identidade, de um empoderamento que perpassa também a estética negra em um mundo eurocêntrico, que incute e violenta as pessoas negras para a anulação ou mutilação de seus corpos.

O público que se concentra na Praça assiste e demonstram encantamento para com as roupas, execuções, danças, os toques da Caixa e outros instrumentos que são fortes e convidam o público a dançar. Outros ficam sentados nos bancos ou os procuram quando cansam, pois muitas pessoas ficam na praça o dia inteiro. Algumas famílias levam mesas e cadeiras e ficam embaixo das árvores. Para atender ao público, na praça se concentram várias barracas de alimentos e bebidas. Observamos que a maioria das barracas são de pessoas negras.

Em alguns momentos houve de improviso a apresentação de grupos de pagode em um canto da praça e no palanque, onde o som ficou o tempo todo ligado após a apresentação dos grupos, com pagodes, samba e *funk*.

Apesar de seus 29 anos de festejos na cidade, somente neste ano foi aprovada Lei Municipal n. 4.421/16 que considera o Congado uma manifestação cultural e o declara como patrimônio histórico cultural de Ituiutaba. Uma conquista das lutas do Movimento Negro de Ituiutaba, da FUMZUP e do NEAB/FACIP/UFU. Com isso, rege a lei que “o Congado, em todas as suas manifestações artístico-culturais, a sua história e a de seus personagens ilustres, devem ser garantidas e preservadas.” (ITUIUTABA, 2016a) O Congado em Ituiutaba passa oficialmente, assim, de manifestação religiosa para cultural, o que possibilita a conquista de financiamento público, já que é um bem público, e o efetivo reconhecimento como manifestação cultural afrodescendente, o que antes não era institucionalizado na cidade.

Isso acarreta, ao mesmo tempo que uma conquista, a ressignificação do “lugar do negro” na cidade. Lélia González e Carlos Hasenbalg (1982), ao discorrerem sobre a problemática do racismo e sua consequente ideologia e prática corrente, de que negros e negras devem ocupar os espaços mais desvalorizados, não podendo ter acesso aos espaços historicamente reservados à minoria elitizada da população branca dominante, explicam que isso vai se materializar na estruturação do racismo e o lugar designado aos negros e negras historicamente:

As condições de existência material dessa população negra remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmascarados. Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do *lugar natural* de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos das cidades ou do campo [...]. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZÁLEZ, 1982, p. 15).

Alguns poucos estudiosos têm se dedicado às questões ligadas às ocupações urbanas segundo grupos etnicorraciais diferentes, suas sociabilidades e relações diretas

com o racismo, sendo parte deles/as da geografia, como Renato Santos (2012), Campos (2012) e outros das Ciências Sociais, como Maria Nilza Silva (2006, 2012, 2014) e Claudelir Clemente e José Carlos Silva (2014).

Os referidos autores trabalham a temática no sentido das segregações urbanas existentes, relacionando-as diretamente com a segregação racial evidente e fruto de dados estatísticos do IBGE, além de pesquisas acadêmicas em relação à ocupação por moradias e condições econômico-sociais dos grupos negros nas cidades. Tais ocupações vão derivar dos diversos tipos de acesso em relação à educação, saúde, cultura, ao trabalho e lazer, que vão estar, em sua maioria, em espaços marginalizados e sem uma estrutura qualitativa, com pouca mobilidade para outros espaços, sendo vítimas das práticas de exclusão implícitas de espaços outros, dentro do município em que residem:

A tradição acadêmica, quando trata a segregação, o faz de forma isolada, como se fosse possível a autonomia teórica do tema. É necessário pensá-la como parte de uma totalidade, visto que a cidade capitalista não seria o que é se não existissem os processos de exclusão espacial dos grupos não dominantes (CAMPOS, 2012, p. 98).

Segundo Andreilino Campos (2012), apesar da expansão urbana e da metropolização serem temas recorrentes na geografia urbana, os estudos que aliam a questão étnico-racial e segregação vêm recebendo pouca atenção dos responsáveis pelo planejamento urbano. Esse entrelaçamento se torna necessário, haja vista que a segregação socioespacial tem, para além das questões econômicas, a produção de valores, tais como o estigma, a discriminação e o preconceito, que criam impactos negativos na apropriação do espaço urbano e na vida dos que são considerados pobres e vivem nas metrópoles, os quais, já se sabe, compõem uma identidade étnico-racial. Sobre esse planejamento, considera:

[...] se a segregação socioespacial e as questões etnicorraciais estão fortemente vinculadas, segundo o Estatuto das Cidades, todo centro urbano com mais de 20 mil habitantes precisa desenvolver o plano de diretor, revisando-os periodicamente para que possa se adequar a necessidade da população, sobretudo grupos subalternizados. De maneira formal, diríamos que esse princípio distributivo de mais justiça social nas cidades passa por dois momentos que são interligados; capacidade de gestão orçamentária dos administradores da coisa pública e a vontade política. Ambas se integram a terceira,

não menos importante: de redução das distâncias socioespaciais entre os diferentes setores da sociedade (CAMPOS, 2012, p. 100).

A criação de espaços negros se tornaria, portanto, uma saída para as construções de pertencimento à cidade em meio às segregações raciais evidentes, no sentido de se fazer perceber, mostrando suas histórias e culturas, tão invisibilizadas na construção da história do local de pertencimento.

Desse modo, as práticas culturais negras se inserem nesse solo de segregação e dizem de um contexto marcado pela história do racismo, da cultura erudita e manutenção de privilégios, em sua maioria, não questionados pelos que detêm o privilégio da gestão desses espaços. Os que privilegiam a discussão de classe, relegam o racismo às suas consequências, mas, ao final, acabam não se modificando quando negros e negras ocupam espaços nobres ou participam do trabalho formal. (GONZÁLEZ, 1982) Em meio a esse processo, Caludenir Clemente e José Silva explicam que:

As sociabilidades negras não foram construídas, contudo, apenas em decorrência dos fatores excludentes. Elementos simbólicos de matrizes africanas foram selecionados positivamente ao longo do processo de elaboração das identidades negras. Os territórios negros, embora não tenham sido marcados pela exclusividade étnica, reconfiguraram fronteiras simbólicas, que possibilitaram a reconstituição de redes de amizade e parentesco e elaboraram sentimentos de pertença em nível microscópico. (CLEMENTE e SILVA, 2014, p.90)

Tais divisões no espaço também dirão da reconstrução, por parte da comunidade negra, pelo entrelaçamento com sua cultura advinda da diáspora negra, buscando afirmar e se conectar com o local no qual estão inseridas.

3.2.7 Inauguração do Centro Turístico Camilo Chaves Neto, PELC 2016

O Projeto Escola, Lazer e Cultura (PELC) é uma iniciativa da atual Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ituiutaba, implantado em 1997. Em seus 20 anos de atuação, costuma desenvolver atividades de lazer e cultura com envolvimento das escolas públicas do município e colaboração do Tiro de Guerra, da Polícia Militar e outras instituições que, no transcorrer do tempo, simpatizaram-se com a proposta. As atividades acontecem, em sua grande maioria, na Praça Cônego Ângelo, com

periodicidade inicialmente mensal, mas com variações conforme o orçamento público municipal.

No ano de 2016, a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer escolheu vincular as atividades do PELC à inauguração do Centro Turístico Camilo Chaves Neto, hora revitalizado. Contou para isso com o apoio do Ministério do Turismo (PREFEITURA DE ITUIUTABA, 2016). Nas palavras da então Secretária, Lázara Maria Moraes, encontradas na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Ituiutaba, encontramos a seguinte explicação sobre o evento:

Resolvemos fazer esta edição do PELC no Centro Turístico, como forma de levar os serviços e atividades do evento para o mais próximo das comunidades afastadas de Ituiutaba e recebemos uma resposta bastante positiva da população, já que o local ficou repleto de pessoas que puderam se divertir e participar de nossa programação. (MORAES, 2016)

A secretária denuncia em seus termos uma dúvida sobre a proposta do PELC: ao ser realizado costumeiramente na Praça Cônego Ângelo, as atividades de Lazer e Cultura são destinadas a qual público? A concepção da atual proposta, de levar o evento “para mais próximo das comunidades afastadas”, indica que essa comunidade não frequenta a Praça Cônego Ângelo. Tal declaração também demonstra o caráter de “benesse” por parte daquela Secretaria, como uma concessão para os pobres. Indica também que o espaço do Centro Turístico Camilo Chaves Neto (localizado na periferia), ao receber esporadicamente o PELC, não fazia parte efetiva, até então, da política de cultura do município.

O Centro Turístico Camilo Chaves Neto está situado entre três bairros periféricos, o Natal, o Novo Tempo I e o Novo tempo II, e se encontrava em obras há aproximadamente seis anos. Com funcionamento precário, tratava-se até então de uma praça com espaço de lazer, quadra e brinquedos para a população, mas que no senso comum era considerado um lugar “perigoso”, devido à sua localização.

O evento de sua inauguração como Centro Turístico durou dois dias. Em 25 de junho contou com apresentações de uma maioria das escolas Municipais, com temas juninos. Após as apresentações, aconteceu o show do grupo de pagode Revelação, de renome nacional. No dia 26 de junho aconteceu o show da dupla sertaneja Humberto e Ronaldo. Foi perceptível o alto investimento do evento, considerado o aparato de som, a

contratação de cantores famosos, a estrutura física de palco, segurança e demais serviços de saúde disponíveis.

Fotografia 20 – Inauguração do Centro Turístico Camilo Chaves Neto. Ituiutaba, PELC 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016.

Este investimento súbito da Prefeitura Municipal em um espaço até então abandonado pelo poder público local nos provocou questionamentos sobre sua intencionalidade, tanto no que diz respeito à iniciativa de sua revitalização quanto à ostentação de sua inauguração, em um ano em que a Prefeitura justificou a não realização do tradicional Carnaval no Parque de Exposições JK por falta de verbas. O fato de ter recebido o apoio do Ministério do Turismo explica em parte essa conduta, contudo, não responde a intencionalidade, aspecto importante para entender o jogo político.

Pierre Bourdieu provoca os/as pesquisadores/as sociais a não pensar politicamente a política, mas pensá-la de uma maneira sociológica. Para ele “a noção de campo político tem muitas vantagens: ela permite construir de maneira rigorosa essa realidade que é a política ou o jogo político” (BOURDIEU, 2011, p. 194), além de possibilitar a comparação da realidade construída de tal campo com outros campos sociais. Isso porque considera que cada campo tem sua autonomia, seu modo de funcionamento próprio, segundo suas leis, portanto:

Falar de campo político é dizer que o campo político (e por uma vez citarei Raymond Barre) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. (BOUDIEU, 2011, p. 195)

O campo político para Bourdieu advém, portanto, de uma gênese, de uma história de construção. Assim os agentes do campo político jogam, num primeiro momento, em virtude da possibilidade de acesso a esse campo, devido à acumulação de capital político. Mas tal campo também se forma na exclusão, na desigualdade de acesso ao mesmo. Isso acontece quando grande parte da população não consegue responder às questões políticas, no sentido de ser seu porta-voz.

Com esse argumento, Bourdieu (2011) responde aos sociólogos neomaquiavelistas, que desenvolveram a ideia de que até nos partidos socialistas havia uma tendência à oligarquia, à concentração de poder nas mãos de um pequeno número de pessoas. Ou seja, isso acontece dentro de uma estrutura de acumulação de capitais, o que está diretamente envolvido com as oportunidades educacionais.

Ele também considera, assim, que o campo político não é totalmente autônomo, pois fora do jogo político interno seus agentes devem prestar contas, de tempos em tempos, em nome de quem se expressam. (BOURDIEU, 2011) É o caso dos partidos e dos agentes políticos. Em se tratando de políticas de cultura, podemos dizer que essas vão depender das interações realizadas no campo político da cultura, que responde à determinada força social e conjuntura política do país e do local, em determinada época.

No contexto de Ituiutaba, chama-nos a atenção o fato de 2016 ser um ano de eleições municipais e, durante o evento, além da aclamação pública dos feitos da atual gestão da Prefeitura – os telões exibiam como conquistas da atual gestão, ações do governo federal, como o Programa Federal Minha Casa Minha Vida, a implantação de universidades públicas na cidade – observamos a circulação de outros candidatos a vereador e prefeito, os quais cumprimentavam e conversavam com os presentes, em suspeita campanha política. Assim como aconteceu na Inauguração, os referidos feitos da atual gestão são constantemente mencionados nas propagandas municipais como conquistas de seu governo, contudo, as benfeitorias anunciadas são de iniciativa do governo federal, implantadas no município em gestões anteriores, algumas inclusive sob

a gestão de membros de outros partidos políticos. Isso indica a má fé da então gestão municipal em iludir a população sobre como atuam as políticas públicas sociais.

Pierre Bourdieu (1996), por sua vez, explica como se constroem as barreiras encontradas quando se tenta romper com esse pensamento de Estado hegemônico, conservador e elitista, seja por alguns de seus representantes ou pela sociedade em geral. Para ele, são os próprios servidores do Estado que saem em defesa de apresentar tais barreiras como “naturais”, na tentativa de manter as ideias da hegemonia:

Assim, por exemplo, se a menor tentativa de modificar os programas escolares e sobretudo os horários atribuídos às diversas disciplinas encontra resistências enormes quase sempre e em toda parte, não é apenas porque interesses corporativos muito poderosos (especialmente os dos professores envolvidos) estão ligados à ordem escolar estabelecida, é também porque as coisas da cultura, particularmente as divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídas como natureza pela ação do Estado que, instituindo-as ao mesmo tempo nas coisas e nos espíritos, confere todas as aparências do natural a um arbitrário cultural. (BOURDIEU, 1996, p. 94)

A influência do Estado, assim, se faz sentir particularmente no domínio da produção simbólica que ele possui: as administrações públicas e seus representantes. Isso porque Bourdieu considera o Estado uma comunidade humana que reivindica sua posse de uso legítimo da violência física e simbólica em determinados campos sobre a população. Por isso entender as atitudes dos agentes do Estado é um *x* a ser desvendado, em que o mesmo se encarna tanto na objetividade como na subjetividade (BOURDIEU, 1996). Estas estruturas específicas e mentais partem, portanto, de um processo prático de naturalização da hegemonia, como podemos observar na aceitação pública das propagandas enganosas do governo municipal em Ituiutaba.

A inauguração suntuosa de um espaço público criado para comunidades pobres, com shows de artistas famosos e caros, que reforçam as culturas de massa habitualmente consumidas pela população local, inclusive porque não têm acesso gratuito garantido pelo poder público local a outras experiências culturais, legitimam qualquer discurso pregado. Pode ter o sentido de que: se a Prefeitura nos dá esse espetáculo que estamos vivenciando e usufruindo, e disse que deu outros benefícios que também vemos e usufruímos, então ela é a responsável legítima de todas essas conquistas, mesmo que apresentadas como caridade e não como dever público.

Mesmo porque a inauguração contou com a presença de um grande público morador do entorno e outros bairros próximos, embora se também encontrassem pessoas de outras localidades mais centrais.

Fotografia 21 – PELC: Público no Show de Humberto e Ronaldo. Ituiutaba, 2016



Fonte: Registro da Pesquisa, 2016.

Observa-se na fotografia anterior que o público participante do show da dupla sertaneja não era majoritariamente negro, não se trata do público que vimos nas atividades culturais negras da cidade. De fato, era mais diversificado em relação aos demais eventos analisados aqui. Tratam-se possivelmente de frequentadores das festas sertanejas da cidade, que costuma frequentar espaços como o Parque de Exposições JK, as barraquinhas da Igreja Matriz, localizada na Praça Cônego Ângelo, sendo locais bem emblemáticos para a realização dos grandes eventos da cidade.

O policiamento era ostensivo, como de costume nos grandes eventos da cidade, com o uso de *blitz* no acesso direto à festa, bem como na entrada e entorno, onde os policiais passavam puxando a placa das motocicletas ali estacionadas, mantendo-se um guincho no local, à disposição. Foi utilizado como estacionamento privado um terreno em frente à festa, administrado por moradores/as do bairro, no qual era cobrada uma taxa de estacionamento para os carros, que contavam com vigilância.

A inauguração se tratou, portanto, de um evento realizado pela Prefeitura Municipal para o povo e não se caracteriza como uma atividade de culturas populares

como é a proposta de análise nesta dissertação. Contudo, apresenta-nos os significados de uma longa tradição de entretenimento da população, o que geralmente é financiado por essa Prefeitura. Em termos populares, assemelha-se ao ditado célebre do imperador romano Júlio César “para o povo, pão e circo”, que busca dar um consolo à vida sofrida da população, tão desassistida das reais obrigações do poder público. Eventos como esse soam à maioria da população como “ajuda”, uma forma de levar alegria ao povo, alentadas, por meio de propaganda, as obrigações sociais da Prefeitura para com a população. Essa postura também é perceptível nas falas e gestos de outros políticos e candidatos ao circularem pelo povo durante o evento, com aspecto de superioridade e paternalismo evidente.

3.3 Políticas de cultura e a educação para as relações etnicorraciais nos espaços de Ituiutaba-MG

Os estudos em relação às políticas culturais para as cidades são ainda incipientes e acompanham o movimento de busca pela consolidação de políticas públicas de cultura no país, por meio de seus mecanismos oficiais que partem do MinC e seus desdobramentos dentro de cada município, em que pese a reponsabilidade da União, Estados e Municípios.

Dentre as discussões sobre o tema estudadas em nossa revisão bibliográfica, Sérgio Faria (2010) aborda o alinhamento entre políticas culturais e educação no seio das cidades, na totalidade dos locais em que ocorrem as manifestações culturais. Essa articulação sugere o entrelaçamento entre a estrutura educacional oficial, a rede escolar e as redes comunitárias que já realizam diversas atividades culturais:

Nesse sentido, a política cultural, a meu ver, deveria pensar mais nessa articulação com a educação, no sentido de valorizar todas as organizações que existem. A escola é uma organização muito forte, mas não podemos nos limitar a ela em termos educacionais. Há também associações, grupos culturais, pontos de cultura. Deve-se possibilitar a esses organismos, que permeiam todos os locais da cidade, a realização desse trabalho educacional na perspectiva do desenvolvimento cultural, do aperfeiçoamento dos valores que entendemos serem importantes de se realizar, de se concretizar. (FARIA, 2010, p. 126)

Nessa perspectiva, que coaduna com a proposta de nossa pesquisa, as políticas públicas culturais para as cidades ensejam primeiramente essa busca por delinear o atendimento para as diversidades regionais e municipais, haja vista que “as cidades são os lugares de todos. Não todos na igualdade homogênea, pasteurizada, mas, ao contrário, na concentração de desigualdades e diferenças – daí de todos.” (ESPINHEIRA, 2010, p. 191)

Na cidade de Ituiutaba foi possível perceber que até 2016 a população negra é representada em número e organização exclusivamente nos próprios eventos da comunidade negra, através do Movimento Negro do município, da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares (FUMZUP), nas festas do Congado, nos pagodes, sambas, festas de terreiro de Umbanda, entre outros eventos que tratam das culturas de matriz africana.

Esses espaços culturais utilizados pela comunidade negra são, por sua vez, identificáveis geograficamente, já que essa comunidade se situa em locais específicos, em bairros periféricos, nenhum localizado no centro da cidade. O principal ponto de encontro para os festejos dessa comunidade é, como vimos, a Praça Treze de Maio, onde se situa a própria FUMZUP.

Ao se revelar os lugares aos quais os/as negros/as tiveram que se instalar em Ituiutaba após a abolição da escravatura, entre as ruas 30 e 32 (DOMINGUES, 2016), constatamos também que são locais em que parte da população negra do município, engajada pelo Movimento Negro, tratou de construir espaços de sociabilidade⁴⁹, como a Igreja São Benedito, a Fundação Zumbi dos Palmares (FUMZUP), além de outros espaços próximos, como a Escola Municipal Machado de Assis e o Palmeiras Clube, reservado às pessoas negras. É nesta sociabilidade que encontramos uma relação na qual o fim é a própria relação, ou seja, o que vale é a pura forma e é por meio dela que se constitui uma unidade. No campo da sociabilidade, os indivíduos se satisfazem em estabelecer laços, os quais têm em si mesmos a sua razão de ser. (DAYRELL, 2005)

Portanto, embora oficialmente as políticas nacionais de cultura tenham como meta, desde 2003, ajudar a construir por meio da educação formal e não-formal uma

⁴⁹ Baseando-se em Georg Simmel, Dayrell (2005) traz que na sociabilidade encontramos uma relação na qual o fim é a própria relação; o que vale é a pura forma e é por meio dela que se constitui uma unidade. No campo da sociabilidade, os indivíduos se satisfazem em estabelecer laços, os quais têm em si mesmos a sua razão de ser.

sociedade democrática e antirracista, constatamos que em Ituiutaba o que acontece é a divisão de espaços, nos quais os sujeitos negros tomam consciência de seus locais de pertencimento e dele desfrutam, mesmo que de uma forma “concedida” por parte dos poderes públicos locais.

Ao acompanharmos as atividades culturais da cidade durante dez meses, totalizando a observação e coleta de imagens de sete eventos culturais, tivemos, portanto, a oportunidade de analisar a concretude das políticas culturais que ocorrem no Município e que compõem espaços e atores diversos.

Tendo em vista toda a discussão teórica e a legislações no que concerne às Políticas de Cultura, desde a União até o Município de Ituiutaba, apresentadas aqui, é possível delinear a segregação nos espaços públicos de cultura da cidade, tendo como recorte a questão racial. Constatamos, assim, que o município de Ituiutaba ainda apresenta resquícios de uma forte organização coronelista dos bens públicos e isso se espelha nas relações sociais e raciais diretamente vinculadas à manutenção do *status quo* dos potentados, remetendo aos grandes fazendeiros e possuidores da vasta gama imobiliária na cidade, definindo assim sua superioridade em relação aos demais, baseando-se em bens materiais e pertença racial. Nos dizeres de Stuart Hall:

Reconheço que os espaços “conquistados” para a diferença são poucos e dispersos, e cuidadosamente policiados e regulados. Acredito que sejam limitados. Sei que eles são absurdamente subfinanciados, que existe sempre um preço de cooptação a ser pago quando o lado cortante da diferença e da transgressão perde o fio na espetacularização. Eu sei que o que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada. (HALL, 2003, p. 321)

Tais características marcadamente racistas e classistas vão dizer do espaço dos sujeitos nesse local que tem “donos” e que, historicamente, separa os espaços valorizados e desvalorizados no interior da cidade. Isso coaduna com a histórica consequência do racismo, em que se cria uma distribuição geográfica desigual entre negros/as e brancos/as, de modo que os espaços tenham cor e suas representações sejam perceptíveis, no entanto, silenciadas. (GONZÁLEZ e HASENBALG, 1982)

As manifestações culturais relativas à negritude, diretamente organizadas e planejadas pela comunidade negra, são compostas por maioria negra, vendo-se poucas pessoas brancas. Mesmo em eventos organizados pela Prefeitura Municipal como o

Desfile da Independência, no qual as culturas negras tiveram destaque, ou nos espaços de brincadeira de Carnaval, em que escape aos espaços negros, é perceptível a pouca diversidade racial compondo os espaços centrais da cidade.

Isso denota também que além das espacialidades há outros componentes subjetivos no imaginário de brancos e negros, pobres e ricos que vão determinar o *habitus* e os “estilos de vida”, o que não deixa de ser consequência desse poder estrutural, tanto do campo político, como do jogo hierárquico que se revelam das práticas racistas do grupo dominante, o que se constitui na distinção.

O conceito de distinção desenvolvido por Pierre Bourdieu (1976, p.1) nos ajuda a compreender que as diferentes posições que os sujeitos negros e brancos ocupam no espaço social de Ituiutaba correspondem a estilos de vida, ou seja, “sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência”.

Nessa perspectiva, ocupar prioritariamente os bairros da periferia e a Praça Treze de Maio – que inclui a Igreja São Benedito e a FUMZUP – e terem espaço de manifestação de suas culturas ancestrais somente nesses lugares ou serem convidados a expô-las como representação sistemática desses espaços, como no Desfile da Independência, “constituem uma expressão sistemática das condições de existência (aquilo que chamamos estilo de vida) porque são o produto do mesmo operador prático, o *habitus*”. (Idem)

Esse *habitus* das culturas negras encerra um sistema de disposições duráveis e ao mesmo tempo transponíveis, que exprimem, “sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto” (Idem). Portanto, a correspondência que se observa entre o espaço das posições sociais e o espaço dos estilos de vida resulta do fato de que condições semelhantes – festejos de Congado e Desfile das culturas congadeiras – produzem *habitus* substituíveis, visto que se alteram com o passar do tempo, mas que engendram, por sua vez, “segundo sua lógica específica, práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em seu detalhe singular, mas sempre encerradas nos limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas” (Idem).

As comunidades negras e brancas constituem, assim, tipos determinados de condições materiais de existência e nesse sistema de esquemas geradores, inseparavelmente éticos ou estéticos, exprimem, segundo suas lógicas próprias, a

necessidade dessas condições em sistemas de preferências: o que é próprio de brancos/as e o que é próprio de negros/as. Tais oposições reproduzem, sob uma forma transfigurada e muitas vezes irreconhecível, as diferenças ligadas à posição na estrutura da distribuição dos instrumentos de apropriação: as pessoas brancas se sentem autorizadas a frequentar todos os espaços da cidade, a cultivar e disseminar determinados gostos (geralmente eurocêtricos); e as pessoas negras são autorizadas, pelo poderio branco, a frequentar espaços nos quais podem cultivar as culturas de matriz africana, geralmente vigiadas para que não haja “transgressão” do *habitus* eurocêntrico. Essas práticas são, assim, transmutadas em “distinções simbólicas”.

Portanto, a criação e a manutenção de espaços de sociabilidade e vivências culturais negras foram encerradas na construção de uma escola, de um clube de lazer, uma Fundação, de modo a abranger espaços educativos com culturas de matriz africana, como o NEAB/FACIP/UFU na educação superior, o PREVESTI, a Praça Treze de Maio, uma Igreja para que pudessem manifestar práticas da religiosidade de matriz africana em sincretismo com os santos católicos.

Isso demonstra que as políticas culturais desenvolvidas em Ituiutaba até o tempo presente, como parte da realidade social brasileira, não se ocupou em desenvolver a inclusão de negras e negros em todos os espaços sociais, o que é evidenciado pela ocupação quase exclusiva da população negra em espaços de cultura em que se sintam menos discriminados. Nesse contexto, precisam eles/as mesmos/as criar condições materiais para desenvolver sua arte e seus ofícios, muito embora sejam colaboradores de políticas culturais na cidade por meio da FUMZUP que, até 2016, é uma instituição que administra parte do orçamento público e se responsabiliza para com a promoção de arte e educação. Mas quando a Prefeitura Municipal precisa se adequar ao Sistema Nacional de Cultura, define a Fundação Cultural de Ituiutaba como gestora oficial dos recursos públicos para cultura. Resta-nos a dúvida: qual será o papel da FUMZUP daqui por diante?

Os espaços da cidade são, entretanto, segundo os princípios de Pierre Bourdieu (2007), locais nos quais tanto os agentes comuns como os/as pesquisadores/as lançam seu olhar sobre o mundo social, descobrindo totalidades simultâneas, cuja multiplicidade de relações nunca pode ser apreendida pelos agentes. Cabe, pois, aos/as pesquisadores/as, identificar e interpretar a construção do espaço social considerada a distinção que nele se produz:

No entanto, o mais importante é, sem dúvida, que a questão desse espaço é formulada nesse mesmo espaço; que os agentes têm sobre este espaço, cuja objetividade não poderia ser negada, pontos de vista que dependem da posição ocupada aí por eles e em que, muitas vezes, se exprime sua vontade de transformá-lo ou conservá-lo (BOURDIEU, 2007, p. 162).

Entendemos com isso que para modificar as disposições de poder que legitimam determinados espaços e também práticas culturais em detrimento de outras, a fim de revitalizar esses espaços e sua consequente diversificação, para além de alguns poucos agentes sociais, como aqueles vinculados às Instituições Públicas de Ensino Médio e Superior existentes na cidade (UFU, UEMG e IFTM), é necessário que haja a legitimação de tais ações por parte do poder público municipal.

Observamos que, no que diz respeito ao poder público municipal, ainda se trata de uma cidade que tem como foco cultural, no sentido de uma maior valorização, as culturas sertanejas e as demais culturas de massa, como as apropriadas no cinema da cidade, localizado em um *Shopping Center* no centro, além de outras práticas culturais elitizadas, visto que são frequentadas por uma maioria branca e com capital econômico para consumir esses produtos. São atividades desenvolvidas em lugares como o Parque de Exposições JK ou a Praça Cônego Ângelo, ambos constantemente revitalizados, tanto cotidianamente como na época de eventos culturais, com suas sorveterias, lanchonetes móveis, feiras artesanais, parque de brinquedos e demais atrações de consumo. São espaços bem iluminados, com segurança pública, nos quais as pessoas negras e demais moradores/as da periferia, quando os ocupam, são recebidos com policiamento ostensivo.

Já a Praça Treze de Maio não é tão iluminada à noite, sua estética é inspirada em modelos europeus e, no cotidiano, salvo em dias de festas, em sua maioria negras, não há pessoas circulando e tem em seu entorno somente uma lanchonete móvel e dois bares externos à Praça. Portanto, esse “espaço negro” se revela um local desvalorizado, o que nos leva a compreender essa “entrega” do local a determinado público pelo poder Municipal para as práticas das culturas negras.

O que se revela neste contexto são disputas de espaço para as práticas culturais, pois:

[...] a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 1989, p. 11)

A cultura manifesta nesses espaços da cidade são, portanto, instrumentos de distinção. Contudo, a presença de pessoas negras nos espaços culturais da cidade pode parecer natural, seguindo a lógica de que os espaços são públicos e, portanto, a presença de todas as pessoas nesses lugares é irrestrita, dependendo dos/as mesmos/as a sua livre circulação. No entanto, quando analisadas a miúdo, saltam aos olhos as formas de segregação, esse poder invisível de distinção, o que poderia ser tratado como um problema do/a negro/a o fato de não ocupar efetivamente espaços centrais. Trata-se, todavia, de um problema maior, qual seja uma sociedade marcadamente racista que busca “preservar” espaços distintos e distintivos, o que vai refletir nos planejamentos e ações dos agentes do poder público local para com o desenvolvimento de atividades culturais.

CONCLUSÃO

QUEM TEM MEDO DA CULTURA NEGRA?

A pesquisa de mestrado aqui relatada em formato de dissertação teve como objetivo compreender como se materializam, nos diversos espaços públicos da cidade de Ituiutaba, as políticas de cultura para a educação étnico-racial. A pergunta norteadora da investigação foi, pois: Como a comunidade negra participa das políticas de cultura na sociedade de Ituiutaba, de modo a contribuir para a elaboração das mesmas no sentido da educação não-formal?

Desenvolvida a pesquisa de campo, de caráter etnográfico, com observação participante, registro de imagens no período de setembro de 2015 a junho de 2016 e análise da legislação municipal e federal que trata de cultura e educação, consideramos ser um grande desafio que tais políticas sejam efetivamente legitimadas em âmbito nacional, estadual e municipal, haja vista as contradições vigentes entre essas três instâncias, em suas diversas representações.

No que diz respeito ao município de Ituiutaba, nossa pesquisa revelou que uma proposta de política cultural que abranja toda a complexidade de que trata a cultura e seus vieses segundo o Plano Nacional de Cultura (PNC), ainda se mostram precárias, segundo constatamos na legislação municipal e nas ações dos poderes públicos, configurando-se apenas em plano de metas e ações dispersas.

Foi somente a partir de 2014 que, para seguir a normativa do Sistema Nacional de Cultura (SNC), a Prefeitura se mobilizou para com o cumprimento dessas políticas. Diante disso, apesar de décadas de atuação da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares (FUMZUP), comprometida com a cultura em Ituiutaba, quando da definição dos órgãos competentes para a gestão cultural na cidade, a escolha foi para a com a Fundação Cultural de Ituiutaba (FCI). Isso representa parte dos jogos de poder vigentes na gestão desse município. Mesmo que venha a existir alguma negociação futura entre as fundações, o que se apresenta na atual conjuntura é a prioridade para com a segunda. Ao que indicam as escolhas iniciais daquela Prefeitura, a FUMZUP ainda representa “coisa de negro”, embora alguns desdobramentos tenham indícios nas propostas para 2017, como mostramos mais adiante. Como os membros da FUMZUP se portaram diante

dessa escolha dos poderes públicos locais e como se portará daqui em diante é outro questionamento que pesquisas futuras podem vir a responder. No caso de nossa pesquisa de campo, cujo período e fontes foram delimitados, ou seja, utilizamo-nos de textos que estão públicos e não encontramos disponibilidade dos sujeitos envolvidos para entrevistas, o que podemos concluir se embasa, além dos referidos documentos, no que observamos e registramos.

Sendo assim, até o final do primeiro semestre de 2016, a gestão de cultura na cidade só realizava eventos esporádicos, não diversificados e não sistematizados. Exemplo disso é o calendário de eventos organizado pela FCI para 2016 (apresentado na Introdução deste trabalho), que demonstra inconsistência na indefinição de metas. Todos os eventos foram justificados exclusivamente em detrimento de datas comemorativas, sejam elas cívicas, religiosas, por causas ecológicas ou sociais, sem apresentar nenhum compromisso artístico, cultural ou para com a educação não-formal. Isso indica que o papel atribuído às atividades culturais na gestão pública local ainda não cumpre as diretrizes do SNC – “que pretende a promoção de políticas públicas conjuntas entre os Estados, Distrito Federal e municípios” – tão pouco a Lei n. 12.343/10, do PNC – cujo “objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil”. É por isso, muito provavelmente, que Ituiutaba não conta ainda com recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC), visto esse tratar de “dispositivos legais que fortalecem a cobrança para ações que visem uma sociedade mais justa e igualitária”.

A inconsistência na indefinição de metas da gestão cultural de Ituiutaba se apresenta também no fato de que foram realizados apenas alguns eventos elencados no calendário proposto. Em contrapartida, outros foram criados no decorrer do ano, também sem meta explícita, em nome do Projeto Escola, Lazer e Cultura (PELC), com a suntuosa e onerosa inauguração de um Centro Turístico, que até então era a Praça Governador Camilo Chaves, localizada na periferia da cidade e há seis anos em obras. Quanto aos recursos utilizados para o feito, em um ano em que a Prefeitura Municipal declarou não ter fundos para efetivação do tradicional Carnaval da cidade, foi declarado o apoio do Ministério do Turismo.

Vislumbram-se, todavia, para 2017, com a nova gestão da FCI, parcerias com outras entidades, como a FUMZUP e o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais,

Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), haja vista a programação de eventos anunciados e organizados já no início do ano, na rede social do *Facebook* da FCI, conferindo visibilidade a ações que até então não se observava. No entanto, a inexistência de documentação referente aos próximos passos desta gestão, configura-se um caminho incerto para as políticas culturais na cidade, devido a necessidade de processar todo o Sistema Municipal de Cultura, ou seja, instituir políticas públicas culturais conforme juramenta o Ministério da Cultura.

Nesse contexto, concluímos que as políticas de cultura para a educação étnico-racial, no âmbito da gestão municipal, ficam a cargo, praticamente exclusivo, da FUMZUP e do Movimento Negro. Isso é evidenciado com a presença, no desfile cívico comemorativo da Independência (em setembro de 2015), do grupo de Congado Mirim da Escola Municipal “Aureliano Joaquim da Silva” (CAIC), de discentes dos cursos oferecidos na FUMZUP, dos Grupos da Companhia Folia de Reis, Capoeira Águia de Ouro e o Terno de Congo Marinheiro de Santa Luzia; e no 29º Encontro de Congo Moçambique, Catupé e Marujos (em maio de 2016). Esses foram os únicos espaços legitimados, por parte da Prefeitura Municipal, à manifestação pública das culturas negras na cidade.

O Desfile da Independência, apesar de acontecer nas principais ruas e na praça central da cidade, é um evento cívico no qual, por tradição, as prefeituras convidam a participar as instituições que possam demonstrar os feitos daquela administração. Não se trata da livre manifestação da cultura negra e não vai além de uma autorização do uso do espaço por parte dos poderes públicos locais para o cumprimento dos “deveres cívicos”, um acato à famosa “miscigenação” da nação brasileira. Como considera Roberto Da Matta (1979) na obra *Carnaval, Malandros e Heróis*, os festejos cívicos ou populares embelezam as vistas de um público predominantemente branco, que fica de espectador nas manifestações das culturas afrodescendentes, o que contribui para dissuadir, em parte, a discriminação étnico-racial cotidiana.

O 29º Encontro de Congo Moçambique, Catupé e Marujos, representou, ainda com maior evidência, a mesma conotação apontada por Da Matta (1997). A segregação do “lugar de negros/a” no espaço da Praça Treze de Maio, legitima esse lugar. Além dessa Praça ser o lugar em que os sujeitos são autorizados a manifestar suas culturas afrodescendentes, ali também se encontra a Igreja que tem a maior congregação negra da cidade, devido aos históricos acordos entre párocos e congadeiros/as, ainda é onde se

localiza a FUMZUP, promotora de cursos que aprofundam os saberes das culturas negras e mantém um Pré-Vestibular Popular, que objetiva aumentar as possibilidades de acesso dessas pessoas à escolarização. Localiza-se também no entorno da praça o bairro formado pelos negros pós-libertos.

É nesses espaços, além dos bairros mais periféricos da cidade, como aqueles que cercam o Centro Turístico Camilo Chaves Neto, que as pessoas (re)constróem sua identidade negra. Isso em uma política de contradições, pois os poderes públicos locais, ora as convida para ir ao centro da cidade, “enfeita-lo” com a beleza de suas práticas culturais, ora as polícia ostensivamente durante os grandes eventos públicos, mesmo que esses aconteçam nos locais legitimados para suas manifestações.

Identidade essa (re)construída, também, como pondera Stuart Hall (2003), na luta de classes na cultura ou em torno dela. Ou seja, as culturas populares manifestadas pela comunidade negra representam a principal oposição entre pertencer ou não pertencer a um povo, ao mesmo tempo em que são as relações de poder estabelecidas que vão disputar a legitimidade das práticas culturais.

A legitimação de determinadas práticas culturais, em detrimento de outras, cria, portanto, a distinção de classes, postulada por Pierre Bourdieu (1976). Deste modo, os gostos e os estilos de vida acabam por distinguir os sujeitos, o que, no caso da comunidade negra aqui investigada, têm sua identidade comprometida com estigmas como “classe pobre”, portanto “baderneira” e, inclusive, “macumbeira”, no sentido pejorativo atribuído ao termo.

Tais estereótipos, erigidos no imaginário coletivo, interferem na construção da identidade negra, como foi o caso da história desta pesquisadora, abordado na Introdução deste trabalho. Assim como em sua história, é possível que muitas outras famílias orientem suas crianças e adolescentes negros/as a não participar ativamente das manifestações das culturas negras, seus festejos e religiosidade, para não sofrer discriminação. Haja vista a massiva adesão ao catolicismo por parte dos/as próprios/as congadeiros/as, em detrimento de não assumirem participar de atividades próprias das religiões de matriz africana.

Aliás, também não são todas as pessoas negras que participam do Movimento Negro, como não aconteceu na juventude desta pesquisadora. Contudo, conforme analisado aqui, ele foi o responsável pela organização, divulgação e operacionalização das “festas negras”, que historicamente buscou ocupar espaços não pensados para assas

pessoas. Movimento também criador da FUMZUP, cujas ações são voltadas para a educação formal desse público, o que contribui para que ocupem também o espaço universitário, de modo a possibilitar, consequentemente, ampliar “seu lugar no mundo” em diversos outros locais.

É assim, pois, que a cultura cumpre seu papel de educação não-formal para as relações étnico-raciais. Nesse sentido, constatamos, todavia, que as políticas públicas culturais desenvolvidas em Ituiutaba ainda precisam percorrer um longo caminho. Mesmo porque ainda não tem consolidado um Sistema Municipal de Cultura, o que autoriza a Prefeitura Municipal a ter realizado até o término da pesquisa de campo, somente três eventos culturais públicos: dois deles de forma mais direta – o Desfile da Independência e o PELC –, e o grande Encontro da Congada, que contou apenas com o apoio da Prefeitura, o financiamento foi garantido por meio dos festejos organizados pelo Movimento Negro da cidade. Resta, pois, angariar maior financiamento às práticas culturais negras, relegadas à marginalidade, visto que são os Ternos de Congo, com destaque ao trabalho hercúleo das mulheres dos grupos, que demonstram um empenho majoritário no fomento de suas práticas culturais.

Logo, é o próprio Movimento Negro, com a FUMZUP, quem assume efetivamente a responsabilidade sobre a gestão da educação não-formal para as relações étnico-raciais.

Consideramos, com essa perspectiva, que ainda restam grandes desafios a serem enfrentados na elaboração das políticas culturais em Ituiutaba, inclusive o rompimento para com a segregação de espaços determinados distintamente para pobres e ricos, negros e brancos.

Então, mesmo que as políticas de estado, principalmente aquelas implantadas entre 2003-2015, tenham empenhado a Cultura como primordial para o acesso à cidadania por parte dos grupos excluídos, um caminho para uma democracia cultural, abrindo-se também para que o Movimento Negro pudesse aprovar suas pautas, essas não são efetivadas em todos os municípios do país. Isso nos leva a questionar a possibilidade de efetivação das políticas de cultura, articuladas aos diversos órgãos do poder público, do macro para o micro, que consigam reverter a segregação dos espaços, o que encarna tanto a discriminação étnico-racial quanto as de gênero e credo, como analisamos no transcorrer deste trabalho.

A relevância desta pesquisa está, pois, em elucidar as possibilidades que as atuais políticas de estado para a cultura criam em favor do “desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente”, como postula o PNC, ao mesmo tempo em que explica os desafios, no microcosmo de um município, para a concretização das mesmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVES-MAZZOTTI, A. J. A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). **A bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2002. P. 25-44.
2. ALMEIDA, Marcos de. **Lei Rouanet**: entre o público e o privado na gestão da cultura no Brasil. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio cultural e sociedade) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Universidade da região de Joinville. Joinville, 2015.
3. ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.
4. ALVES, Vânia Fernandes de Noronha. Os festejos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário em Belo Horizonte/MG: práticas simbólicas e educativas. 2008. 251 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
5. _____. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**. Campinas/SP, n. 113, p. 51-64, jul. 2001.
6. APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.
7. APPLE, Michael W. Consumindo o “outro”: branquidade, educação e batatas fritas baratas. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Escola básica na virada do século**. São Paulo: Cortez, 1996.
8. _____. **Política cultural e educação**. São Paulo; Cortez, 2001.
9. AUGUSTIN, André Coutinho. O neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira. **Fundação Casa de Rui Barbosa**, s/a. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AndreAugustin_O_neoliberalismo_e_seu_impacto_na_politica_cultural_brasileira.pdf>. Acesso em 25 jul. 2015.
10. AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignez Novaes. **Cultura Popular no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 2003.
11. BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.) **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
12. BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.
13. _____. Política cultural. **Coleção política e gestão culturais**. Bahia: Secretaria de cultura do Estado da Bahia, set. 2013. Disponível em:

- <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/BARBALHOAlexandrePoliticaCulturalColecaoPoliticaeGestaoCulturaisSECULT2013.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2015.
14. BARBOSA, Wilson do N. **Cultura negra e dominação**. São Leopoldo: UNISINOS, 2002. P.1-37.
 15. BENTO, Maria Aparecida S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. P. 25-58.
 16. BEZERRA, Luciene Teresinha de Souza. **Da sombra da magnólia ao porvir do Grupo Escolar Governador Clóvis Salgado de 1956 a 1971**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
 17. BLOCO DESENGONÇA. **Entrevista**. Concedida por um de seus idealizadores, professor da FACIP/UFU, em outubro de 2016.
 18. BORGES, Rosane Ribeiro. **Uma análise no feminino artes e ofícios de cura: benzedeadas e parteiras de Ituiutaba 1950/2006**. 2007. 29 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
 19. BOULOS, G. **De que lado você está?** Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil.. São Paulo: Boitempo, 2015.
 20. BOURDIEU, Pierre. BOURDIEU, P. e SAINT-MARTIN, M. Gofits de classe et styles de vie. (Excerto do artigo “Anatomie du goftt”) **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, nº 5 , p. 18-43, out. 1976. Traduzido por Paula Montero. (mimeo)
 21. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.
 22. _____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
 23. _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
 24. _____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.
 25. _____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5. Brasília, jan.-jul., 2011. P. 193-216.
 26. BORON, Atílio. Os “novos Leviatãs” e a *polis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In:

- SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: Clasco; RJ: UFRJ, 1999. P 7-67.
27. _____. Atílio. Mercado, Estado e democracia: reflexões em torno da teoria política do monetarismo. In: BORON, Atílio. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. P. 49-86.
 28. BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1992.
 29. _____. Cultura brasileira e culturas brasileiras. In: **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp.308-345
 30. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.
 31. _____. **Decreto-lei nº. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 19 nov. 2016.
 32. _____. **Lei n. 10.639/03**: Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira. Brasília, DF, 2003.
 33. _____. **Lei n. 12.343, de 2 de Dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura com duração (2010-2010) – PNC, cria o Sistema Nacional de informações e indicadores culturais – SNIIC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em: 10 jul. de 2015.
 34. _____. **Lei n. 12.711/12**: dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: DF, 2012.
 35. _____. **Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF, 1989.
 36. _____. **Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, DF, 1991.
 37. _____. **Lei n. 7.505, de 2 de julho de 1986**. Dispõe sobre os benefícios na área de imposto concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Brasília, DF, 1986.

38. _____. **Medida provisória n. 726, de 12 de maio de 2016.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 16 maio 2016. Seção 1, p.1.
39. _____. Ministério da Cultura (Brasília). **Plano Nacional de Cultura.** Brasília, DF: MinC, 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf>. Acesso em: 01 jul. de 2015.
40. _____. Ministério da Cultura (Brasília). **Plano Nacional de Cultura.** 3. ed. Brasília, DF: MinC, 2013. Disponível em: <http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2013/12/As-metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura_3%C2%AA-ed_espeelhado_3.pdf>. Acesso em: 10 jul. de 2015.
41. _____. **Ministério da Cultura – MinC.** Governo Federal. 1985. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2015.
42. _____. Ministério da cultura – MinC. **Renúncia de receita.** Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/renuncia-de-receita>>. Acesso em: 30 mar. 2017.
43. _____. Ministério da Cultura (Brasília) **Guia de orientações para os Municípios, perguntas e respostas:** Sistema Nacional de Cultura. Brasília: MinC, 2012. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/cartilha_web.pdf/8cbf3da-e-0baf-4a30-88af-231bd3c5cd6e>. Acesso em: 15 nov. 2016.
44. _____. Ministério da Cultura (Brasília). **Conferência Nacional de Cultura.** Caderno de propostas. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cnpc/conferencia-nacional-de-cultura>>. Acesso em: 14 out. 2016.
45. _____. **Oficina de implementação de Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura.** Brasília: MinC, 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Apostila+-+Oficina+de+Implementa%C3%A7%C3%A3o+dos+Sistemas+de+Cultura.pdf/52b7f7bb-da35-4d1c-a18d-c5f7bacf9624>>. Acesso em: 10 jun. 2017.
46. _____. **Projeto de Lei n. 6.722 de 2010.** Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.
47. CAIC AURELIANO JOAQUIM DA SILVA. **Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Ituiutaba/MG.** Página eletrônica. Disponível em: <<http://caicituiutaba.blogspot.com.br/p/o-caic.html>> Acesso em: 12 mai. 2017
48. CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 1., 2005. Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2005, p. 1-12.

49. _____. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.
50. CALDEIRA, Teresa P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos estudos.** S/v, n. 47, p.155-176, mar. 1997.
51. CAMPOS, Andreilino de O.. As questões etnicorraciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: Algumas considerações teóricometodológicas. In: SANTOS, Renato E. (Org.). **Questões urbanas e racismo.** Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 68-103.
52. CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade.** 9ª edição revista pelo autor. Rio de Janeiro, Ed. Ouro sobre Azul, 2006.
53. CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados,** Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.
54. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados,** v. 11 n. 5, 1991. P. 173-191.
55. _____. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. P. 13-28.
56. CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Revista latino-americana de Ciências Sociais,** v. 1, n. 1, jun. 2008.
57. _____. Cultura política e política cultural. **Estudos avançados,** v. 9, n.23, jan. 1995.
58. _____. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo, 2013. P. 123-134.
59. CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação,** vol. 16, núm. 2, 2003, p. 221-236. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf>> Acesso em 12 maio 2017.
60. CLAVAL, Paul. Introdução. In: SERPA, Angelo (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações.** Salvador: EDUFBA, 2008. P. 13-29.
61. CLEMENTE, Claudenir C.; SILVA, José C. G. da. Dos quilombos à periferia: reflexões sobre territorialidades e sociabilidades negras urbanas na contemporaneidade. **Cultura política,** v. 4, n.1, jul. 2014. Disponível em: <file:///D:/Arquivos%20Salvos%20-%20PC/Downloads/26993-106145-1-PB.pdf> Acesso em: 10 jun. 2017.

62. CORRÊA, R. L. Processos e formas espaciais. In: _____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. P. 36-79.
63. COSTA, Kate M. **Políticas de cultura para a educação**: limites e possibilidades de realização do Programa “Mais Cultura na Escola”, no município de Uberlândia no período 2011-2015. 2016. 262 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós Graduação em educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
64. COSTA, MAIRA L. V. da. **A lei de incentivo à cultura como política cultural**: o papel da Comissão Nacional e incentivo à cultura. 2013.116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de pesquisa e documentação de História contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11293/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Ma%C3%ADra%20Lopes%20Viana%20da%20Costa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 abr. 2017.
65. DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
66. DA MATTA, Roberto. **Carnaval, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
67. DOMINGUES, Lucian E. S. **A capoeira na formação dos jovens**: um estudo na cidade de Ituiutaba, MG, Brasil.2016. 234 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) - Graduação em História. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2016.
68. DOMINGUES, Petrônio José. Movimento Negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões**, v. 21, 2008. P. 101-124.
69. _____. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, n. 23, 2007. P. 100-122.
70. DOMINGUES, Petrônio José. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48, 2011.
71. DAYRELL, Juarez. Juventude, grupos culturais e sociabilidade. *Revista de Estudios sobre Juventud*. V.9, n. 22. Jan/jun. 2005. p. 296-313. Disponível em: <[file:///D:/Arquivos%20Salvos%20-%20PC/Downloads/grupos+juventude%20\(2\).pdf](file:///D:/Arquivos%20Salvos%20-%20PC/Downloads/grupos+juventude%20(2).pdf)> Acesso em: 11 mai. 2017.
72. DÓRIA, Carlos A. **Os federais da cultura**. São Paulo: Biruta, 2003.
73. IZAK, Rita. Políticas de igualdade racial fracassaram no Brasil, afirma ONU. In: **ESTADÃO**. 2016. Disponível em:

- <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,politicas-de-igualdade-racial-fracassaram-no-brasil--afirma-onu,10000021133>>. Acesso em: 27 abr. 2017.
74. ESPINHEIRA, Gey. Cultura, cidade e democracia: o jogo da cultura no mundo contemporâneo. In: RUBIM, Antonio. A. C.; ROCHA, Renata (Orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. EDUFBA: Salvador, 2010.
 75. ESTADÃO. **Políticas de igualdade racial fracassaram no Brasil, afirma ONU**. 2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,politicas-de-igualdade-racial-fracassaram-no-brasil--afirma-onu,10000021133>>. Acesso em: 27 abr. 2017.
 76. EVARISTO, Conceição. Vozes-Mulheres. In: _____. **Cadernos Negros**, n. 13, 1990, p. 32-33.
 77. FARIA, Sérgio C. B. A rede educacional como base para ação e mediação cultural. In: RUBIM, Antonio. A. C.; ROCHA, Renata (Orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. EDUFBA: Salvador, 2010.
 78. FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Da centralidade da infância na modernidade e sua escolarização**: a Escola Estadual João Pinheiro Ituiutaba (MG), 1908-1988. 2007. 209 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
 79. FERREIRA, Juca. Cultura e resistência. In: JINKINGS, Ivana et al. **Por que gritamos golpe**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 94-96.
 80. FRATTARI NETO, Nicola José. **Educandário Espírita Ituiutabano**: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora. Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973). 2009. 202 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
 81. FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.
 82. FREIRE, Paulo. MACEDO, Donaldo. **Alfabetização**: leitura da palavra, leitura do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
 83. FREIRE, Roberto. Em maio, Freire elogiou post sobre países sem ministério da cultura. 2016. In: **GI. Política**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/em-maio-freire-elogiou-post-sobre-paises-sem-ministerio-da-cultura.html>>. Acesso em: 18 abr. 2017.
 84. FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980.
 85. FIGUEIREDO, Vitor Fonseca; SILVA, Camila Gonçalves. Família, Latifúndio e Poder: as bases do coronelismo no Norte de Minas Gerais durante a Primeira República (1889-1930). **Diálogos** (Maringá. Online), v. 16, n.3, p.1051-1084,

- set.-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526887010>>. Acesso em: 21 out. 2015.
86. FRANCO, Isaura Melo. **Estudantes tijucanos em cena**: história de suas organizações políticas e culturais (Ituiutaba-MG, 1952-1968). 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
87. FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **São Paulo**: espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.
88. FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITUIUTABA. Prefeitura Municipal de Ituiutaba. 2007. Disponível em: <<http://fundacaoituiutaba.com.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
89. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Ministério da Cultura. 2017. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=95>. Acesso em: 22 jun. 2017.
90. FUNDAÇÃO MUNICIPAL ZUMBI DOS PALMARES. Prefeitura Municipal de Ituiutaba. 1990. Disponível em: < <http://fumzup.blogspot.com.br/>> Acesso em: 21 nov. 2016.
91. GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec**, s/v, n. 1. 2006. P.133-139.
92. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
93. GEWIRTZ, Sharon; BALL, Stephen J. Do modelo de gestão do “Bem-Estar Social” ao “novo gerencialismo”: mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
94. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
95. GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883>. Acesso em: 16 mar. 2017.
96. GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal: aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em educação**, série 11°, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4/4>>. Acesso em: 10 jan. 2016.
97. _____. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

98. _____. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003.
99. GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
100. HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
101. _____. **A identidade cultura na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.
102. HASENBALG, Carlos Alfredo. Escravidão e geografia racial no Brasil. In: _____. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p.131-161. Disponível em: <https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/hasenbalg-discriminac3a7c3a3o-e-desigualdades-raciais-no-brasil-_carlos-hasenbalg.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.
103. HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
104. HOFLING, Eloisa de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, v. 21, n. 55, 2001. P. 30-41.
105. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: 2011.
106. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011. 39 p.
107. ITUIUTABA (Município). **Lei orgânica Municipal de Ituiutaba**. Ituiutaba, MG, 1990.
108. _____. **Lei n. 4.293, de 9 de julho de 2014**. Altera os artigos 1º e 12 da Lei nº. 2.298 de 22 de agosto de 1985 e dá outras providências. Ituiutaba, MG, 2014.
109. _____. **Lei n. 4.335, de 30 de dezembro de 2014**. Estima a Receita, Fixa a despesa para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências. Ituiutaba, MG, 2014.
110. _____. **Lei n. 4.369, de 28 de julho de 2015**. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências. Ituiutaba, MG, 2015.

111. _____. **Lei n. 4.421 de 07 de abril de 2016.** Declara o Congado (manifestação cultural) como patrimônio histórico e cultural do Município de Ituiutaba e dá outras providências. Ituiutaba, MG, 2016a.
112. _____. **Lei n. 4.438, de 28 de julho de 2016.** Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências. Ituiutaba, MG, 2016b.
113. ITUIUTABA. **Lei Orgânica do Município de Ituiutaba.** Ituiutaba-MG, 2017.
114. _____. **Decreto n. 8.345, de 01 de fevereiro de 2017.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação de Ituiutaba-MG, 2017.
115. KATRIB, Cairo M. I; COIMBRA, Tamara C.; Ituiutaba: várias histórias. In: _____. (Orgs.). **Releituras da cidade:** memória, história e identidade. Uberlândia: Assis Editora, 2013. P. 11-22.
116. KLINKE, Karina. **Uma história de resistência:** o Movimento Experimental de Cultura e Arte em Ituiutaba/MG (1974-2014). Relatório de pesquisa financiada pelo CNPq, Processo n. 472078/2014-3. Ituiutaba/MG, 2016. (mimeo)
117. LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário.** São Paulo: Brasiliense, 1996.
118. LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.
119. LE GOFF, Jaques. A cidade inovadora: palco da igualdade e festa de troca. In: LE GOFF. **Por amor às cidades:** conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP, 1998.
120. LEMOS, Nayana S. **A participação no debate as políticas públicas de cultura:** da Rouanet ao Procultura. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <[file:///D:/Arquivos%20Salvos%20%20PC/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20NAYANA%20SILVA%20LEMOS%20MISINO%20\(1\).pdf](file:///D:/Arquivos%20Salvos%20%20PC/Downloads/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20NAYANA%20SILVA%20LEMOS%20MISINO%20(1).pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2017.
121. LESTINGE, Sandra Regina. **Olhares de educadores ambientais para estudo do meio e pertencimento.** 2004. 247 f. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.
122. LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estudos - CEBRAP** [online]. 2010, n.87, pp.77-95. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a05n87.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

123. LIMA, Maria da Glória, S. B.; PEREIRA, Vanderléa, A. **A pesquisa etnográfica: construções metodológicas de uma investigação.** In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA UFPI, 6., 2010. Teresina. **Anais...** Teresina: EDUFPI, 2010. P. 1-13.
124. LIMA, Michelle Castro. **A Formação das alfabetizadoras do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – histórias construídas nas teses e dissertações – 1946 a 1979.** 2016. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
125. LIPOVETSKY, Gilles. **Cibercidades.** Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/cibercidades/lipovetsky.pdf>>. Acessado em: 15 jun. 2017
126. LOPES, Paulo R. S.; OLIVEIRA, Erich S.; LOPES, Monalisa S. Cultura em tempos de crise: o discurso em defesa da institucionalidade do Ministério da Cultura. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. 12., 2016. Salvador. **Anais...**: Salvador: UFBA, 2016, 15 p.
127. LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, Ivana et al. **Por que gritamos golpe:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. P. 52-57.
128. MACEDO, Márcio. Baladas black e rodas de samba da terra da garoa. In: MAGNANI, José G. C.; SOUZA, Bruna M. (Orgs.). **Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade.** São Paulo: Terceiro Nome, 2007. P.189-224.
129. MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. **Revista FAMECOS.** Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva. Porto Alegre, n. 15, ago., 2001.
130. MAGAZINE MINEIRÍSSIMO. **História-Ituiutaba-MG.** Disponível em: <<https://ituiutaba-mineirissimo.blogspot.com.br/2017/02/mineirissimo-euripedes-da-costa-mello.html?view=magazine>> Acesso em: 16 jul 2017
131. MOORE, Carlos. Racismo: passado conflituoso, presente comprometido, futuro incerto. In:_____. **Racismo e sociedade:** novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza edições, 2007. P. 279-293.
132. MORAES, Lazara M. **Prefeitura Municipal de Ituiutaba-MG.** Disponível em: <<http://www.ituiutaba.mg.gov.br/n/noticia/edicao-de-junho-do-pelc-levou-milhares-de-pessoas-para-o-centro-turistico-neste-final-de-semana>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
133. MORAES, Kelly da S. **Política cultural:** uma análise sobre a cultura política do Movimento Negro em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Sociologia)

- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. 126 p.
134. MORAIS, Bete. **Documento histórico Carnaval do Ituiutaba Clube 1984**. Narração de José Roberto Marquez (PVS-TV). Produção de Pirretys Vídeo Show Ltda. 15:29min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ejFR2a-fwRE>> Acesso em 18 set. 2017
 135. MUNANGA, kabengele; GOMES, Nilma L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.
 136. _____, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999, 152 p.
 137. _____, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, dez./fev. 2005. P. 46-67.
 138. MUNIZ, Ana M. A. **Da luz da lamparina ao opaco refletor, Ituiutaba, Minas Gerais: 1950-1980**. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
 139. NAVES, Fernanda D. KATRIB, Cairo M. I. Cultura, identidade e religiosidade em Ituiutaba – MG. **Horizonte Científico**, v. 6, n.2, fev. 2012.
 140. NERY, Vanda Cunha Albieri. Samba no Pé... Alegria na Avenida. Um estudo do carnaval de rua à luz da folkcomunicação. **Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Porto Alegre, RS. 30 de agosto a 3 de setembro de 2004.
 141. OLIVEIRA, Hélio C. M. **Urbanização e cidades: análises da Microrregião de Ituiutaba (MG)**. 2013. 431 f. Tese (Doutorado em geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. il. color. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15977/1/UrbanizacaoCidadesAnalise.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2017.
 142. PANTA, Mariana. Segregação geográfica, desigualdades raciais e migrações: londrina como destino de fluxos migratórios mineiros e nordestinos (1940-1980). In: SILVA, Maria Nilza da et al. (Org.). **Território e segregação urbana: o “lugar” da população negra na cidade**. Londrina: UES, 2014. P. 37-66.
 143. PATRIOTA, Lúcia Maria. Cultura, identidade cultural e globalização. **CAOS – Revista Eletrônica em Ciências Sociais/UFPB**. João Pessoa, Número Quatro, Agosto/2002.

144. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Governo Federal**. República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp>> Acesso em: 20 jun. 2017
145. PRESTES, Anita L. É possível no Brasil de hoje avançar rumo ao socialismo? **Revista Caros amigos: a primeira esquerda**. 17 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/5092-e-possivel-no-brasil-de-hoje-avancar-rumo-ao-socialismo>>. Acesso em: 20 jun. 2016.
146. RAFFAINI, Patrícia T. **Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. São Paulo: Humanitas, 2001 (Dissertação de mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.
147. RAMOS, Elaine Aparecida; BORGES, Ana Claudia Giannini. A espacialização dos movimentos de luta pela terra no município de Ituiutaba (MG). **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos – A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia**. São Luiz do Maranhão, 24 a 30 de julho de 2016.
148. REIS, Paula F. Plano Nacional de Cultura: estratégias e ações para dez anos. In: RUBIM, Antonio A. C. (Org.) **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. P. 49-65.
149. _____. **Políticas culturais do governo Lula: análise do sistema e do plano nacional de cultura**. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
150. RESENDE, Luciana Araujo Valle de. **As escolas polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): sondagem vocacional no projeto desenvolvimentista civil-militar (1965–1976)**. 2016. 299 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
151. RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. **Estudo fenomenológico do ensino aprendizagem na escola noturna: casuística de evasão e repetência**. 1992. 78 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1992.
152. RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. **Mulheres no Curso de Pedagogia: vida, sentido e perspectivas**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, 1997.
153. RIBEIRO, Matilde (Org.). **As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas**. São Paulo: FPA, 2012.

154. RUBIM, Antonio A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.
155. RUBIM, Antonio A. C.; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. 281 p.
156. RUBIM, Antonio A. C. (Org.). Políticas culturais no governo Lula. In: _____. **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.
157. RUBIM, A. A. C.; ROCHA, R. (Org.). **Políticas culturais para a cidade**. EDUFBA: Salvador, 2010.
158. SÁ, Lais Mourão. **Pertencimento**. In ENCONTROS e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Coautoria de Luiz Antonio Ferraro Junior. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005. P. 245-256.
159. SALIC NET. **Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura**. Ministério da cultura, 2007. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>>. Acesso em: 22 jun. 2017.
160. SANTOS, Camilla Aparecida Nogueira; SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da. Ensino de História e juventude: um estudo com jovens estudantes da cidade de Ituiutaba-MG, Brasil. **Anais da IV Semana de História do Pontal e III Encontro de Ensino de História**. Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal. 29/11-02/12/2016.
161. SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.
162. SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1, p. 7-13, 1999.
163. SANTOS, Milton. O Estado-Nação como Espaço, Totalidade e Método. In: _____. **Da totalidade do lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005. P. 43-54.
164. SANTOS, Milton. O espaço e seus elementos: questões de método. In: _____. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2008, pp.15-34.
165. SANTOS, Renato E. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato E. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Brasília, DF: ABPN, 2012. P. 36-67.
166. SEPPIR. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Lei n. 10.678 de 23 de maio de 2003**. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>> Acesso em: 20 jun. 2017
167. SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **Memória: lembra e esquecimento**. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de

- 1950 e 1960. 1997. 151f. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997.
168. SILVA, Frederico A. B. da. MIDDLEJ, Suylan. **Políticas públicas culturais: a voz dos gestores**. Brasília: IPEA, 2011.
169. _____, Maria Nilza da. Alguns aspectos da trajetória dos negros na região metropolitana de Londrina. In: SILVA, Maria Nilza da et al. (Org.). **Território e segregação urbana: o “lugar” da população negra na cidade**. Londrina: UES, 2014. P. 17-36.
170. _____, Maria Nilza da. População negra: segregação e invisibilidade em Londrina. In: SANTOS, Renato E. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Brasília, DF: ABPN, 2012. P. 104-133.
171. _____, Maria Nilza da. **Nem pra todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006. P. 45-80.
172. SILVA, Flavio J. R. da; TIBLE, Jean. O Movimento Negro como agente ativo na construção de políticas de igualdade racial. In: RIBEIRO, Matilde (Org.). **As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas**. São Paulo: FPA, 2012.
173. SILVA, Isabel Cristina da Costa; KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. Saberes em (re)construção: os sessenta anos do “Terno de Moçambique Camisa Rosa”, Ituiutaba, MG. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 123-131, jan./jun. 2013.
174. SILVA, Jóbio Balduino da.. **Colégio Comercial Oficial de Ituiutaba: reflexões sobre a história da educação profissional pública do pontal do triângulo mineiro (1965-1979)**. 2012. 129f. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.
175. SILVEIRA, Denise Tolfo; e CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. pp.31-42.
176. SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (organizadoras). **Escolarização da leitura literária**. 2ª ed., 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
177. SOJA, Edward W. **Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

178. SOUZA SANTOS, Boaventura. **Reconhecer para libertar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
179. STRECK, Danilo R. José Martí e a educação popular: um retorno às fontes. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 1, p.11-25, jan./abr. 2008.
180. THEODORO Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. 176 p.
181. THIRY-CHERQUES, Hermano R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-55, jan./fev. 2006.
182. VEIGA NETO, Alfredo. Cultura, culturas e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.23, p. 3-15, mai.-ago. 2003.
183. VENCESLAU, Fábio Reis; SOUSA, José Josberto Montenegro. A perspectiva do migrante nordestino morador do bairro Novo Tempo II, Ituiutaba – MG. **Anais Eletrônicos da II Semana de História do Pontal**. Ituiutaba, MG, 26, 27 e 28 de junho de 2013.
184. VILELA, Cláudia Oliveira Cury. **Escola noturna Machado de Assis: primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941-1960)**. 2011. 144 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.